

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1987/88

Nº 38

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente:

Alberto Stange Júnior

1º Vice-presidente:

Renato José Costa Pacheco

2º Vice-presidente:

Orlando de Moraes

3º Vice-presidente:

Gabriel Augusto de Mello Bittencourt

Secretário Geral:

Nilo Martins da Cunha

Sub-tesoureiro:

Sebastião Augusto Valle Guimarães

Encarregado da Biblioteca:

Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa

Orador Oficial:

Nelson Abel de Almeida

Vice-orador:

Sônia Maria Demoner

Diretor do Museu da Imagem e do Som:

Francisco Schawarz

Grandes Conselheiros:

Adelpho Poli Monjardim e Manoel Xavier Paes Barreto Filho

COMISSÕES PERMANENTES:

História:

Mintaha Alcure Campos, Celso Perota e Fernando Moraes Achiamé

Geografia:

Mário Moura, Willis de Faria e Ricardo Brunow Costa.

Finanças:

Hermógenes Lima Fonseca, José Hygino de Oliveira e José Moysés

Revista e publicações:

Orlando de Moraes e Gabriel Augusto Bittencourt

A Revista é publicação periódica, editada sob a responsabilidade da Diretoria da Casa do Espírito Santo e sob os auspícios do Governo do Estado do Espírito Santo.

Distribuição gratuita às escolas do Estado.

Os interessados em aquisição de números avulsos deverão dirigir-se à
Caixa Postal 1561 — Vitória (ES) — CEP 29000

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1987/88

Nº 38

ÍNDICE

Estudos e Ensaaios

A imigração no Espírito Santo — Luis Busatto	7
100 anos de Santa Leopoldina — Alberto Stange Júnior	43
A iluminação de Vitória no Século XIX — Elmo Elton	49
Cultura é uma vocação — Evandro Moreira	55
Livro de Sortes — Levy Rocha	61
Vinte e três de maio — Aldepho Poli Monjardim	65
Escravidão e abolição — José Schiavo	69
Pancas — Origem do Nome — Manoel Milagres Ferreira	73

Discursos e Conferências

Discurso de posse no IHGES — Carlo Bussola	77
Liberdade, igualdade e fraternidade — Manoel Pedro Ferraz	83
Discurso de posse no IHGES — José Hygino de Oliveira	89
Domingos Martins e a revolução de 1817 — Gabriel Bittencourt	91
Domingos José Martins — Hermógenes Lima Fonseca	95
E eles eram assim — Nelson Abel de Almeida	103

Relatório — Junho 86/Maio 87	113
Relatório — Junho 87/Maio 88	117

A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO

LUIZ BUSATTO

SUMÁRIO

1. NOVA TRENTO
2. NÚCLEO TIMBUÍ NA COLÔNIA DE SANTA LEOPOLDINA
3. NÚCLEO SANTA CRUZ (IBIRAÇU)
4. EPIDEMIA DE FEBRE AMARELA
5. IMPERIAL COLÔNIA DO RIO NOVO
6. NÚCLEO DO CASTELO
7. RECESSO E RUÍNAS. REATIVAÇÃO DA IMIGRAÇÃO
8. A FASE REPUBLICANA
9. NÚCLEO ANTÔNIO PRADO
10. COLATINA E SEUS PRIMEIROS HABITANTES
11. NÚCLEO ACIOLI VASCONCELOS
12. NÚCLEO DEMÉTRIO RIBEIRO
13. NÚCLEOS SANTA LEOCÁDIA E NOVA VENÉCIA
14. SEDE EM LINHARES
15. CONTRATO GIFFONI E PROIBIÇÃO DA IMIGRAÇÃO
16. NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

O movimento imigratório italiano no Espírito Santo tem características próprias e se processou, basicamente, em dois tempos: o primeiro inclui a fase imperial (1874-1882) que vai da fundação até a emancipação de núcleos nas colônias, em regiões próximas aos centros de comercialização; o segundo, a fase imperial e republicana (1885-1895) e é uma retomada do surto imigratório em regiões mais afastadas e interioranas e que termina com a proibição causada pelo insucesso do núcleo Muniz Freire no rio Doce.

Dentro da Província do Espírito Santo não foi igual o modo de ocupação da terra na parte norte e na parte sul. Em Santa Leopoldina, a primeira das duas grandes colônias, predominou o sistema de concessão de prazos, enquanto que na outra colônia, a de Rio Novo, era comum o sistema de parceria nas fazendas, com uma posterior compra dos terrenos pelos imigrantes, terrenos que nem sempre eram terras devolutas, mas partes de fazendas decadentes. Em Rio Novo vigorou sempre o sistema de prazos. Enquanto nesta colônia a divisão das terras seguia um quadriculado, na colônia de Santa Leopoldina os prazos coloniais se ordenavam à margem direita e esquerda dos pequenos e grandes rios, de modo que todos tivessem aguadas. Sabe-se, por exemplo, que no Rio Grande do Sul as medições se faziam de um e de outro lado de uma linha reta de muitos quilômetros, não importando os acidentes orográficos.

Os imigrantes italianos da primeira fase chegavam em blocos, levados unitariamente de um carregamento, indo todos para um núcleo como aconteceu com os de Timbuí (Santa Teresa) e de Santa Cruz (Ibiraçu). Tinham que enfrentar situações de impacto com a mudança climática, a selva brasileira, as doenças tropicais. Na segunda fase, os imigrantes chegavam em grandes levadas. Eram repartidos pelos novos núcleos em contingentes menores e levados para lugares bem mais distantes dos centros comerciais. Havia dificuldade de comunicação e uma exploração exagerada no comércio de gêneros de primeira necessidade. Vindos em maior quantidade e distribuídos pelos portos de Itapemirim, Piuma, Benevente (atual Anchieta), Guarapari, Vitória, Santa Cruz, São Mateus, necessariamente passavam pelos núcleos já fundados que, na sua maioria, se encontravam em franca prosperidade.

Diferente também foi a legislação sobre a imigração no Brasil e nas províncias do Império nos dois tempos inicialmente apontados. O decreto nº 3784, de 19 de janeiro de 1867, que aprova o regulamento para as

Colônias do Estado, foi a cartilha da imigração no Brasil. Este regulamento teve muita força mas também gerou conflitos. Vigorou no Espírito Santo sempre com alterações e modificações ditadas por ofícios, portarias, avisos, pareceres, etc. . . Foi suprimido pelo decreto nº 7570, de 20 de dezembro de 1879. A lei de 28 de setembro de 1885 reativou as colônias emancipadas, daí se começando a usar, para designá-las, os termos: ex-colônia de Santa Leopoldina, ex-colônia do Rio Novo, ex-colônia do Castelo. Com o advento da República, o decreto nº 4 de 4 de junho de 1892 deu novo regulamento ao serviço de terras e colonização, com modificações complementares do decreto nº 20 de 30 de janeiro de 1893.

1. NOVA TRENTO

Das imigrações européias no Espírito Santo a italiana foi a mais numerosa e intensa, apesar de se ter iniciado somente em 1874. Com a abolição da escravidão, prenunciada em fervorosa campanha política, os conselheiros do Império sentiam que o Brasil não conseguiria passar de sua estrutura agrária para uma estrutura industrial, porque "as grandes fábricas no Brasil só dão prejuízos."¹ A alternativa que se impunha era a substituição do braço escravo pelo braço do trabalhador europeu que, freqüentemente enganado ou, por outros termos, persuadido por campanhas propagandísticas tendenciosas, pensava encontrar aqui o Eldorado. A primeira experiência neste sentido fracassou e ocorreu no Espírito Santo, na fazenda "Nova Trento" de Pedro Tabachi, em Santa Cruz, às margens do rio Piraqueaçu.²

O senhor Tabachi imaginou fazer fortuna com o sistema de parceria mantido com seus conacionais. Para isto, tendo recebido favores do governo imperial através do decreto nº 5295 de 31 de maio de 1873, percorreu a região de Trento, na Itália, sua terra natal, e contratou mais de 50 famílias. Era setembro de 1873. A 19 de fevereiro do ano seguinte chegava ao porto de Vitória o brigue-barca Sofia, depois de 45 dias no oceano. Como o navio era muito comprido, acabou encalhando ao manobrar entre o monte Moreno e a Ilha do Boi, e os passageiros tiveram de desembarcar do lado de Vila Velha, de onde foram transportados para a capital. Durante a travessia morreram duas crianças de 11 meses cada uma e chegaram 56 famílias perfazendo um total de 386 pessoas.

Menos de um mês depois de sua chegada a Santa Cruz no vapor "Diligente", apareciam os primeiros sintomas de descontentamento. A 13 de março de 1874 o Juiz de Direito de Santa Cruz escrevia ao Dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa, Presidente da Província, comunicando que

chegaram a esta vila o Sr. Pedro Tabachi e seu genro e declararam às autoridades que ameaçados em suas vidas por alguns colonos, que se achavam armados e sob fúteis pre-

textos tratavam de sublevar a Colônia, viam-se obrigados a deixar a sua fazenda e a pedir providências que lhes garantissem as suas famílias e contivessem os revoltosos. À vista disto partiu incontinenti o subdelegado de Polícia a fim de providenciar a respeito e de contê-los, até que V. Exa. com o conhecimento do exposto, ordenasse a expedição de força.”³

Juntamente com este ofício o juiz remete cópia do ofício de Pedro Tabachi:

Ilmo Sr. Tendo os colonos que levei para minha fazenda por instigações de três ou quatro cabeças, e sem causa, revolucionados e ponto de ordenar-me o transporte de todos eles até a Vitória por minha conta e consequentemente rescisão do contrato que recentemente fizeram comigo, com ameaças de morte que fizeram-se sair escondido de minha casa, e ainda com grave perigo de minha família, eu não posso que medir instantemente a V. Sa. se digne providenciar para minha segurança e da família; e determinar com urgência que força e muita força de 40 ou 50 praças uniformizadas venha ao mais breve restabelecer a ordem ameaçada.”

Em seguida o Juiz de Direito oficiou ao tenente coronel do 4º Batalhão da Guarda Nacional da Legião do Norte pedindo auxílio. Diz ele que o subdelegado de Polícia havia partido para a fazenda de Pedro Tabachi a ver se continha os colonos insubordinados mas não chegou à referida fazenda por ter conseguido somente um reduzido número de homens que o acompanhassem e os colonos lhe inspiravam receio. Diz que os colonos faziam pouco caso de paisanos e que era preciso pôr um termo à anarquia em que estavam e se evitar consequências fatais e perpetração de algum grave delito.

No dia 16 de março chegou a força composta de 15 praças sob o comando do alferes Antônio Joaquim da Silva. No dia seguinte partiram para aquela fazenda denominada Morro das Palmeiras, juntamente com o delegado de polícia e com o Juiz Municipal, a quem o Juiz de Direito incumbiu de fazer minuciosa sindicância sobre os fatos expostos por Tabachi. O Juiz Municipal inquiriu os 56 colonos cabeças de família.

Pelas respostas — diz o Juiz de Direito ao presidente da Província — verá V. Exa. que eles alegam contra Tabachi a violação do artigo 4º do contrato incluso, com este celebrado, pelo fato de estar o barracão em que residem em lugar tão distante das terras incultas em que têm de se estabelecer, que gastam seis horas de viagem sobre maus caminhos, não lhes restando tempo suficiente para o trabalho por terem de voltar diariamente para o referido barracão, seu comum e único aposento.

A força militar cercou os aposentos dos colonos e exigiu-lhes as armas que tivessem e eles prontamente entregaram 56 espingardas, 13 pistolas, duas terçadas e duas espadas. Depois que o padre Domingos Martinelli leu e traduziu o contrato entre Tabachi e os colonos, procedeu-se ao interrogatório dos 56 chefes de família. O ponto de discórdia versava sobre o artigo 4º do contrato que dizia: "Obriga-se também o Sr. Tabachi a fazer em favor do emigrante e de todos os indivíduos da família com idade superior a 10 anos, e sem direito a reembolso, as despesas pelo seu transporte marítimo, até o lugar de destino, e de fornecer-lhes gratuitamente conforme os costumes do lugar o necessário alimento e alojamento desde o dia da chegada, e durante o período de 180 dias seguidos para que possam neste meio tempo providenciar o seu primeiro estabelecimento." Além das reclamações apontadas, sabe-se que os colonos se queixavam do estado de promiscuidade em que se encontravam amontoados num barracão que não comportava um número tão grande de pessoas. Não tendo chegado a um acordo os colonos cruzaram os braços pedindo remoção para outro lugar. No dia 18 de maio, 203 colonos vieram para Vitória porque não concordaram em assinar um acordo. Destes, a maioria foi colocada na região anterior à do núcleo Timbui. Os que permaneceram na fazenda de Tabachi acabaram esmorecendo e se retiraram não sem antes terem até de mendigar em Santa Cruz. Outros chegaram a Santa Maria da Soledade, no Rio Grande do Sul, de onde, mais tarde, reclamavam suas armas tomadas na ocasião da revolta.

Pedro Tabachi morreu em 21 de junho de 1874, ao que parece, de desgosto. Quando o cônsul do Império Austro-Húngaro pediu, no ano seguinte, informações sobre o estado da liquidação do espólio de Tabachi, as informações foram as seguintes: "Pedro Tabachi casou-se in extremis com D. Ana Fontoura Tabachi com quem já havia tido dois filhos: Ana, casada com Alfredo de Leon e Bartolomeu, de 13 anos de idade. Este casamento foi celebrado e certificado pelo padre Martinelli. Procedeu-se ao inventário dos bens de Tabachi que foram avaliados em 26:486\$180 réis. Alfredo de Leon e sua mulher desistiram da herança que lhes pudesse caber. Pedro Tabachi devia à casa comercial da Corte-Faria, Cunha e Cia, a quantia de 57:618\$312 réis, cujo pagamento pediram no referido inventário e por este juízo não foi admitido. Mais tarde, por escritura pública, Faria, Cunha e Cia cederam a dívida a Eduardo Gabrielli e D. Ana Fontoura Tabachi, os quais, hoje, acionam ao órfão Bartolomeu, pedindo-lhe o pagamento de 28:109\$056 réis, metade da dívida cedida."

O primeiro lance da imigração italiana no Espírito Santo foi um fracasso completo. Depois da de Tabachi foram feitas ainda mais quatro tentativas de implantação de parceria. Todas elas foram levadas à efeito por fazendeiros particulares, mas nenhuma foi bem sucedida.

2. NÚCLEO TIMBUÍ NA COLÔNIA DE SANTA LEOPOLDINA

A colonização italiana se processou, inicialmente, em duas grandes colônias já de há muito fundadas, uma no sul, a de Rio Novo (1854), outra mais para o norte, a de Santa Leopoldina (1857). Depois do insucesso de Pedro Tabachi, chegaram duas levas de imigrantes no ano de 1875. Uma compunha-se de 565 tirolezes vindos de Gênova e desembarcados em Benevente, em 16 de junho deste ano. Foram localizados no 2º território da colônia do Rio Novo, cujo diretor era o engenheiro Joaquim Adolfo Pinto Pacca. Outra leva de tirolezes foi a que fundou a atual cidade de Santa Teresa, tendo chegado no final de maio e início de junho de 1875.

Como houvesse já na colônia de Santa Leopoldina uma saturação na ocupação dos espaços por imigrantes alemães, o diretor interino, Pedro de Sant'Anna Lopes escrevia ao presidente da Província, Domingos Gomes Peixoto, um ofício datado de 11 de junho de 1875 que esclarece e justifica a fundação do núcleo. Mostra a existência de uma estrada no lugar chamado Santa Teresa, que havia sido começada em 1847; mostra que os primeiros colonos do Timbuí foram alguns polacos e os remanescentes da fazenda de Tabachi. O ofício na íntegra é o seguinte:

A conveniência da criação quanto antes de uma colônia nas fertilíssimas matas do Timbuí, torna-se cada vez mais urgente. A colônia de Santa Leopoldina acha-se já em tal estado de desenvolvimento, que já se pode ir cuidando de sua próxima emancipação; quase que todos os colonos já se acham em condições de poderem dispensar a tutela do Estado, e grande número deles já possuem fortuna relativamente sofrível. A continuar a remessa para ela de imigrantes em número avultado, ocasiona o acréscimo progressivo de sua despesa, e na sombra dos colonos novos, os velhos continuam no usufruto dos favores do Estado, sem que seja possível evitar esse abuso. Além disso acresce que a colônia abrange uma grande extensão de território coberto com uma grande rede de estradas e caminhos e muitas pontes, cuja conservação e prolongamento deles à proporção do seu desenvolvimento para o centro acarreta grande dispêndio. Os últimos imigrantes acham-se estabelecidos a 8 e 9 léguas do Porto do Cachoeiro. (O Diretor está se referindo aos fundadores de Santa Teresa). Acresce mais que os terrenos devolutos em rumo do sul já escasseiam e a cada passo se encontram terrenos ocupados por particulares residentes no Galo, Chapéu e Pedra Branca. Assim, pois, julgo conveniente que esses terrenos fiquem reservados não só para o futuro desen-

volvimento da cultura dos colonos atuais, como também para o estabelecimento dos filhos destes, logo que atinjam idade legal. Deste modo o Governo poderá daqui a quatro anos decretar a emancipação desta colônia, fazendo-a entrar na massa comum da população. Para poder-se chegar a este fim convém desde já encaminhar a emigração para o Timbuí onde já existem emigrantes polacos estabelecidos há dois anos, e onde acabo de estabelecer os italianos recém chegados. Este novo núcleo (Timbuí) desenvolve-se à margem da antiga estrada de Santa Teresa, acompanhando no princípio o rio do Norte e depois o rio Timbuí; comunicando-se com o Porto do Cachoeiro pela estrada do Timbuí e com a colônia de Santa Leopoldina pelo centro. Prevendo o futuro desenvolvimento da colônia do Timbuí escolhi quatro prazos e lugar conveniente para o estabelecimento da futura povoação na estrada de Santa Teresa, margem do Timbuí, onde mandei derrubar o mato e construir um grande barracão. Deste ponto ao Porto do Cachoeiro, no estado atual dos caminhos gastam-se seis horas. Se o Governo quiser criar a nova colônia o poderá fazer desde já, visto já estar satisfeita a condição de medição e demarcação recomendada pelo Regulamento de 1867, para a criação de novos núcleos colonias. Se for criada a nova colônia posso assegurar o seu próspero futuro, pois há mais de mil e quinhentos italianos austríacos que, a convite de seus parentes e amigos daqui, se preparam para emigrar para cá. Ao Governo compete resolver como julgar mais conveniente.

O núcleo, de fato, se chamou Timbuí na estrada de Santa Teresa e era um empreendimento do governo imperial. Os 350 tirolezes vieram no navio Rivadávia até o Rio de Janeiro e daí, depois da quarentena, seguiram para Vitória em dois grupos, no navio Ceres com 154 imigrantes e no navio Bahia com 163 imigrantes. Até hoje a lista dos imigrantes fundadores da mais celebrada colônia italiana do Espírito Santo não foi divulgada e continua inédita.

Um mês antes o mesmo diretor da colônia achava inconveniente a vinda de um número tão grande de imigrantes no período em que a colônia era assolada por um surto de varíola. Recebeu, pois, ordem terminante para fazer pernoitar os imigrantes na fazenda "Nova Coimbra" no penúltimo dia de viagem. Tal medida visava a impedir o contato dos recém chegados com os colonos do Porto de Cachoeiro, não lhes permitindo atravessar o rio. Para isso ficou calculado que os tirolezes deviam chegar a "Nova Coimbra" pela noiteinha, às cinco horas da tarde. Entende-se assim o por-

quê do ufanismo dos primeiros colonos de Santa Teresa ao dizerem não ter encontrado nada em seu caminho quando foram retirados da cidade, levados por caminhos desertos e colocados no meio da floresta virgem.

No dia 5 de julho o diretor escrevia: "Por ocasião da entrega dos lotes de terras aos imigrantes recém chegados seis de entre eles se internaram tanto nas matas do Timbuí que extraviaram-se; 24 horas depois apareceram quatro, faltando dois." Um mateiro de nome Benedito de Oliveira Lemos encontrou os dois últimos bastante extenuados de fome e fadiga e os conduziu ao barracão. Os nomes de alguns destes imigrantes pioneiros estão fixados na parede lateral externa da igreja matriz de Santa Teresa, homenagem prestada por ocasião da festa do cinquentenário da fundação do núcleo.

A princípio os imigrantes ficaram alojados em barracões previamente construídos, que lhes davam condições precárias de vida. Frequentemente cobertos de palha e com o chão de terra batida, ofereciam pouco conforto em época de chuva e temporal. Durante os seis primeiros meses os imigrantes recebiam subvenção do Governo, um pagamento para alimentação até que fizessem a derrubada e construíssem suas toscas habitações. Também durante este tempo tinham de proceder ao plantio de mudas de café fornecidas pelo Governo e de outros cereais para a sua sobrevivência. Os lotes mediam, em geral, 302.500 m², com 275 m de frente para cursos de água, por 1.100 m de fundo e em geral terminavam em terras devolutas. Este era o tipo de prazo adotado em Santa Leopoldina.

As florestas virgens eram férteis em animais e febres e delas todos guardam as mais fantásticas histórias de horror e medo, mas as terras de Santa Teresa, no Timbuí, não eram tão boas para o cultivo. Logo cansavam e não produziam o desejado, de modo que os seus ocupantes não conseguiam tirar delas o sustento para as numerosas famílias. Além disso, os imigrantes deviam dar um número fixo de dias de trabalho para o Governo na abertura de estradas nas frentes dos prazos e na construção de pontes. Muitos deles não conseguiam conciliar este trabalho com o trabalho de cultivo da própria lavoura. Os descontentamentos explodiam quase sempre no dia do pagamento na sede da Diretoria onde se verificavam quebra-quebra e gritaria.

Um destes motins ficou marcado porque dele resultou a morte do colono Pietro Dalmaschio. Foi a revolta de Nova Lombardia. Estes imigrantes revoltosos haviam aportado ao Rio de Janeiro no navio Colúmbio num total de 744 pessoas e chegaram em Vitória no vapor de guerra brasileiro Werneck a 2 de novembro de 1876.⁵ A 27 de dezembro do ano anterior havia chegado a Fenelon com um grande contingente de colonos. O navio Mohely chegou com 276 imigrantes em 25 de fevereiro de 1876. Estas levas sucessivas possibilitaram a ocupação de todo o território do Timbuí em pouco tempo, de modo que em dois anos foi planejada uma nova frente que não fosse distante da Capital. Um pouco mais

ao norte, no lugar que é hoje Ibirapu, fundou-se o núcleo Santa Cruz, partindo-se do ponto que fora a fazenda do finado Pedro Tabachi.

3. NÚCLEO SANTA CRUZ (IBIRAPU)

O núcleo Santa Cruz foi fundado em 1877 estava localizado às margens do rio Piraqueapu, nas áreas que compõem hoje os municípios de Ibirapu, Aracruz e Fundão. O então presidente da Província, Afonso Peixoto de Abreu Lima tentou mudar o nome para Núcleo "Abreu Lima", por sugestão do diretor da colônia, Aristides Armínio Guaraná. O nome que ficou, porém, foi o de Conde D'Eu, homenagem ao chefe das forças brasileiras na guerra do Paraguai e de quem Guaraná fora ajudante de ordens. Com o nome de Conde D'eu foi batizado o barracão construído no lugar onde é hoje a cidade de Ibirapu.

Outros nomes ainda foram dados ao núcleo segundo os interesses dos governantes. Em 18 de janeiro de 1892 a Junta Governativa do Estado do Espírito Santo resolveu tornar sem efeito a lei nº 23 de 11 de setembro de 1891, que elevou à categoria de vila com o nome de Guaraná a antiga sede do ex-núcleo colonial de Santa Cruz; também estabeleceu as divisas do município que seria ali constituído. Em 1º de março a Junta Governativa decreta: "Art. 1º Passam a denominar-se cidade de Itabapoana e vila do Pau Gigante, a cidade de Monjardim e a vila Guaraná. Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário." Logo que Afonso Cláudio assumiu o governo do Estado escreveu ao inspetor interino da Repartição de Terras e Colonização:

Convindo eliminar quanto antes os nomes dos membros da dinastia deposta, que serviram para designar núcleos coloniais, científico-vos que os façaís substituir por outros rememorativos do acontecimento de 15 do mês findo (novembro), ficando desde já o núcleo Conde D'eu, conhecido pelo nome de Quintino Bocaiúva.

Designou-se, pois, com este nome a área ocupada pelo movimento imigratório de então. No início do século, quando foi inaugurada a estação de estrada de ferro na vila de Pau Gigante, deram-lhe o nome de Lauro Müller e pelo qual ficou sendo designado o lugar. Finalmente, a partir de 1943, Ibirapu recebeu o nome atual. Não há dúvida de que estas contínuas alterações toponímicas dos núcleos, no período inicial, revelam a instabilidade da sociedade em formação.

As 55 primeiras famílias chegaram no navio Colúmbia no dia 15 de agosto de 1877.⁶ Gastou 35 dias de Gênova até Vitória e trouxe 275

peessoas. Depois de um breve descanso na hospedaria da Pedra D'Água, que era chamado de quarentena, durava às vezes semana ou alguns dias, os colonos seguiram para Santa Cruz onde chegaram no dia 21 às 4 horas da tarde, alojando-se em casas para tal finalidade. No dia 24, primeiro um grupo de 126 foi transportado para o lugar denominado Morro das Palmas, em canoas; no dia 26 seguiu o resto. Aí foram agasalhados no mesmo barracão que serviu no tempo do finado Pedro Tabachi.

A primeira preocupação do engenheiro encarregado da recepção e transporte dos imigrantes foi dar-lhes serviço conforme escreveu ao presidente da Província: "Por onde vê V. Exa. que em sete dias foi feito todo o serviço de recepção e agasalho, recebendo eles no dia 28 trabalhos de estrada, conforme manda o regulamento e podem sustentar-se com o produto de seus trabalhos." A estrada que começaram a construir é a que ia daquela fazenda até um ponto intermediário chamado Cachoeiro do Barro. Os fundadores de Ibirapu receberam, além do mais, 108 machados, 109 foices, 160 enxadas e um pequeno auxílio em dinheiro. Para eles foi cortada a praxe seguida no núcleo de Santa Teresa, de se darem por conta do Governo, aos colonos, durante os seis primeiros meses de seu estabelecimento, os mantimentos necessários para seu sustento, além dos salários que recebiam nas estradas.

A ocupação e posse das terras eram programadas dentro das conveniências econômicas governamentais. Uma das vantagens da fundação de Ibirapu era que o núcleo tinha fácil acesso navegável e possibilitava a comercialização sem grandes despesas. Chegando facilmente até onde o rio Piraqueçu era navegável, ou seja, a fazenda Morro das Palmas na confluência com o rio Taquaruçu, os imigrantes daí avançavam na direção das matas virgens em terras devolutas.

Primeiro se fazia uma exploração na mata, depois, chegava a comissão de engenheiros e agrimensores que procedia à medição dos prazos. Os terrenos chamavam-se prazos porque deviam ser pagos dentro de dois anos. Feita a derrubada, o colono tinha seis meses para construir sua casa e fazer as primeiras plantações.

Os colonos não podiam fazer comércio, estabelecer-se como comerciantes mas deviam cultivar a terra, arrancar dela o seu sustento e o lucro para efetuar o pagamento da dívida contraída. O lucro comercializável provinha da produção agrícola.

Os primeiros mapas da região foram feitos pelo engenheiro Cristiano Boaventura da Cunha Pinto que no final do ano de 1877 foi demitido por Guaraná, tendo havido um desentendimento entre eles. Em 1879 já existe uma Planta do Núcleo Colonial de Santa Cruz feita por Victor Hugo. Nela constam os nomes dos colonos inscritos no traçado dos respectivos lotes de terra. Em 1881 o agrimensor Charles Pelatan apresenta uma "Cópia da planta geral do núcleo de Santa Cruz com os prazos urbanos e alguns rurais, anexos, e planta demonstrativa do serviço de verificações e remedi-

ção do mês de janeiro." Em 1882 tem-se a "Planta do núcleo colonial Santa Cruz da colônia de Santa Leopoldina organizado pela comissão a cargo do engenheiro diretor bacharel Luís Cavalcanti Campos Mello." A partir da proclamação da República proliferam os mapas, já que todas as medições tiveram que ser refeitas. Existe a "Planta do ex-núcleo Bocaiúva. Vila Pau Gigante organizada pela comissão distrital da segunda circunscrição, outubro de 1892." Em outubro de 1894 está pronta uma "Planta geral dos núcleos Muniz Freire, Acioli Vasconcelos, Antônio Prado e Demétrio Ribeiro situados nos vales do rio Doce e Piraqueaçu". Em 1896 há uma planta geral feita pelo engenheiro Gabriel Emílio da Costa.

Para Ibiracu vieram três grandes carregamentos de imigrantes feitos pelos navios Colúmbia, Izabella e Clementina. O Colúmbia chegou primeiro no dia 15 de agosto, motivo pelo qual Nossa Senhora da Assunção é a Padroeira da igreja local. O Izabella chegou no dia 17 de setembro com 77 famílias (353 pessoas) remetidas por Joaquim Caetano Pinto Júnior em virtude de seu contrato celebrado com o Governo Imperial que seria rescindido pelo aviso de 27 de junho de 1878. Os imigrantes nem chegaram a saltar na hospedaria da Pedra D'Água por causa de um surto de varíola em Vitória. Um terço das famílias vindas neste navio, porém, foi para Santa Cruz por engano e, uma vez lá, começaram seus líderes a apertar o diretor Aristides Guaraná com passaportes e recibos, afirmando terem pago suas passagens e ser outro o seu destino e que, portanto, não iriam trabalhar na construção de estradas como os demais. Depois de uma tentativa de tumulto em que um dos colonos ameaçou o diretor com uma foice, retiraram-se umas 43 famílias que estavam paradas há dois meses.

No dia 25 de outubro de 1877 chegou uma terceira turma no navio Clementina com um maior contingente de imigrantes. Eram 113 famílias com 476 pessoas. Assim como os imigrantes dos navios anteriores, provinham das províncias italianas do norte. Entre lugares grandes e pequenos apareciam: Belluno, Bérgamo, Bonate, Bréscia, Caneva, Cittadela, Cordignano, Cremona, Gajarine, Mantova, Padova, Polcenigo, Rovereto, Rovigo, Sacile, Sarmede, Seren, S. Benedetto, S. Lúcia, S. Fior, S. Nazario, Tarso, Trento, Treviso, Vittorio Veneto, Vicenza e outros.

Em 10 de janeiro de 1880, próximo de deixar a direção da colônia Aristides Guaraná dizia num relatório ao presidente da Província: "Com uma população de 2.000 almas, pouco mais ou menos, é habitado por 308 famílias italianas, 57 cearenses e 55 índios naturais desta Província."⁷

4. EPIDEMIA DE FEBRE AMARELA

A epidemia de febre amarela que assolou o núcleo de Santa Cruz é um dos capítulos mais sombrios da imigração italiana no Espírito Santo. O

surto da doença coincidiu com a derrubada das matas quando os insetos baixavam das copas para o chão. Em março de 1878 estava no auge. Os colonos começaram a ter vítimas no mês de outubro do ano anterior e daí em diante a doença foi atingindo índices assustadores de modo que no final de 1878 eram mais de 200 os mortos. Do navio Clementina morreram 111 pessoas numa proporção de uma sobre quatro. Não houve família poupada e ninguém na colônia deixou de contrair a febre amarela. Mandou-se buscar no núcleo de Santa Leopoldina todo o sulfato de quinina disponível. Não é verdade que os colonos eram abandonados à sua sorte. Desde o início um médico acompanhou os imigrantes. O que havia era atraso da medicina e dos recursos dela. Acusa-se, hoje, a displicência do atendimento médico que não era, porém, outra coisa senão uma resultante do atraso cultural da sociedade brasileira. Com a morte do chefe de família a mulher ou voltava para a Itália ou casava-se com um viúvo, nas mesmas condições. Quando morria o casal, os órfãos eram distribuídos entre as outras famílias. Muitas vezes os parentes da Itália queriam, através do representante consular, o repatriamento dos menores.

Enterravam-se os mortos por toda a parte. O fato de muitos imigrantes ficarem impressionados com o grande número de sepulturas, é atestado por alguns que chegaram quase 20 anos depois, como no caso de Giovanni Bof, citado pelo bispo Dom Cavati.⁸ Atualmente existe a lista destes mortos mas não existem mais os cemitérios. Para que se tenha uma idéia do trágico acontecimento basta uma citação do relatório de Jacinto Adolfo de Aguiar Pantoja, engenheiro chefe da Comissão de Terras e Colonização da ex-colônia de Santa Leopoldina, dez anos depois, ou seja, em 1888:

Finalmente sobre cemitérios nada há feito, não existindo um só, digno deste nome, em toda a ex-colônia. Os enterramentos, muitas vezes, são feitos onde entendem os parentes e amigos do falecido, havendo até quem, no pasto do próprio lote, haja enterrado já duas esposas!⁹

Antônio Francisco de Ataíde escreve em 13 de julho de 1887 ao Pantoja que, no Conde D'eu

notando que os enterramentos dos cadáveres eram feitos em campo aberto, entregue à pastagem dos animais, resolveu indignado, em vista de tal procedimento anticivilizador, promover uma reunião entre os habitantes daqui com o fim de o mais breve possível ser construído o cemitério à custa deles.¹⁰

Os médicos enviavam, periodicamente, ao presidente da Província uma estatística patológica dos colonos atendidos por eles. Apresentavam tam-

bém uma lista dos remédios necessários na composição da farmácia do núcleo. As sedes dos núcleos tinham também uma enfermaria. Isto se verificava igualmente na colônia de Santa Leopoldina e na do Rio Novo. Os inconvenientes mais sérios apontados no atendimento médico eram as distâncias dos lotes e prazos que separavam os colonos da sede central, além de a colônia contar com um único médico.

O núcleo Santa Cruz pode ser estudado através de 482 ofícios expedidos na gestão Aristides Armínio Guaraná¹¹ que foi empossado a 7 de setembro de 1877, e de 503 ofícios da gestão Lufz Cavalcanti de Campos Mello que ficou até 18 de julho de 1882 quando a colônia de Santa Leopoldina foi emancipada.

5. IMPERIAL COLÔNIA DO RIO NOVO

A existência da colônia do Rio Novo é bem anterior à chegada dos imigrantes italianos. Em 1855 tinha o nome de "Associação Colonial do Rio Novo". Depois passou ao Estado em 7 de outubro de 1861 já com o nome de Imperial colônia do Rio Novo, sendo dividida em cinco territórios. O 1º e o 3º territórios ficavam à margem do Rio Novo com seu centro colonial a 2 km do porto de embarque de seus produtos; o 2º, 4º e 5º, à margem do rio Benevente. A colônia tinha uma área de 40.000 ha, aproximadamente, com 713 lotes, dos quais 426 ocupados.

A área desta colônia oferecia uma particularidade: é que havia muita fazenda abandonada e terrenos pertencentes a particulares, o que tornou a sua ocupação diferente da de outras colônias. Nem tudo eram terras devolutas na área da colônia.

Durante muitos anos não prosperou até que em 25 de setembro de 1871 foi nomeado diretor Joaquim Adolfo Pinto Pacca. Diz ele em relatório de 1876: "Só em junho de 1875 foram a ela remetidos novos emigrantes, depois de um período de 15 anos de interrupção de tais remessas."¹²

De fato, aos 16 de junho chegaram a Benevente 565 tirolezes que foram levados ao núcleo colonial São José do Tirol, no 2º território. Apesar de se cumprir o artigo 32 do regulamento de 19 de janeiro de 1867 que dizia: "Havendo trabalho na colônia, serão nele empregados os colonos que o quiserem nos seis primeiros meses", em 18 de dezembro, 220 deles se retiraram alegando ao delegado de polícia da vila de Itapemirim, em inquérito policial, que sofreram maus tratos e que na sua retirada tiveram de comer burros mortos, ratos e urubus. Tal notícia veiculada pelo jornal **O Comércio** da capital, foi rebatida como falsa pelo diretor. No entanto, a carestia dos gêneros de primeira necessidade era verdadeira; "efetivamente os gêneros foram caros no primeiro mês em que estes colonos chegaram ao 2º território" porque havia um só comerciante sem concorrência na praça. Reclama Pinto Pacca ao presidente da Província em 20

de março de 1876:

Assim viviam aglomerados em um rancho de palha do Governo sem terem derrubado um só pau e seus prazos abandonados; e como único trabalho tinham o de virem à Diretoria nos domingos receber dez mil réis. Tirando umas 15 famílias a lavoura deles consistia em meia dúzia de pés de alface e outros tantos pés de **beijos de frades**, flor esta que eles muito apreciavam.

A razão mais profunda, porém, apresentada por Pinto Pacca em seu relatório diz respeito ao próprio sistema colonial adotado na região. Ele minimiza o insucesso da retirada e a má impressão causada pelo fato.

Aconteceu com parte destes tirolese fato semelhante ao que havia acontecido em 1873 na colônia de Santa Leopoldina com os polacos. Os tirolese queriam trabalhar em estradas de ferro e não na lavoura. Por isso diz Pinto Pacca:

Todas as colônias do Estado têm por ele passado e continuarão a passar enquanto receberam tirolese, forem os mesmos os meios de promover a emigração na Europa, não for essencialmente alterado o regulamento das colônias com a substituição de sistema de pequena propriedade pelo sistema que chamo misto 'parceria e pequena propriedade' que deve consistir em montar-se nas colônias fazendas normais 'escolas práticas de agricultura' onde os emigrantes recém chegados, nos dois primeiros anos de seu estabelecimento, aclimem-se, aprendam a cultura do país, ganhem os meios de subsistência e vão pouco a pouco familiarizando-se com os nossos sertões e preparando sua pequena propriedade. Este sistema convenientemente desenvolvido de harmonia com sábias lições da experiência e acurada observação é prenhe de benéficos resultados, já em relação à economia, já em relação à solução do importante problema da colonização.¹³

A história não é feita só do ufanismo que reveste a vida dos pioneiros italianos no Espírito Santo. Existe também um lado feio que, tanto o Governo tenta apagar em sua administração, como também os imigrantes tentam esconder em sua trajetória. Os imigrantes na sua quase totalidade eram uma classe menos favorecida na Europa; viajavam, frequentemente, em condições infra-humanas; tinham, no Brasil, que aclimatar-se e enfrentar dificuldades nunca imaginadas. Isto explica porque a colônia "Nova Trento" de Pedro Tabachi acabou num inquérito policial. Também na colônia

de Rio Novo a tentativa dos primeiros tirolese culminou com a retirada de dois terços deles, cerca de 443, com base em um inquérito policial que dizem existir no arquivo da vila do Itapemirim. Sabe-se pelo relatório do diretor que em abril de 1878 haviam entrado 688 tirolese dos quais permaneceram 245, enquanto os italianos eram em número de 832.

No final de 1877, os restaurantes tirolese que viviam do trabalho nas estradas não quiseram se dirigir a São Joaquim. Desobedecendo às ordens do ajudante do diretor, empunharam uma bandeira vermelha e foram melhorar um trecho de estrada próximo do seu núcleo. No dia do pagamento promoveram um tumulto. O diretor mandou prender cinco deles, os mais exaltados, ameaçando-os com o artigo 37 do regulamento de 19 de janeiro de 1867 que tratava da expulsão da colônia. Além disso, as mulheres vieram à casa do diretor reclamar e dirigir-lhe algumas injúrias, mas o diretor deixou-os presos mais quatro dias para não intimidar-se diante de tais atos. Depois, amainados os ânimos, soltou-os.

Em 21 de agosto de 1878 Pinto Pacca apresenta um relatório de 46 páginas manuscritas ao inspetor geral das Terras e Colonização, encabeçando uma comissão encarregada da emancipação da colônia do Rio Novo e vai pessoalmente à Corte imperial levar o referido relatório.

É certo que a colônia do Rio Novo não possuía tantas terras devolutas e que sua área estava recortada de fazendas abandonadas e de sesmarias. Era imperioso proceder-se ou à abertura de novas frentes de ocupação, ou à compra de fazendas e sesmarias para dividi-las em colônias.¹⁴ Pinto Pacca atribui a si os méritos de ter transformado a colônia atrasada em uma das mais prósperas e populosas.

A imperial colônia do Rio Novo foi emancipada a 7 de março de 1880 e sua história, sobretudo no que diz respeito à imigração italiana não foi suficientemente estudada.

6. NÚCLEO DO CASTELO

Em janeiro de 1880 foram estabelecidos 581 imigrantes no novo núcleo do Castelo. A ocupação da área e a emancipação da colônia foram rápidas, 16 meses depois. A colônia do Castelo começou com algumas seções que se multiplicaram na fase republicana: Alexandrina, Araguaia, Carolina, Deserto, Guiomar, Iracema, Matilde, Maravilha, Santa Júlia, Urânia, Vitor Hugo. Estas seções se estendiam ao longo das águas dos rios Benevente, Jucu e Castelo. A colônia do Castelo foi emancipada em 28 de maio de 1881. Em dezembro de 1882 Pinto Pacca foi incumbido de medir 150 lotes neste núcleo, mas cento e vinte e dois imigrantes a ele destinados se recusaram a aceitar lotes tão distantes e pediram para se estabelecer na seção Alexandrina, no que os satisfaz o diretor.

Em fins de 1885 o ministro da Agricultura resolveu dispensar as co-

missões de medição da Província, entre os quais se achava a de Pinto Pacca. Este, porém, foi vinte dias depois, nomeado inspetor especial para continuar os trabalhos. Ele estava terminando uma estrada de mais de 15 leguás, que considerava a melhor da Província. Havia então nas colônias 800 lotes devolutos e demarcados. Caso não fossem ocupados haveria prejuízo para o governo. Neles poderiam estabelecer-se 4.000 imigrantes aproximadamente. Ao assumir sua nova função reclamava Pinto Pacca que se achava cansado de ensinar a outros funcionários há 18 anos, recaindo sobre ele o trabalho de aprendizes.

7. RECESSO E RUÍNAS. REATIVAÇÃO DA IMIGRAÇÃO

Emancipadas as colônias em 1880 e 1882, a sua população ficou sujeita à administração comum da Província. Se os poucos funcionários não foram demitidos, as casas do Governo pelo menos caíram em estado de abandono. O que aconteceu em Santa Teresa e Ibirapu em 1885, aconteceu também no Rio Novo. O diretor desta colônia informava ao presidente da Província que

e tanto é assim que estas propriedades acham-se em ruínas, acontecendo até sêr-lhes roubadas portas e janelas e existir ocupada por uma venda a excelente casa de instrução pública do 5º território, ignorando eu onde foram os utensílios da escola, não só desta, como de todas as outras existentes na colônia.¹⁵

Júlio Alves da Cunha, engenheiro que tinha sido transferido do Pará para ocupar o cargo de chefe da Comissão de Descriminação de Terras Nacionais no município de Santa Cruz refere-se ao estado da casa da diretoria no Conde D'Eu, em janeiro de 1885, nos seguintes termos:

encontrei em abandono completo, toda aberta, sem uma só chave ou trinco, com alguns portais e soleiras apodrecidas, esquadrias arrancadas, rodapés e forros em mau estado, cheia de cupins em diferentes pontos e cercado de grosso e cerrado capoeiral. A esta casa me recolhi porque não havendo outra em que me abrigasse. . .¹⁶

E no dia 10 de março seguinte já era nomeado para substituir o anterior o engenheiro Carlos Leopoldo Ferreira, de modo que, o rodízio dos próprios funcionários não permitia levar à frente a realização das obras necessárias. O novo chefe, porém, conseguiu a verba de 1:173\$743 réis para os reparos.

Em Santa Teresa o edifício da diretoria ficava fora da vila e no alto. Em 1892 suas portas e janelas tinham sido roubadas. É interessante observar que o encarregado do estabelecimento de imigrantes dizia não se dever **afagar** — o termo é este — os imigrantes com esse luxo tardio.¹⁷

A hospedaria da Pedra D'Água, se não foi desativada, perdeu, ao menos, parte de sua função. Os imigrantes que se dirigiam ao Espírito Santo eram poucos, esporádicos e vinham transferidos de outras províncias do Brasil. A hospedaria estava em ruínas e não tinha meios de receber hóspedes.

Em detalhado relatório feito no início de 1888, diz o engenheiro Pantoja ao inspetor especial das Terras e Colonização, Pinto Pacca:

Em toda esta ex-colônia não possui o Estado um só prédio em condições de prestar-se para recepção e agasalho de imigrantes recém-chegados. . . Na povoação de Santa Teresa há dois prédios do Estado, sendo um o que serviu de casa de administração e a outra a que serviu de escola e hospital. O primeiro acha-se bastante estragado e o segundo está em regular estado de conservação e pode ainda prestar serviços, como está prestando, depois de ter esta Comissão mandado asseá-lo. Na povoação Conde D'Eu tem o Estado três prédios, um, antiga casa da diretoria, podendo ainda prestar serviços sendo convenientemente reparada; a outra, o antigo barracão de recepção e agasalho de imigrantes precisa também de reparo sem os quais em breve tempo desabará; finalmente, o terceiro, o que serviu de escola, casa de modestas proporções está também arruinada. . . Assim, não tendo o Estado nesta ex-colônia senão prédios como os que acabo de descrever e sendo de necessidade que os possua em condição de servirem para receber e agasalar imigrantes em diversos pontos da ex-colônia, ainda que por algumas horas, porque aqueles que se dirigem para Porto do Cachoeiro e Timbuí só chegam a esta vila ao cair da noite, assim como os que se dirigem para Conde D'Eu só chegam à povoação do mesmo nome à tarde ou à noite, tendo, por conseguinte, de pernoitar nessas localidades, da mesma sorte os que, chegando ao Porto do Cachoeiro, se destinam ao Baixo Timbuí (águas do Rio Doce) têm de pernoitar na povoação de Santa Teresa, é preciso que haja nessas localidades, pelo menos, um teto que possa abrigá-los e as suas bagagens, sem falar nos que podem chegar adoentados.¹⁸

Tudo o que se lê nos documentos atesta, de fato, um período de inter-

rupção da corrente imigratória na Colônia de Santa Leopoldina, até 1887.

Com a retomada intensa da imigração no início de 1889 foi necessário reconstruir de novo a hospedaria dos imigrantes, comprar terrenos para construir junto a ela um hospital orçado em 38:140\$832 réis; para reparos da Hospedaria a verba foi de 43:649\$053 réis, sem contar os gastos posteriores, pois a restauração só foi concluída em novembro de 1889, com a cimentação das escadarias para dar agradável aparência. Estes trabalhos eram urgentes e reconhecidamente obrigatórios porque, com o anúncio da chegada próxima de grandes remessas chegavam também notícias de surtos de varíola ocorridos nas viagens. Durante a travessia morreram 17 imigrantes de varíola, conforme atesta um registro de 25 de dezembro de 1888.¹⁹

Enquanto as construções do Governo caíam em ruínas os imigrantes valiam-se da precariedade dos barracões primitivos como foi o caso do barracão de Conde D'Eu que serviu de igreja até 1887. Não havia cemitérios oficiais nos núcleos.

Para agravar a sorte dos primeiros colonos, também os serviços burocráticos que procediam à legalização dos papéis de posse, relativos aos prazos, eram morosos como ineficientes e acontecia de haver dois colonos reclamando um mesmo terreno ou parte do prazo mal medido. A colônia de Santa Leopoldina teve, em 1887-1888 e 89 a sua planta geral toda revisada a fim de regularizar a legitimação e revalidação de posses.

Os reflexos da desorganização remontavam ao tempo da emancipação. Veja-se o que escrevia Pinto Pacca em setembro de 1880.

Tendo sido emancipada a colônia do Rio Novo retirou-se dali, como cumpria, a diretoria, a quem competia o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos. Não existindo autoridades civis e policiais acontece: ignoram os colonos a quem devem dirigir-se para o referido registro e como, por isso, importunam constantemente a diretoria do núcleo colonial do Castelo, absolutamente independente daquela colônia: respeitosamente peço a V. Exa. que digne-se designar a autoridade competente para continuar tal registro.

Desde maio de 1876 os assentamentos de batizados, casamentos e óbitos da colônia do Rio Novo eram feitos pelo pároco de Itapemirim em livro da capela do 1º território, nas poucas vezes em que ele para ali se dirigia a fim de oficiar tais atos. A diretoria fazia o assentamento de óbitos, casamentos e nascimentos com base nas informações que lhe enviavam, mensalmente, os auxiliares nos territórios.

Como se sabe, a lei de 28 de setembro de 1885 reativou o movimento colonizar que, se era inexpressivo em termos de quantidade numérica de imigrantes, não o era quanto ao número de lotes demarcados ou medidos.

A comissão a cargo de Jacinto Adolfo de Aguiar Pantoja na ex-colônia de Santa Leopoldina só recebeu 44 imigrantes dos 400 chegados no ano de 1887 ao Espírito Santo e deste total muitos não eram italianos. Mediram-se 362 lotes tendo 181 disponíveis. Havia um problema a ser enfrentado no caso dos colonos de família numerosa que tinham filhos maiores de 18 anos. O artigo 7º do regulamento de 19 de janeiro de 1867 dizia: "Os filhos maiores de 18 anos terão direito à escolha de lotes com as mesmas condições, para se estabelecerem separadamente, quando assim o requere-rem." Isto se verificou por ocasião da emancipação da colônia tendo se chegado a mandar cumprir este artigo através de instruções de 18 de novembro de 1884. Ocupadas todas as áreas disponíveis próximas aos núcleos, só restava a opção de internamento nas terras devolutas. Assim começa um novo período na história da imigração italiana do Espírito Santo.

8. A FASE REPUBLICADA

A segunda fase da história da imigração italiana no Espírito Santo é marcada por uma proliferação de núcleos coloniais que consolidaram a ocupação das áreas vazias. Sua criação se investe de características bem diversas de criação dos primeiros núcleos. Foram eles: Costa Pereira (1889) e Afonso Cláudio (1890) ao sul; Antônio Prado (1887), Acioli Vasconcelos (1887) e Muniz Freire (1893) no vale do rio Doce; Demétrio Ribeiro (1890) no vale do rio Piraqueçu; Santa Leocádia (1888) e Nova Venécia (1892) no vale do rio São Mateus.

As informações sucintas que sobre eles se lêem no livro **O Estado do Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico** de Artur E. Magarinos Torres Filho, foram extraídas, com as mesmas palavras e cortes de relatórios redigidos por Gabriel Emílio, existente no Arquivo Público do Estado do E. Santo.²⁰ Pouco se tem escrito sobre estes núcleos. Alguns deles se tornaram cidades, outros, trocaram de nome e outros ainda, ou porque perderam representatividade na economia, não corresponderam ao futuro próspero que lhes era destinado. O núcleo Muniz Freire significou o fim de um período na história do Espírito Santo e da imigração italiana.

9. NÚCLEO ANTÔNIO PRADO

O núcleo Antônio Prado foi fundado em 1887 pelo engenheiro Antônio Francisco de Ataíde. O local escolhido para sua sede ficou na confluência do rio Mutum com o rio Santa Maria do rio Doce. Os lotes, porém, só começaram a ser ocupados a partir de 1888 por imigrantes trazidos nas sucessivas viagens sobretudo do navio Adria que de setembro de 1888 a se-

tembro de 1891 trouxe 4.289 italianos. Os imigrantes tinham que paassar pelo Cachoeiro de Santa Leopoldina e Santa Teresa, para depois descer ao baixo Timbuí. A distância a percorrer era enorme. A queda do regime monárquico trouxe consequências que repercutiram até os capilares da vida nacional. O núcleo recém fundado no Mutum ficou ao abandono das iniciativas. O novo governador do Estado, Afonso Cláudio de Freitas Rosa incumbiu o coronel Augusto Nogueira da Gama de inspecionar o novo núcleo com "instruções reservadas" e o coronel apresentou-lhe o seguinte relatório que aponta medidas de urgência para aliviar a penúria dos imigrantes:

Em obediência às determinações que me fizestes em instruções reservadas, dirigi-me à ex-colônia Santa Leopoldina e tomei por ponto objetivo o núcleo Conselheiro Prado, onde se acham estabelecidos os últimos imigrantes vindos diretamente a esta capital no vapor Adria e outros por via do Rio de Janeiro no vapor Colúmbia. Esse núcleo compreende duas seções — Mutum e Baunilha. O motivo que determinou a vossa patriótica resolução, de remeter-me àquelas paragens, foi por mim escrupulosamente investigado, chegando ao conhecimento do que passo a expor:

Nos dois últimos meses os colonos ali localizados sofreram grandes provações motivadas pela falta absoluta de gêneros alimentícios com que provesses a sua subsistência, produzindo essa falta desagradável impressão no espírito de todos que dela tiveram conhecimento, de modo que convém por todos os meios fazê-la cessar de vez a fim de não fazer abortar o povoamento de uma zona tão prometedora de grandes vantagens para os colonos que nela se estabelecerem e de imenso futuro para a prosperidade deste Estado, confiado hoje ao vosso alto critério e alevantado patriotismo, o qual hoje mais do que nunca, precisa pôr em ação todos os recursos de que é dotado. No meu humilde pensar duas foram as causas desse flagelo: uma, a anormalidade da estação que atravessamos, a qual deu em resultado a escassez de produtos agrícolas, de modo a encarecê-los exorbitantemente, e a outra, ao quase abandono em que se acha aquele núcleo de uma direção ativa, que trate por meios peremptórios de providenciar conforme as circunstâncias o exigirem. Esta causa eu a constatarei dizendo que estando o referido núcleo sob a direção do engenheiro Jacinto Adolfo de Aguiar Pantoja, reside este no Porto do Cachoeiro (16 a 20 léguas distante do lugar que tem de inspecionar e dirigir). É certo que tem no núcleo empregados executores de suas ordens; mas infelizmente aquele a quem escolheu para seu preposto,

não tinha capacidade para isso, segundo fui informado e se evidencia pelas recriminações que em geral ouvi contra ele. Este cidadão João Manuel Dias Simões, faleceu dois ou três dias depois de minha chegada, pelo que não me foi possível recolher dados para reconhecer com precisão qual a dívida do Estado, proveniente de salários e outros pagamentos, conforme me recomendastes. Entretanto, por alguns dados que pude colher me parece que com a quantia de dezoito contos de réis se poderão liquidar todos os pagamentos que estão em atraso. Dois outros empregados que ali existem são meros executores de orgens que tardiamente recebem. Apesar de tudo isto apraz-me em dizer-vos que em despeito dessas irregularidades achei os colonos encorajados para prosseguirem em seus labores animados pela uberidade dos terrenos que lhes foram distribuídos.

Depois de dedicar uma parte à reclamação dos colonos espanhóis estabelecidos na seção Baunilha, continua o mesmo relator:

Logo que cheguei na vila do Cachoeiro²¹ fui informado de que no aludido núcleo havia falta quase absoluta de alimentação, pelo que tratei imediatamente de fazer seguir para a dita localidade tropas, conduzindo gêneros de primeira necessidade, e efetivamente ali chegando, reconheci essa falta e tive de providenciar no sentido de fazer nova remessa a fim de poder acudir às reclamações que neste sentido me foram feitas. Com essa providência despendi a quantia de dois contos cinco mil quatrocentos e noventa réis, conforme consta dos documentos juntos de número um a quatro. Além destes socorros despendi no mesmo intuito a quantia de duzentos mil réis que entreguei a um empregado do núcleo para ser aplicado em auxílio de duas viúvas mães de família (documento nº 5). Adicionada a semelhante despesa a de 995\$700 constante dos documentos número seis e dez eleva-se o total de 3:201\$190 que comparada com a de 6:000\$000 que me foi entregue, resulta o saldo de 2:798\$810 que deve recolher aos cofres da Tesouraria da Fazenda.

Como meio de obviar ou remover os embaraços que estorvam o desenvolvimento daquela localidade seja-me permitido consignar aqui algumas medidas que me parecem indispensáveis. Segundo verifiquei, o atraso de pagamento das despesas do núcleo deu lugar à adoção de vales ou abonos passados aos colonos para por meio deles poderem obter

dos negociantes os gêneros de que carecem para a sua subsistência; este sistema, que a prática já demonstrou ser de grande inconveniente para a boa fiscalização dos dinheiros públicos e ainda de maior desvantagem para o imigrante, que em tais condições fica sujeito a exageradas exigências dos comerciantes. Julgo pois de toda a conveniência que se faça cessar semelhante sistema, providenciando-se no sentido de serem pagos mensalmente os salários dos trabalhadores em moeda corrente. Com este regime não só melhoram as circunstâncias financeiras do indivíduo, como ainda os liberta de desagradável condição de tutelado, que não pode dispor livremente do resultado do seu trabalho, matando destarte o estímulo, agente poderoso para o desenvolvimento das forças físicas. Creio que não poderá exceder a dois contos de réis a despesa mensal necessária com tal alvitre. Uma outra medida necessária é o melhoramento das estradas cujo estado atual é sobremodo deplorável, parecendo atestar o abandono em que estão dos poderes competentes. Tomadas estas providências é de supor que desaparecerão as causas que periodicamente se avolumam para motivarem reclamações que tanto têm prejudicado o progresso do nosso Estado, que muito espera do patriotismo de seus habitantes sob a inspiração de um governo moralizado. Paz e fraternidade. Vitória, 16 de dezembro de 1889.

10. COLATINA E SEUS PRIMEIROS HABITANTES

O núcleo Antônio Prado era composto de oito seções: Santa Maria, São Jacinto, Mutum, Baunilha, Baunilha de Baixo, Baunilha de Cima, Córrego da Ponte e Colatina. A exploração das terras se fazia das nascentes dos rios para a foz. Assim aconteceu no rio Santa Maria do Rio Doce. O Baixo Timbuí era um prolongamento do núcleo Timbuí fundado em 1875.

Embora a ocupação da atual Colatina se desse somente a partir de 1888, em maio de 1877 uma expedição chefiada pelo engenheiro Cristiano Boaventura da Cunha Pinto chegou à foz do rio Santa Maria e deste trabalho deixou minucioso relatório:

... percebi que o rio Santa Maria se finalizava quer numa lagoa, quer no rio Doce, e para fazê-lo mais provável, pouco depois encontramos uma picada de caçadores de três a quatro meses de idade que seguia de S. para O.; continuei com o rumo de N. tendo deixado o rio que seguia a direção N.E., mas como fosse já tarde e necessário acampar, mas segui

com o rumo de Leste a fim de encontrar outra vez o rio, depois de termos andado para N. uma meia légua. Tendo chegado à sua margem descobriu-se um vargado extenso e limpo, e aí mandei fazer um rancho. Depois de cinco minutos indo ao meio do rio por uma árvore que servia de ponte, e conquanto já fosse escuro, pude observar na distância de 50 metros a correnteza de um outro rio, muito maior. No dia 13 às cinco horas da manhã plantou-se um marco de madeira de lei com as formalidades do estilo, na extremidade da língua de terra que separava as águas do rio Doce das do Santa Maria.

Somente dez anos mais tarde, no mês de setembro de 1887 foram medidos os últimos dez lotes na foz do rio. O terreno que hoje compreende a área da esplanada, em Colatina, foi assinalado como pertencente a Vitor Hugo e assim ficou até 1896. O barracão para recepção de imigrantes, porém, foi construído no alto, em Colatina Velha, no final de 1888. O engenheiro Pantoja dizia em 31 de janeiro de 1889:

É também de grande necessidade que à margem direita do rio Doce, um pouco abaixo do rio Santa Maria, cerca de um quilômetro, seja estabelecido um ponto para desembarque de imigrantes derribando aí cerca de 10 hectares, construindo-se um barracão para receber e agasalar imigrantes e fazendo-se daí partir uma estrada de rodagem de 20 quilômetros de extensão margeando o rio Santa Maria do rio Doce do lado de leste até encontrar a barra do rio Mutum. Este porto e esta estrada facilitarão o transporte dos imigrantes e das suas bagagens para esta parte do núcleo além da notável economia nas despesas que atualmente se fazem com transportes da Vitória ao porto do Cachoeiro e daí até a barra do rio Mutum numa extensão total de cerca de 150 quilômetros em canoas e costas de animais. Estabelecido este ponto, a distância que terão os imigrantes a percorrer por terra se reduzirá a 20 e poucos quilômetros em média. Reputo a construção do barracão e da estrada de rodagem em 35 contos.²³

Das seções do núcleo Antônio Prado era natural que o porto no rio Doce estivesse destinado a prosperar. Com a subida de Muniz Freire ao governo do Estado, batizaram o lugar com o nome de sua esposa Colatina.

No dia 1º de junho de 1893 saía o edital assinado pelo auxiliar de escritório servindo de escrivão, Rufino Rafael de Carvalho, regulamentando a distribuição dos lotes urbanos para os primeiros habitantes de Colatina. "Faço público que nesta data foram feitas concessões de lotes urbanos

no barracão do Santa Maria do rio Doce aos requerentes abaixo mencionados que ficam obrigados ao começo da construção no prazo de três meses.¹²⁴

- | | |
|-------------------------|----------------------------|
| 1. Francisco Jazdzewski | 8. Godofredo Schneider |
| 2. Alberto Rafalski | 9. Vago Eugênio |
| 3. Jacob Passamani (—) | 10. Vago Cezario |
| 4. Evaristo Ferrari (—) | 11. Francisco Poraczeki |
| 5. Vago Giuseppe | 12. Vilaschi Angelo (*) |
| 6. Cesare Ferrari | 13. Bosetti Giovanni (*) |
| 7. João C6 (*) | 14. Campi Giuseppe |

A extensão dos lotes a eles concedidos media 10m de frente e 15m de fundo. Só consta que três deles estavam morando, Godofredo Schneider, Francisco Poraczeki e Campi Giuseppe. Jacob Passamani e Evaristo Ferrari não compareceram no tempo previsto e suas concessões caíram em comisso. Os outros 36 a quem foram concedidos lotes em 29 de julho, 2 e 19 de dezembro de 1893 eram: Franz, Meyer e Cia (*), João Pickler, José Antônio da Silva, Geraldo von Hake, Negrelli Paolo (*), Manoel Tavares de A. Nogueiras, Pedro Alexandrino Mascarenhas, Benedito André, Miguel Gonring, José Fernandes Benevides (*), Manoel Ludgero da Costa (—), João José de Andrade (*), José Kopeski, João Viersasefski (—), José Joaquim do Nascimento (—), José Schmitberger (*), Vicente Pidner, Luiz Kopferer, Rufino de Souza Carvalho, Germano Sebastião Wolkartt (*), Henrique Moschen (*), Carlos Avancini (—), João Damasceno Vieira (*), Francisco Pereira Lopes (—), Galdino Ferreira da Motta, Joaquim F. Ferreira Grillo, Agnello dos Passos Carlos (*), João Pereira de Sant'Anna (—), Fritoli Silvestre, João Werfele (*), Leon Lenci, Catarina Posmoser, José Butiscofski, Manoel Teodoro do Nascimento, Manoel Correia, Ivo Pereira de Sant'Anna (*).

Os assinalados com (—) não compareceram e, portanto, perderam o direito ao lote. Alguns, tentando burlar o decreto nº 4 de 4 de junho de 1892, no seu artigo 94 que dizia: "Os lotes urbanos destinados a futuras povoações só serão vendidos sob a condição de imediata construção de casa", mandavam fincar esteios para fingir que estavam construindo. Em 24 de agosto de 1894 foi afixado o aviso: "De ordem do cidadão Doutor Diretor desta repartição faço público aos cidadãos abaixo mencionados, concessionários de lotes urbanos na vila Colatina, nos quais têm apenas esteios fincados, que lhes fica marcado o prazo de noventa dias, a contar deste data, para darem andamento à construção de suas casas, sob pena de caducar a concessão, sem direito a reclamação alguma em vista do pouco caso com que estão tratando os interesses do Estado." (Ver o nome dos interessados o sinal (*) acima. E neste mesmo dia saiu outro aviso com a concessão de lotes urbanos a mais 25 interessados, acrescentando: "Previno mais a todos que não servirão de garantia para domínio do lote urbano esteios fincados ou madeiras amontoadas no mesmo lote, competindo

nestes casos ao chefe da Comissão transferir a concessão para qualquer pretendente que, nos termos acima se obrigue a edificar, podendo fazê-lo sem ônus algum dos esteios ou madeiras no lote considerado em comisso." A seguir vem uma lista de 25 nomes na sua quase totalidade constituída de nacionais.

Do exposto se confirma a tradição oral que relata a formação de Colatina como sendo eclética. Era um povoado formado por brasileiros, italianos, alemães, poloneses e outros povos, bastando conferir os sobrenomes. Os dados acima apresentados são inéditos e não constam da monografia **Colatina ontem e hoje**, de Fausto Teixeira, excelente em informações a respeito da cidade.

11. NÚCLEO ACIOLI VASCONCELOS

O nome do núcleo colonial fundado às margens do rio Pau Gigante é homenagem ao tenente coronel Francisco de Barros e Acioli Vasconcelos. O primeiro a medir lotes na margem do rio foi o engenheiro Artur Napoleão de Barros que batizou o lugar com o nome de seção Cecília,

ficando nesta região, em uma grande volta que faz o rio à margem esquerda, uma área de 790.325 metros quadrados completamente devoluta e a qual pretendo subdividi-la em lote urbanos pois escolhi-a para o estabelecimento de um novo núcleo a que denominei núcleo Cecília.²⁵

Ficou só na denominação. Seu cargo foi ocupado um mês depois, em abril de 1887, por Antônio Francisco de Ataíde que continuou as medições até a foz do rio.

Para sede do núcleo foi escolhido o lugar atual da vila de Acioli nos lotes 46 e 48. O barracão ainda estava sendo construído no início de 1889 e a ocupação dos lotes era bastante heterogênea. A predominância italiana só se verificou a partir das sucessivas viagens realizadas pelo Adria e por outros navios. O Maria Pia chegou a Vitória em fevereiro de 1888 com 301 italianos; o Adria em setembro com 463 num total de 125 famílias; O Adria voltou com 1530 em dezembro; em março de 1889 o Adria trazia mais 1280 italianos; e assim o Napoli, o Montana, o G.B. Lavarello, o Cofaro iam descarregando centenas de imigrantes no ano de 1891. Em setembro de 1891 o Adria deixou em Vitória 852 imigrantes e em dezembro o navio Birmânia trouxe 1423. Os imigrantes vindos neste navio já iam ocupando os últimos rincões, as cabeceiras dos terrenos devolutos. Alto Bér-gamo, nas cabeceiras do rio Pau Gigante foi colonizada por eles. Os espaços iam diminuindo. Febres, mortes, intrigas marcaram o início do núcleo cujo clima não era salubre.

O núcleo teve oito seções: Pau Gigante (atual Acioli), Ubás, Triunfo, Esperança, Treviso, Café, Otelô e Alto Bérnago. Poucas existem como aglomerados populacionais e só possuem moradias esparsas. Barra do Triunfo foi sede de fazenda, propriedade de Giuseppe Battisti, que prosperou com casa comercial, igreja e cemitério incrustados em terreno particular. O motivo pelo qual estes lugares não prosperaram não era exclusivamente econômico. Pensava-se, na época, em termos de vias navegáveis através do rio Pau Gigante, então caudaloso. Este plano inviável foi substituído pela estrada de ferro. Hoje, nem a estrada de ferro, nem a estrada pavimentada passam dentro da vila de Acioli.

12. NÚCLEO DEMÉTRIO RIBEIRO

O núcleo Demétrio Ribeiro foi fundado em 1890 nas cabeceiras do rio Piraqueçu e era uma passagem para o núcleo Acioli, no Pau Gigante e núcleo Antônio Prado, no Santa Maria do Rio Doce. O bispo Dom João Nery, quando de sua visita pastoral no início deste século, o descreveu assim:

No encontro dos dois ribeirões: Clotário e Saúnas, o primeiro afluente do Santa Maria e dos dois valões correspondentes, se acha o pequeno arraial outrora núcleo deste nome. Em forma de um T e constando de 20 casas baixas, modestas e cobertas de tabuinhas aí está situada a localidade. No meio de todos os edifícios se destacam dois magníficos prédios: um à esquerda do ribeirão Clotário, em uma pequena elevação, propriedade do senhor Carlesso Bortolo; outro à direita do mesmo ribeirão fechando a pequena rua que corre de leste a oeste acompanhando o ribeirão Saúnas, propriedade do senhor Negri Orestes, ambos assobradados e magnificamente construídos. Pouco adiante do arraial, águas acima do Saúnas está a capela que serve aos habitantes destas regiões. É consagrada a Santa Antônio e tem um único altar, no canto da capela mor. Toda a capela é de pau a pi-que e coberta de tabuinhas.

O senhor Orestes Negri foi um dos primeiros habitantes do lugar e ficou encarregado dos serviços por ordem do diretor Gabriel Emílio. Foi ele quem derrubou a mata para construir a igreja e o cemitério.²⁶

13. NÚCLEOS SANTA LEOCÁDIA E NOVA VENÉCIA

Os núcleos de Santa Leocádia e Nova Venécia, ambos à margem do rio

São Mateus (Cricaré) foram os que mais sofreram em razão do isolamento dos demais centros de colonização e até hoje pouco se sabe sobre eles. É natural que as áreas e as épocas onde houve sofrimento sejam apagadas e esquecidas. O documento que batizou o núcleo, na íntegra, é o seguinte:

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que nesta data resolvi dar a denominação de Santa Leocádia ao núcleo colonial que estou fundando no ribeirão Bamburral para o que peço desde já aprovação de V. Exa. Deus guarde a V. Exa. Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Henrique de Atafde Lobo Moscoso M.D. Presidente desta Província. Gabriel Emílio da Costa. 27

Este documento tem a data de 20 de setembro de 1888.

Santa Leocádia recebeu primeiro uma leva de 86 imigrantes. O maior contingente, porém, que se dirigiu para São Mateus foi de 323 imigrantes, uma parcela dos 1530 chegados no Adria em dezembro de 1888. Em março do ano seguinte os colonos estavam em pé de revolta por falta de comida.²⁸ Em 18 de julho, Leonel Joaquim Almeida Fundão envia um telegrama para Vitória dizendo que:

Ontem, três horas da tarde, foram incendiados os dois principais barracões da colônia Santa Leocádia e casa de negócio Olinto Santos. Delegado Polícia segue já proceder rigoroso inquérito. Há muitos dias colônia em completo abandono. Diretor e empregados ausentes acham-se constantemente nesta cidade. Ressentimento geral. Devido ser esta colônia o mais lisongeiro futuro desta comarca.²⁹

Tanto Gabriel Emílio como Pinto Pacca negam a gravidade do fato, afirmando que Leonel Fundão nunca ocupara o cargo de agente de colonização e era sim um intrigante. O sinistro tinha sido provocado involuntariamente por descuido de uma mulher que fazia comida no seu fogão.

Nova Venécia é o prolongamento do núcleo Santa Leocádia e sua sede foi estabelecida em 1892 no governo Muniz Freire.

14. SEDE EM LINHARES

A sede da ex-colônia de Santa Leopoldina devia funcionar no núcleo Antônio Prado, mas Gabriel Emílio foi nomeado para dirigir a comissão na ex-colônia de Santa Leopoldina a 4 de março de 1890, no lugar de Pantoja, tendo sido removido de Santa Leocádia em São Mateus.³⁰ O primeiro ato ao chegar à sede foi escrever ao engenheiro Antônio Ataíde solicitando sua

vinda para orientá-lo e dar informações. Mas já tinha em mente a mudança da sede da comissão para Linhares, bem como uma série de planos diferentes para conduzir a imigração. Conhecedor da região do rio Doce, Ataíde não concordou e se recusou alegando motivo de saúde. Daí surgiu uma polêmica entre ambos. Ataíde foi deimitido pelo governador e no seu lugar foi nomeado o agrimensor Antônio Machado Bitencourt e Melo Júnior. Gabriel Emílio escreve ao governador dizendo que passava às suas mãos o ofício de Ataíde a fim de que ficasse sabendo que o pessoal da comissão a seu cargo estava reduzido ao chefe e ao agrimensor Bitencourt; pois a **vila de Linhares, zona marginal do rio Doce, compreendendo localidades manifestamente insalubres**, não convinha à saúde do ajudante engenheiro Antônio Francisco Ataíde, que tudo podia conhecer menos a zona e vales do rio Doce.³¹ Ironicamente Gabriel Emílio grifou as palavras de Ataíde, mas a história mostrou, em menos de cinco anos, que o ajudante tinha mais razão e que as medidas de Gabriel Emílio redundaram no fracasso do núcleo Muniz Freire. O leitor dos periódicos de então pôde se deliciar com esta polêmica ao ler o **Comércio do Espírito Santo**, cujo redator era Aristides Freire, em 1895, ano da proibição da imigração. O jornal, em suas edições de números 212 a 237, publicou artigos em que Ataíde se justifica e em que enumera as inconveniências da transferência da sede do núcleo para Linhares.

Não fora preciso tanta polêmica se se tivesse seguido a orientação de um dos homens mais experientes na questão, o inspetor especial Joaquim Adolfo Pinto Pacca, com seus mais de 25 anos no ofício. São estas as razões apresentadas por Pinto Pacca ao governador Afonso Cláudio, em 30 de dezembro de 1889, justificando porque não era conveniente a mudança da sede da comissão para a vila de Linhares:

- a. Linhares acha-se a cerca de 13 léguas de distância do centro de ação mais conveniente atualmente a essa comissão, porquanto é esta a distância que existe do ponto de confluência do rio Mutum com o rio Santa Maria do rio Doce.
- b. É notória a insalubridade dos terrenos baixos marginais ao rio Doce até pouco mais ou menos quatro léguas montantes a Linhares, e bem assim os que se estendem até a barra do afluente Santa Maria, pelo que:
- c. assentou esta Inspetoria, de acordo com o chefe da comissão, colonizar o rio Doce pelos seus afluentes Pau Gigante, Santa Joana, Santa Maria, Guandu e afluentes destes, partindo das cabeceiras, próximas a zonas já colonizadas, para a foz.
- d. Importa muito que imigrantes novos sejam estabelecidos nas vizinhanças de antigos, com os quais aprendam a cultura, costumes, economia, etc., e recebam a necessária anima-

ção que sempre lhes falta nos estabelecimentos isolados. Assim, pois, de acordo com as sábias considerações da portaria a que responde, em relação à inconveniência da sede da comissão na vila do Porto Cachoeiro, sou do parecer que deve a comissão transferir sua sede para a sede do núcleo Senador Prado, no ponto de confluência do rio Mutum com o Santa Maria, porquanto aí é o centro aproximado das novas operações e dista da margem do rio Doce cerca de 20 quilômetros, lugar salubre e centro de grande colonização já estabelecido.

Este lugar salubre a que alude o diretor é Colatina. E continuava ainda com outras sugestões que justificavam o seu parecer ao governador:

Chegada assim a colonização à margem do rio Doce poderá ela descer por esta margem em busca da foz do rio Pau Grande e aproximar-se de Linhares, porquanto a derrubada das matas dos afluentes deve melhorar o estado sanitário daquele rio, estado sanitário que tem sido obstáculo e grande a diversas tentativas de sua colonização.³²

Deve-se lembrar que uma primeira tentativa de colonizar Colatina nos anos de 1860 pelo Dr. França Leite fracassou tanto pelo ataque dos índios botocudos quanto pela persistência das febres malignas. Hoje, a história deve dar razão à lucidez deste homem que dedicou a vida à causa da imigração, bem como ao seu ajudante o engenheiro Antônio Francisco de Ataíde.

Enquanto os imigrantes continuavam chegando em grande número ao Espírito Santo, nos transatlânticos, as condições de atendimento, transporte e localização pioravam com a insuficiência de pessoal do Governo. Os lugares para onde os colonos eram enviados revelavam-se insalubres, de difícil acesso, onde a escassez dos gêneros de primeira necessidade provocava fome, e as febres matavam de maneira fulminante.

15. CONTRATO GIFFONI E PROIBIÇÃO DA IMIGRAÇÃO

O Governo fez um contrato em 2 de junho de 1892 com Domenico Giffoni para a introdução de 20.000 imigrantes europeus, de preferência italianos e precisou ser renovado a 23 de julho de 1892. Giffoni, de fato, não conseguiu trazer mais de 12.000 mil imigrantes. Os ecos deste contrato chegaram cedo à Europa de tal modo que Alcindo Guanabara escreveu ao governador do Estado do Espírito Santo, de Paris, onde estava sediada a Suerintendência Geral da Emigração para o Brasil na Europa, nestes

termos:

Paris, 4 de maio de 1893. Sr. governador. Constando a esta Superintendência ter o governo italiano editado uma proibição no sentido de estancar a corrente emigratória para o Estado, que tão patrioticamente dirigis, apressei-me em telegrafar ao nosso ministro plenipotenciário em Roma, Sr. Barão de Tefé, perguntando o que havia a tal respeito. Respondeu-me, também por telegrama, que por escrito me informaria, fazendo-o em ofício de 28 de abril último. Diz ter recebido do nosso comissário em Gênova aviso de que estava formalmente suspensa a emigração para o nosso Estado, e que procurando o ministro dos Negócios Estrangeiros do gabinete italiano, Sr. Brin, soube que a circular, proibindo a emigração para "os Estados do Norte do Brasil" tem origem num contrato feito pelo Governo do Espírito Santo para a introdução de 20.000 imigrantes. Acrescenta no citado ofício que as informações oficiais coligidas pelo mesmo Sr. Brin, afirmam que não são favoráveis as condições e vantagens oferecidas no referido contrato. . . No entretanto, tratando-se de um caso especial para esse Estado, rogo vos digneis de ordenar me sejam enviadas, com a brevidade possível, informações sobre o contrato acima mencionado, vantagens oferecidas, sobre a situação geral dos negócios de imigração e colonização, enfim todos os dados que em tal assunto possam servir-me para pleitear os direitos do Estado do Espírito Santo. . .³³

Se os nossos agentes estavam atentos ao andamento da imigração, não menos atentos estavam os agentes consulares italianos que andavam por todos os núcleos e colhiam informações ao vivo, sem intermediários do Governo que pudessem falsear a realidade dos fatos e a veracidade das estatísticas. Exemplo disto são os relatórios de Zettiry, do cônsul Nagar, das informações de Brandolini, que afirmavam não serem as condições sanitárias suficientes para impedir a imigração para o Estado. O fato é que a notícia da catástrofe do núcleo Muniz Freire e das colônias no rio Doce, em maio de 1895 chegou aos ouvidos do Governo do Rei da Itália. O decreto de 20 de julho de 1895 dizia o seguinte:

O Real Ministério do Interior, considerando que no Estado do Espírito Santo, quer pelo modo como está sendo dirigido o serviço de imigração, quer pelas condições econômicas, climatológicas e higiênicas da região, aqueles que para lá emigram vão de encontro a danos e prejuízos cer-

tos e gravíssimos, decreta: É proibido até nova ordem, aos agentes e subagentes de fazer operações de emigração para o porto de Vitória, e em geral para o Estado do Espírito Santo.³⁴

Encerrava-se, temporariamente, um movimento que alterou toda a estrutura do Estado do Espírito Santo e lhe determinou características até hoje inconfundíveis.

Luiz Busatto

Se os nossos agentes estavam atentos ao andamento da imigração, não menos atentos estavam os agentes consulares italianos que andavam por todos os rincões e colhiam informações ao vivo, sem intermediários do Governo que pudessem falsar e retalhar dos fatos e a veracidade das notícias. Exemplo disso são as relações de Zaffry, do cônsul Nêgri, das informações de Grandolini, que afirmavam não serem as condições sanitárias suficientes para impedir a imigração para o Estado. O fato é que a notícia da catástrofe do núcleo Muniti Freire e das condições no Rio Bonito em maio de 1893 chegou aos ouvidos do Governo do Rio de Janeiro. O dia 30 de julho de 1893 dizia o seguinte:

O Real Ministério do Interior, considerando que no Estado do Espírito Santo, para pelo modo como está sendo dirigido o serviço de imigração, para pelas condições econômicas, climatológicas e higiénicas da região, a qual, apesar de para lá emigram não de encontro a danos e prejuízos co-

16. NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ MENEZES E SOUZA, Conselheiro João Cardoso de. **Teses sobre colonização do Brasil**. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1875, p. 188.
- ² BUSATTO, Luiz. A insurreição branca. **UFES Revista de Cultura**, Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, nº 8 p. 5-10, ag/set. 1978.
- ³ Para este conflito veja-se o volume 318 da 2ª Série da "Governadoria" no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, (APE – E.S.)
- ⁴ Sobre este núcleo existem dois livros: MULLER, Frederico. **Fundação e fatos históricos de Santa Teresa**. Diário da Manhã, Marcondes e C., Vitória, 1925 e RUSCHI, Enrico I. Aurélio. **Município de Santa Teresa**. IBGE, 1939.
- ⁵ BUSATTO, Luiz. A revolta de Nova Lombardia. **A Gazeta**, Vitória, E.S., 2 fev. 1978, Caderno Dois, p. 1.
- ⁶ BUSATTO, Luiz A imigração italiana e o I centenário de Ibirapu. **A Gazeta**, Vitória, E.S., 7 ag. 1977, Caderno Dois, p. 1 e 12.
- ⁷ Livro 35 da 2ª Série da "Agricultura", APE – E.S.
- ⁸ CAVATI, João Batista. **História da imigração italiana no Espírito Santo**. B.H. São Vicente, 1973, p. 131.
- ⁹ Livro 47 da 2ª Série da "Agricultura", APE – E.S.
- ¹⁰ Caixa 116 da 1ª Série da "Agricultura", APE – E.S.
- ¹¹ Livro 35 da 2ª Série da "Agricultura", APE – E.S.
- ¹² Livro 63 da 2ª Série da "Governadoria", APE – E.S.
- ¹³ Idem.
- ¹⁴ ACHIAME, Fernando A.M. A colonização e a pequena lavoura cafeeira: a colônia de Rio Novo. Caderno de História nº 4 e 5, set. 78 mar. 79, Deptº de História, UFES.
- ¹⁵ Relatório no livro 63 da 2ª Série da "Governadoria", APE – E.S.
- ¹⁶ Ofício de 19 de janeiro de 1985 no livro 29 da 2ª Série da "Governadoria", APE – E.S.
- ¹⁷ Livro 84 da 2ª Série da "Governadoria", APE – E.S.
- ¹⁸ Livro 47 da 2ª Série da "Agricultura", APE – E.S.
- ¹⁹ Livro 21 da 2ª Série da "Governadoria", APE – E.S.
- ²⁰ Relatórios da Caixa 193 da 1ª Série da "Agricultura", APE – E.S.
- ²¹ Atual cidade de Santa Leopoldina.
- ²² Relatório de 16 de dezembro de 1889 na caixa 118 da 1ª Série da "Agricultura", APE – E.S.
- ²³ Relatório de fevereiro de 1888 no Livro 47 da 2ª Série da "Agricultura", APE – E.S.
- ²⁴ Caixa 193 e 195 da 1ª Série da "Agricultura", APE – E.S.
- ²⁵ Caixa 159, 160 e 161 da 1ª Série da "Agricultura", APE – E.S.
- ²⁶ Caixa 144 da 1ª Série da "Agricultura", APE – E.S.
- ²⁷ Livro 21 da 2ª Série da "Governadoria", APE – E.S.
- ²⁸ Livro 84 da 2ª Série da "Governadoria", APE – E.S.

- ²⁹ Telegrama de 18 de julho de 1889 no livro 36 da 2ª Série da "Governadoria", APE – E.S.
- ³⁰ Para a gestão de Gabriel Emílio consulte-se a Caixa 144 da 1ª Série da "Agricultura", APE – E.S.
- ³¹ Ofício nº 27 de 30 de junho de 1890 na caixa 144 anteriormente referida.
- ³² Livro 36 da 2ª Série da "Governadoria", APE – E.S.
- ³³ Livro 84 da 2ª Série da "Governadoria", APE – E.S.
- ³⁴ RIZZETTO, Rizzardo. *L'immigrazione italiana nello Stato di Espírito Santo*. Bolletino del R. Commissariato dell'Emigrazione, nº 7, anno 1903, p. 23.

100 ANOS DE SANTA LEOPOLDINA

Alberto Itange Júnior

Peso Aviso do Ministério do Império, datado de 27 de fevereiro de 1856, foi criada a Colônia de Santa Maria, às margens do rio Santa Maria da Vitória e ribeirões que nela desaguam, sendo que o referido aviso autorizava o presidente da província, então o bacharel José Fernandes da Costa Pereira, a conceder, demarcar e medir os terrenos, numa extensão de quatro léguas quadradas, para aquele fim.

A colônia, cuja sede se situava acima da Cachoeira do Funil, no lugar ainda hoje denominado Suíça, teve início com 140 colonos, todos ou quase todos suíços, sendo as medições de terras procedidas pelo engenheiro civil Amélio Pralon, a quem coube, inclusive, a direção do núcleo.

Em junho do ano seguinte, chegavam ali mais 222 colonos, já agora alemães e luxemburgueses, os quais encontraram os iniciais trabalhos de lavoura com relativo progresso, sabendo-se que, a 21 de agosto de 1859, aportava, em Vitória, o vapor Virgínia, procedente de Anvers, trazendo outros 248 colonos, sendo que 43 deles logo encaminhados àquela área.

Quando da chegada desses últimos colonos, lê-se este registro no Correio da Tarde, em sua edição de 30 daquele mês:

"A nossa pacífica e quase deserta Vitória esteve alguns dias animada por causa destes hóspedes. Muitos deles eram tirolezes e andavam com seus trajes nacionais, que não deixam de ser engraçados. Em palácio, foram eles cantar e dançar; não estive lá, porém consta-me que a tais patuscadas brilharam, e que muitas famílias encheram os salões do antigo convento dos jesuítas.

O sr. Veloso tem sido incansável para acomodar os colonos, e não contente com as ordens que tem dado, foi mesmo a Santa Leopoldina ver o que por lá se tem feito. Consta que reina a discórdia entre os empregados daquela Colônia e que por isso as coisas não marcham em regra".

Uma visita de alta relevância receberia a Colônia, a de Sua Majestade Dom Pedro II, isso a 29 de fevereiro de 1860, quando de sua estada no Espírito Santo, após inspecionado as províncias do norte. A comitiva imperial deixou a cidade de Vitória às 16 horas do dia 28 de fevereiro, chegando na manhã seguinte, a Santa Leopoldina, tendo o enviado do Jornal do Comércio assim registrado a recepção ali prestada ao monarca:

"Pouco depois S.M. pôs o pé em terra, acompanhado do sr. Presidente da Província, do sr. Ministro do Império, e dos mais senhores de sua comitiva e o sr. Tenente Nazaré foi o primeiro que teve a honra de beijar a mão augusta do Imperador.

Neste momento autoras girândolas subiram aos ares; os alemães continuaram com as salvas, o sino continuava a repicar, os corações, redobrados de entusiasmo, tocavam ao delírio.

S.M. subiu por uma pequena ladeira alcatifada de folhas verdes, passou por debaixo de um arco, armado de folhas de cafeeiro e ramagens de cana e flores campestres. Seguiu por uma alameda de coqueiros, passou ainda por um outro arco armado com a mesma simplicidade do primeiro e finalmente entrou na casa que lhe estava destinada, e durante este trajeto foi sempre saudado com o maior entusiasmo”.

Informa-se que a modesta residência provisória do sr. Nazaré, então diretor da Colônia, “tinha um leito preparado com decência, destinado ao repouso de Sua Majestade, que não quis recolher-se ao mesmo. Após fazer algumas indagações e acrescentar algumas notas em seu caderninho de bolso, preferiu ir ver a nova casa de madeira com dois cômodos em construção, da diretoria, onde se deteve por minutos em palestra com o fazendeiro da região, senhor Freitas, e daí foi visitar a capelinha construída por esse devoto, onde ouviu missa rezada pelo capuchinho Frei Adriano Lauschner, acolitado pelo futuro Marquês de Tamandaré da comitiva.

Terminada a missa, S.M. regressou à casa da diretoria, onde concedeu audiência a alguns colonos e examinou o livro de registro dos mesmos. Doou seiscentos mil réis de esmolas, deu igual quantia para o cemitério, e trezentos mil réis ao padre Adriano, para a compra dos paramentos da igreja”.

A mencionada capela, sob a invocação de Nossa Senhora do Patrocínio, foi construída logo no início da povoação de Santa Leopoldina, pelo sr. Domingos José de Freitas, sendo esta a explicação de sua origem: “O colonizador Joaquim Cláudio de Freitas, residente em Mangaratá, vinha constantemente a Cachoeiro em canoa, já que não havia outro meio de comunicação, trazendo sempre consigo a imagem daquela Santa, que ele colocou na dita capela. As canoas eram a miúdo atacadas pelos índios, sendo crença daquele devoto que, de posse da imagem mariana, livrar-se-ia de tais ataques.

Voltemos à reportagem do correspondente do Jornal do Comércio:

Sua Majestade “almoçou às 8 horas e tiveram a honra de servir-lhe à mesa os srs. Nazaré, Moniz Freire e Monjardim. Depois do almoço, foi convidado pelo Exmo. Sr. Presidente para dar um passeio por uma estrada nova que se está abrindo, o que dignou aceitar, dizendo:

— Vamos para não perdermos tempo.

— Na volta, esperou uns 30 minutos, enquanto encilhavam os cavalos e durante este tempo conversou em alemão com algumas meninas filhas dos colonos, que, animadas pela bondade do Imperador, tornaram-se quase familiares, conversando com desembaraço, e dançaram a valsa ao som de uma gaita de fole: S.M. mostrou-se satisfeito desta festa inocente.

Às 10 horas menos um quarto, partiu S.M. a percorrer a Colônia, acompanhado de um grande número de cavaleiros, e durante todo o caminho mostrava-se satisfeito do estado nascente da lavoura, da fertilidade das terras, notando, porém, que a lavoura do café poderia estar mais adiantada.

S.M., acrescenta o repórter, muito bem conhece que se da lavoura tem de vir a nossa grandeza futura, o café tem de representar indubitavelmente o papel mais brilhante nesse drama de prosperidade; portanto, quer dirigir os espíritos de seus súditos para a convicção desta verdade sublime”.

Às 16 horas do mesmo dia o imperador concluía sua visita à Colônia, tendo jantado em casa do sr. Pralon, dali seguindo viagem às 5 1/4, rumo o Magaraí, onde embarcaria com destino a Vitória.

O correspondente do Jornal do Comércio arremata a reportagem da viagem:

“O sr. Capitão Simões e o sr. Ladislau, subdelegado Mangaraí, fazendeiros daqueles arredores, logo que souberam que S.M. se aproximava, vieram pressurosos para terem a honra de conhecer o augusto monarca, e beijar-lhe a mão; e prevenidos pelo Exmo. Sr. Presidente, que nada tem poupado para hospedar o augusto visitante com todos os cômodos possíveis, trouxeram alguns cavalos para muda. Esta medida foi feliz lembrança, porque da casa do sr. Pralon até ao porto de Mangaraí, onde S.M. devia embarcar, há cerca de 5 léguas e seria muito incômodo para o Imperador ter de atravessar esta extensão de maus caminhos em cavalos já cansados.

Depois do jantar, partiu S.M. para o porto de Magaraí, com toda a sua comitiva, mas algumas pessoas que o tinham acompanhado até ali não puderam continuar por mais tempo a gozar daquela honra pelo mau estado de suas cavalgadas, e S.M. dignou-se receber com muita bondade as desculpas dessas pessoas.

S.M. partiu às 5 horas em ponto e às 9 horas, mais ou menos, chegou ao porto de Mangaraí, onde embarcou para a cidade e consta-nos que lá chegou ao romper da aurora”.

No livro Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo, o historiador contêrrâneo Levy Rocha, o leitor encontrará as anotações feitas pelo monarca em seu diário de bolso, durante as visitas que fez a diversas localidades de nossa antiga província, ali se lendo, portanto, os registros referentes a Colônia de Santa Leopoldina.

Em 1862 a Colônia já possuía 1016 habitantes, sendo 542 homens e 474 mulheres, 489 maiores e 527 menores, 599 solteiras, 37 viúvas; 320 católicos e 695 protestantes, sabendo-se que, nesse mesmo ano, fora a mesma inspecionada pelo Barão Tschude, enviado da Confederação Helvética, que muito se decepcionou com as péssimas condições em que viviam seus patrícios, assinando extenso relatório tido como sentença condenatória da colonização. O presidente da província, o já citado bacharel dr. José Fernandes da Costa Pereira, rebateu, com energia, as declarações do Barão Tschude, acentuando que a prosperidade dos colonos não se poderia verificar de dia para a noite, já que o progresso teria que ser registrado com o passar de mais algum tempo, ainda que para tanto influíssem as condições propícias de terrenos, clima e índole dos colonos.

Em março de 1867 transferiu-se a sede da Colônia, até então localizada acima da cachoeira do Funil, para a povoação de Santa Leopoldina, ficando desse modo, situada em terras mais apropriadas, menos pedregosa s/n, a pouca distância da capital da província, com a qual se comunicava pelo rio Santa Maria.

Em 16 de maio de 1873, da galera Adolf aportavam em Vitória 431 colonos pomeranos e, logo em seguida, isto é, a 31 do mesmo mês, da galera Doctor Bart, mais outros 366 colonos, igualmente pomeranos, todos luteranos, que se destinaram, de imediato, à Colônia de Santa Leopoldina, ali se fixando em Luxemburgo e Jequitiba e em terras circunvizinhas, onde permanecem até hoje, cuidando, agora, de atividades hortigranjeiras, já com êxito, sabendo-se que, à época da chegada dos pomeranos, outros alemães aqui vieram ter, provindos da Saxônia.

O Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por aviso de 21 de abril de 1874, ordenou se procedesse à desapropriação da área da povoação de Cachoeiro de Santa Leopoldina, para a fundação da vila do mesmo nome, em terrenos pertencentes ao tenente-coronel José Cláudio de Freitas, pai do escritor e jurfconsulto Afonso Claudio, e aos herdeiros do coronel Bento de Freitas.

Assinale-se que, em 1878, a Colônia já contava com mais de 7.000 habitantes, sendo a mais populosa do Império, depois das de Blumenau e Dona Francisca, na então província de Santa Catarina.

Daí para frente, até o final do século XIX, estas as datas mais singificativas do município de Santa Leopoldina:

— Pela Lei provincial nº 21, de 4 de abril de 1884, passou a Colônia à categoria de município, sendo a sede elevada à condição de vila, cuja instalação ocorreu a 17 de abril de 1887, visto que a Lei determinava só se poder instalar uma vila após a construção, por seus moradores, da Casa da Câmara e da Cadeia Pública, sabendo-se que, nesse mesmo dia, instalou-se a Câmara Municipal, constituída dos seguintes vereadores: Presidente — Alferes José das Neves Fraga; Vice-Presidente — Antônio José de Araújo Silva; Membros — Luiz Holzmeister, Gustavo Pinto do Nascimento e Domingó Francisco Lima, sendo a ata da sessão lavrada por Antônio Pessoa Júnior, que serviu de secretário "ad hoc".

— A Comarca foi instalada em 24 de dezembro de 1889, por ordem do governador do Estado, dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa. O município pertenceu à Comarca de Vitória até o ano de 1889.

— Por ato do governo estadual, de nº 57, datado de 25 de novembro de 1890, foi desligado do município o atual território de Santa Teresa.

— Pelo Decreto estadual nº 53, de 20 de novembro de 1891, e pelo de nº 25, de 11 de setembro de 1891, desligaram-se, do município de Santa Leopoldina, os territórios que hoje constituem os municípios de Afonso Cláudio e Ibiraçu.

— A vila de Cachoeiro de Santa Leopoldina foi elevada à sua atual

categoria de cidade pelo Decreto estadual nº 17, de 12 de abril de 1890.

Estes os atuais distritos do município: Mangaraí, Djalma Coutinho e Jetibá.

Pessoas que, como nós, tiveram a ventura de viver no Porto do Caçoeiro, — assim era conhecida Santa Leopoldina pelos seus antigos moradores —, bem sabem o quanto foi importante o seu comércio local graças à posição topográfica do local, ao trabalho desabravador dos imigrantes, às facilidades de transporte, através do rio Santa Maria. Verdade que todos nós nos orgulhávamos de sua sociedade, de sua crescente prosperidade, porque a cidade era realmente, para nós, o que dela dissera Graça Aranha, quando de sua permanência ali, época em que escreveu seu célebre romance Canã, chamando-a “filha do Sol e das Águas”.

O senhor Luiz Paysan Holzmeister, em monografia publicada pelo IBGE, em 1949, analisa com propriedade os aspectos do desenvolvimento comercial e cultural do município;

“O rio Santa Maria da Vitória desempenhou grande papel histórico no desenvolvimento da região. Foi por ele que subiram os primeiros exploradores, os primeiros imigrantes que demandavam as terras de Santa Leopoldina e adjacências. Por ele foi que se realizou, durante muito tempo, o escoamento da produção da região e também através dele chegaram os primeiros caminhões e automóveis para acelerar o progresso de Santa Leopoldina.

O comércio da comuna envolveu grandemente em função, também, do desenvolvimento dos municípios vizinhos de Afonso Cláudio, Itaguaçu e Santa Teresa. Tendo progredido consideravelmente toda a região, aumentou bastante o volume dos negócios e estes tinham de ser realizados através de Santa Leopoldina, cujas firmas comerciais eram proprietárias das embarcações que trafegavam no rio. Os produtos agrícolas de vasta região convergiam para a cidade, transportados por lotes de burros.

Em 1916, sob os auspícios do comércio local, foi organizada uma companhia de viação, que construiu a estrada de rodagem Santa Leopoldina-Santa Teresa, a primeira do Estado, inaugurada em 11 de maio de 1919 com a denominação de Bernardino Monteiro. Em março de 1917 chegaram, embarcados em canoas, pelo rio Santa Maria, os primeiros caminhões para o transporte de mercadorias na referida estrada. Em junho de 1918 mais dois caminhões e um carro de passeio chegaram a Santa Leopoldina.

O comércio do município intensificou consideravelmente, chegando a constituir-se no principal do Estado. As casas comerciais mais importantes da comuna passaram a transacionar diretamente com firmas estrangeiras, importando artigos de louça, ferragens, brinquedos etc., e exportando grande quantidade de café anualmente. O rio Santa Maria tornou-se o centro vital das atividades da região, com suas margens crivadas de habitações de barqueiros e de estivadores e constantemente movimentadas pela

azáfama dos carregadores e dos animais de tropas. A rua do Comércio, numa extensão de cerca de 300 metros, ficava de tal forma atravancada por animais de carga, que a custo os transeuntes conseguiam atravessá-la.

Para se demonstrar a prosperidade alcançada pelo município, basta dizer que um simples estivador, trabalhando das 7 às 12 horas, ganhava cerca de cinquenta cruzeiros, diária bastante elevada para a época. Dos principais centros industriais do País chegavam representantes exclusivamente para vender em Santa Leopoldina. O Moinho Inglês tinha um único representante no Estado do Espírito Santo, e este era a firma J. Reisen & Cia, de Santa Leopoldina."

Sabido que esse ritmo de progresso chegou a 1928, os negócios, até então realizavam normalmente, oferecendo oportunidade para todas as firmas locais, fossem elas grandes ou pequenas, os transportes sendo efetuados, sempre, pelo rio Santa Maria. Acontece que, além da crise mundial de 1929, e com a construção de estrada de rodagem para Vitória, os produtos da região já não mais necessitavam estacionar em Santa Leopoldina, aguardando transporte fluvial, seguindo diretamente para Vitória. Daí que o comércio foi, pouco a pouco, enfraquecendo, embora já agora o município, após longo período de decadência, retorna a melhores dias, graças, sobretudo, à implantação de novas técnicas em suas lavouras, os produtos hortigranjeiros locais disputados em todo o Estado.

Confiamos, plenamente, no soerguimento, no futuro de nossa, sempre querida, Santa Leopoldina, — terra que acolheu nossos antepassados e nunca esquecida por nós outros, seus descendentes diretos.

A ILUMINAÇÃO DE VITÓRIA NO SÉCULO XIX

Elmo Elton

A antiga vila de Vitória, pela Lei de 17 de março de 1823, portanto seis meses após a proclamação da Independência do Brasil, foi elevada à categoria de cidade. O primeiro presidente provincial do Espírito Santo, o bancharel Ignacio Accioli de Vasconcellos, se demorou no cargo de 24 de fevereiro de 1824 a 23 de novembro de 1829, o que representou uma exceção, visto que seus sucessores pouco ou nada aqui se fixavam, sendo que Manoel Antônio Galvão, que o substituiu, permaneceu apenas cinco dias na Província.

O Espírito Santo viva em estado de quase total penúria, mingua-dísimos os recursos de sua população, como minguada qualquer ajuda que porventura lhe chegasse da Metrópole, de forma que, assim, se atrofiou, tempo afora, social e economicamente.

Vitória, até princípio desse século, era cidade de feição tipicamente colonial, portuguesa, na sua arquitetura e arruamento. As construções, medíocres, não se diferenciavam, as ruas tortuosas, estreitíssimas, muitas delas nem chegando a cinco metros de largura, todas seguindo a topografia do terreno. Mesmo assim, Saint-Hilaire, quando de sua viagem ao Espírito Santo, em 1818, a descreve com certa generosidade: — “As ruas de Vitória são calçadas, porém, o são mal, têm pouca largura, não oferecendo nenhuma regularidade. Entretanto, não se vê, aqui, casas abandonadas, semi-abandonadas, como na maioria das cidades de Minas Gerais. Entregues à agricultura, ou a um comércio regularmente estabelecido, os habitantes da Vila de Vitória não são sujeitos aos mesmos reveses dos cavadores de ouro, e não têm razão de abandonar sua terra natal. Eles têm o cuidado de bem preparar e embelezar as suas casas. Um número considerável dentre elas tem um ou dois andares. Algumas de janelas, e de lindas varandas, trabalhadas na Europa. Não possui, por assim dizer, nenhuma praça pública, posto que aquela existente defronte do palácio é muito pequena e é com muita condescendência que se dá o nome de praça à encruzilhada enlameada, que se prolonga da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até à praia”. Dois anos antes, isto é, em 1816, um outro botânico, o príncipe Maximiliano de Wied Newwied, estivera no Espírito Santo, percorrendo-lhe toda a faixa litorânea, fixando, em desenhos primorosos, aspectos da natureza espírito-santense, como, também, registrando costumes do povo da região, assim se referindo à cidade de Vitória: — “A cidade de Nossa Senhora da Vitória é um lugar limpo e bonito, com bons edifícios, construídos no velho estilo português, com balcões e rótulas de madeira, ruas calçadas, uma Câmara razoavelmente grande e o convento dos jesuítas ocupado pelo governador que tem à sua disposição uma companhia de tropa regular”.

O certo, porém, é que, até 1847, as ruas de Vitória, à noite, não tinham iluminação, apenas iluminados o Palácio do Governo, a Cadeia Pública e o Quartel, daí que a cidade, às escuras, favorecia não só a fuga de escravo como de ladrões e assassinos, razão por que a Assembléia, a 1^o de fevereiro daquele ano, firmou contrato com Manoel Teixeira Maia para a iluminação da cidadezinha, ocasião em que quarenta lampiões foram distribuídos pelas diversas praças e ruas, pagando-se a seus acendedores a importância de 4\$550, por mês, pela mudança de combustível.

O presidente Sebastião Machado Nunes, quando da abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa, a 25 de maio de 1854, assim se expressava referindo-se à iluminação de Vitória:

"O serviço de iluminação é feito atualmente por administração. O seu estado é péssimo, e procurando conhecer o motivo, soube que consiste principalmente na má qualidade do azeite empregado, que é simplesmente o de baga, o que não presta à iluminação ainda mesmo sofrível. Ordenei, portanto, que se empregue uma mistura dele com o azeite de sebo. Há 52 lampiões, número insuficiente para poder ser a cidade convenientemente iluminada. Infelizmente o contrato não pode ir além desse número. Tem-se procurado do melhor modo possível distribuí-los por toda a cidade, sendo encarregado da fiscalização o atual delegado de polícia, capitão Tito Lívio da Silva, e o inspetor das obras públicas, Augusto Manoel Parlon, que têm geralmente agradado. O contratante é obrigado a acender os lampiões às 6 horas da tarde. Mas deveria acendê-los às 5,30 pois às 6 horas é noite fechada. Bem como devia ser ele obrigado a acender lampiões nas noites chuvosas, ainda que sejam de lua, como também pelas luas novas só deveriam deixar de ser acesos os lampiões depois do 5^o dia de lua. Além do mais, não há, aqui, instrumento próprio que por ele se possa saber se a intensidade de luz é igual a oito velas de espermacete. . . E a administração tem o pleno direito de exigir tudo isso, já que dispende, com a iluminação, 800.000 réis anuais (. . .)".

Os acendedores de lampiões, então encontráveis em todas as capitais do Brasil, ficaram imortalizados neste soneto de Jorge de Lima:

O ACENDEDOR DE LAMPIÕES

Lá vem o acendedor de lampiões de rua,
esse mesmo que vem, invariavelmente,
parodiar o sol e associar-se à lua,
quando a sombra da noite enegrece o poente.

Um, dois, três lampiões acende e continua
outros, mais a acender, imperturbavelmente,
à medida que a noite aos poucos se acentua
e a palidez da lua apenas se pressente.

Triste ironia atroz que o senso humano irrita:
Ele que doura a noite e ilumina a cidade
talvez não tenha luz na choupana em que habita.

Tanta gente também nos outros insinua
crenças, religião, amor, felicidade
como esse acendedor de lampiões da rual

Em 1864, pelo contrato firmado com os comerciantes Adriaõ Nunes Pereira e Francisco Rodrigues Pereira, em virtude da Lei nº 30, de 14 de dezembro do mesmo ano, lampiões de querosene substituiriam os de azeite de peixe e mamona. Dita Lei, porém, não fora executada a contento, visto que, pela Lei nº 28, de 27 de julho de 1867 autorizava-se novo contrato com o referido Adriaõ Nunes Pereira, para a instalação de 100 lampiões, o que, parece, não foi também cumprido, tanto que, só a 1º de maio de 1869, recebe a cidade esse novo tipo de iluminação, isto é, a querosene graças a contrato firmado com o empresário Manoel Pinto Neto. Reclamou a imprensa fossem colocados apenas 100 lampiões, pedindo-se elevasse o número para cento e cinquenta.

As fachadas dos prédios assobradados da cidade ostentavam luminárias, suspensas em arandelas de ferro, com arabescos, sendo que, nos varandins, colocavam "pinhas" de opalina ou cristal, não só como simples ornatos, mas, também, para que a luz refletida nelas propiciasse maior luminosidade, sobretudo nas noites escuras. No interior das casas usavam lamparinas, lampiões, toucheiros e velas, cujos pavios eram aparados por espividadeiras, muitas delas de prata lavrada.

Quando da anunciada visita de Dom Pedro II ao Espírito Santo, em 1860, a Câmara expediu, meses antes, um edital expressando que o povo deveria manifestar "todo o seu regozijo por tão faustoso motivo, iluminar as frentes de suas casas, por três dias consecutivos". Os vitorienses atenderam ao edital, tanto que, quando da recepção ao Imperador, as crônicas da época registraram que, na cidade, "tem havido iluminação geral" (...) "não vimos uma só casa, por mais humilde e pobre que fosse, que não estivesse iluminada".

As festas religiosas, mormente as procissões de São Benedito, que saíam, duas vezes por ano, e sempre ao anoitecer, eram motivo para que a cidade se iluminasse melhor.

Noticiando a realização de uma dessas festas, assim se expressou **O Correio da Vitória**, em edição de 21 de maio de 1872: — "A iluminação exterior esteve ontem deslumbrante: — compõe-se de lanternas de vidro de variadas cores, com luzes de querosene".

A Lei nº 20, de novembro de 1872, autorizava a contratação de firma para a iluminação a gás da cidade, sendo que tal melhoramento só ocorreu em 1878, após edital publicado na **Gazeta da Vitória**, a 5 de

janeiro, com a divulgação das condições exigidas para esse tipo de iluminação; nos domicílios, custando 0,20 réis, à hora, o bico de sete velas. A iluminação a gás, no ano seguinte, estendeu-se pelas ruas da cidade. Chamava-se Domingos ou Manuel da Costa Madeira a pessoa contratada para efetuar o serviço. O gasômetro, instalado na rua Cristóvão Colombo, apresentava defeitos repetidos, paralisando, assim, o fornecimento a que se propunha, o que colocava os usuários em pé de guerra contra o dono da empresa.

Os relatórios assinados pelos presidentes provinciais, todos com passagem meteórica na administração do Espírito Santo, não deixavam de registrar o problema de iluminação de Vitória, conforme se lê, por exemplo, no de Herculano Marcos Inglez de Souza, com data de 8 de dezembro e impresso na Tipografia do Horizonte, à rua Conde D'Eu, nº 12:

"É feita a gás a iluminação pública desta Capital a cargo do empresário Domingos da Costa Madeira, que mostra os melhores desejos de bem cumprir as cláusulas de seu contrato com a Província, porém refere o Inspetor das Obras Provinciais, sob cuja fiscalização está esse ramo de serviço público, que este não atinge ao fim que dele se devia esperar à vista da enorme despesa que a província faz.

Há muitas irregularidades, que só poderiam sanar com a inovação do contrato, porquanto o primeiro celebrado em 1877 poucas garantias dá à província. Na verdade tem havido benevolência para com a empresa, que está constantemente alegando a falta de pagamento das mensalidades, e por isso não tem sido o mesmo contrato rescindido, porque a empresa nunca cumpriu com a cláusula, que aceitou, de ajardinar uma das praças da capital.

Informa o empresário que o estabelecimento em que se acha situada a fábrica do gás dispõe das acomodações precisas em ordem a poderem livremente funcionar os dois gasômetros: um de 9600 pés cúbicos, e outro de 5400, dos autores Works e Falgent, e de todo o material indispensável ao mister da iluminação.

A área ocupada pelo estabelecimento é de 28 metros de frente e 120 de comprimento.

O consumo de carvão diariamente é de 1500 quilos, e o número de lâmpões da iluminação pública da capital consta de 225, além de 84 casas particulares, inclusive a cadeia, quartel da Companhia de Infantaria, Biblioteca Pública e Estação Telegráfica.

O rendimento mensal da empresa é de 2.625\$000 réis, sendo 2.025\$000 a contribuição paga pela província e 600\$000 réis o rendimento do consumo particular.

Alega o empresário que não tem sido observada a cláusula 23ª de seu contrato, isentando do pagamento dos direitos de importação o material existente na fábrica e de outros que possam ser importados para aquele fim.

Chamo, pois, a particular atenção para este ramo de serviço público, que consome uma não pequena parte das rendas da província”.

Inglez de Souza, escritor e jurista, pertenceu à Academia Brasileira de Letras e foi membro do Supremo Tribunal Federal, tendo exercido a presidência do Espírito Santo apenas por nove meses.

A 11 de fevereiro de 1893, o engenheiro Arthur Tompson, através de contrato, encarregou-se da iluminação da cidade, a querosene, com a instalação de 150 lampiões belgas, visto a interrupção definitiva do fornecimento de gás.

A 21 de maio de 1896, inaugurou-se o Teatro Melpômene, com iluminação elétrica própria, uma novidade para a cidade.

A iluminação pública a eletricidade foi inaugurada, em Vitória, a 25 de setembro de 1909, sabendo-se, entretanto, que, a 19 de maio de 1908, o presidente Henrique Coutinho a instalara no Palácio do Governo.

CULTURA É UMA VOCAÇÃO

Evandro Moreira

A vocação cultural do povo capixaba é uma realidade incontestável, embora a pouquíssima divulgação além-fronteiras. Vitória e Cachoeiro de Itapemirim refletiram, por muitas e muitas décadas, os brilhos da literatura da então capital cultural do País — Rio de Janeiro que, por sua vez, bebia diretamente na fonte parisiense, celeiro das grandes idéias e dos nobres ideais, ombreando com a Itália renascentista, a Alemanha romântica de Schiller e a heróica Inglaterra de Byron.

Muitos poetas capixabas mantiveram contatos diretos com patrícios radicados na França, absorvendo “in natura” os pensamentos novos que de lá lhes chegavam, denunciando em seus escritos as novidades de forma e conteúdo, em voga na Europa. Exemplo disso ficou o trabalho do “grupo de Vargem Alta”, em Cachoeiro, que se pautava pela publicação **Les Décadents**, no início do século.

Mas a preocupação cultural capixaba não se restringiu a esses dois importantes centros — Vitória e Cachoeiro. Outras regiões possuem nomes expressivos e obras importantes, no evoluir de sua história, embora, às vezes, sem acesso aos mesmos mananciais sofisticados.

Alegre, particularmente, tem sua história ligada à de Cachoeiro, registrando vários pontos em comum, a começar pelo nome do pioneiro, o Capitão-mor Manuel Esteves de Lima, que chefiou a primeira expedição colonizadora, vinda de Minas Gerais até a costa marítima, em 1820, originando os primeiros núcleos populacionais que se tornariam Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Alegre e Guaçuá, entre outros.

Alegre não contava, é certo, com as mesmas facilidades de comunicação que tanto beneficiaram Cachoeiro, naqueles idos. Isolada nas faldas do Caparaó — até pouco tido como o ponto culminante do Brasil —, a 244m acima do nível do mar, cercada de montanhas, a Vila estava isolada. Suas vias de acesso eram problemáticas e até impraticáveis, em tempos de chuva, oferecendo grandes riscos mesmo para as tropas de burros, que transportavam os produtos da terra e para aqui traziam mercadorias outras:

Somente em 1912, quando chegou o primeiro trêm-de-ferro à cidade, marcando o início de uma nova era, tornou-se mais fácil viajar por estas paragens. De fato, a partir de então as conquistas se foram avolumando. Surgiram estradas, que em algumas épocas eram também impraticáveis, antes do advento do asfalto. A primeira rodovia foi aberta em 1923, ligando-nos a Lúna, então chamada Rio Pardo. A luz elétrica já fora inaugurada em 1920, graças ao idealismo de Trajano Cruz e João Celestino de Almeida.

Em 1924 foi inaugurada a primeira rede telefônica e em 1927 inaugurou-se a primeira agência bancária — do Banco do Espírito Santo.

Observemos que, embora as comunicações com a Vila do Alegre só se tenham tornado relativamente fáceis a partir de 1912, com a ferrovia, já efervescia o movimento cultural que, não recebendo, como dissemos, com a mesma intensidade e frequência os benéficos reflexos que Cachoeiro, demonstrava, por isso mesmo, uma motivação mais autêntica, puramente cabocla.

Em 1893 circulara já o primeiro jornal — O Alegre, de Argimiro Veiga e João de Paula Ferreira; em 1901 estava fundada a Sociedade Literária Alegrense, com uma biblioteca de mil ou mais volumes; em 1909 fundara-se a Lira Alegrense, sob a batuta do maestro Saint Clair Pinheiro; em 1911 começava a circular o jornal O Alegrense, que se edita ainda hoje, como órgão oficial da Prefeitura. Como se vê, quando ainda eram precários os caminhos, já a cultura florescia, espontânea.

Tenhamos 1912 como um marco, pois a partir daí a vocação cultural do povo alegrense achou novo alento e cresceu.

Em 1914 foi criada a Euterpe Santo Antonio; em 1921 inaugurou-se o Cine Teatro Leão, construído pelo Major Quintino; em 1923 o Pe. Julio Billot fundou a Associação dos Escoteiros de Alegre. No mesmo ano foi criado, pelo sr. Virgílio Rezende, o Ginásio de Alegre. Em 1925 o maestro Carolino Haussmann fundou a União Musical Nova Aurora e em 1927 foi formado o conjunto orquestral "Os Capixabas".

Destaque-se que mesmo no interior, nos pequenos povoados subordinados à Vila, havia bandas de música em franca atividade. Naturalmente, na falta do que fazer, os homens, jovens e velhos, dedicavam-se às artes. Isto se refere, é óbvio, às mulheres também, pois era comum, em todas as famílias remediadas e ricas, que as moças contassem, entre as muitas prendas, os dotes musicais.

Este resumo bastaria para que se tivesse uma idéia da grande vocação alegrense, que se foi consolidando definitivamente, ao ponto de ser hoje um centro cultural importante no Estado, mesmo sem as fábricas poluentes do progresso discutível; sem a movimentação febril das grandes riquezas fabris; sem o tumulto e a violência dos centros exportadores ou importadores. Alegre preferiu a vida pacata, tirando sua riqueza econômica da agropecuária, alicerçando seu desenvolvimento na riqueza intelectual.

Pode-se dizer que a cultura é, aqui, uma obsessão. Vejamos que, já em nossos tempos, houve a fundação da Banda de Música "Lira Carlos Gomes", hoje pertencentes ao Círculo de Operários de Alegre, em plena forma; em 1940 foi instalada a sub-seção da Ordem dos Advogados, sob a presidência do dr. Henrique Wanderley. Em 1942 criou-se o Orfanato São José, que hoje se resume no Instituto Sagrada Família, conceituado educandário de 1º Grau. Em 1946 foi fundado o Instituto Alegrense de Ensino, pelos professores Manoel Pedro Ferraz e Amim Felipe da Silva, e encampado em 1954 pelo Governo do Estado, transformando-se na

Escola de 1º e 2º Graus "Aristeu Aguiar"; em 1953 foi fundada a Casa do Estudante, núcleo de grandes ideais novos; em 1957 foi instalado o Colégio Agrícola, hoje Escola Agrotécnica Federal, tida como escola-modelo no gênero, para todo o Brasil.

Sempre preocupados com a cultura, os alegrenses vêem a fundação do Grupo de Teatro Amador "Pedro Bloch", em 1957/8, pelos professores Manoel P. Ferraz e Virgínia Aguiar dos Santos; em 1963 inaugurou-se a estação repetidora de TV. Estas últimas conquistas, já com muita distância uma da outra, mostram a fibra e a vontade de um povo que já sofria, então, a falta de lideranças (ou a sua escassês), cercado pelas dificuldades econômicas que assolaram o Município, mormente após a discutida e discutível política de erradicação dos cafeeiros, que o transformou, de núcleo convergente da economia regional, em cidadela sitiada pela estagnação. Por muitos anos, nenhuma voz se levantava em prol do Alegre, que ficou marginalizado por vários governos.

Em 1967, outro fator de decadência, outro golpe profundo: a extinção do ramal ferroviário, ditada pela política imprevidente e sempre comprometida, oportunista, dos homens que se dizem representantes do povo e nunca pensam nos problemas do povo — hoje presa fácil das grandes empresas de transporte coletivo, que têm na sua falta de opção o campo necessário para o enriquecimento com aumentos abusivos. Com a ferrovia foi-se a Exatoria Federal e foi-se também uma agência bancária, enquanto os políticos alegrenses, em suas tribunas, se pronunciavam apenas para propor votos de pêsames às famílias conhecidas e congratulações aos amigos. Era a decadência total, que repercutiu grandemente, deixando nódoas por muitos anos.

Note-se que o ramal ferroviário foi suprimido sumariamente, antes de a rodovia achar-se totalmente asfaltada, o que tornava temerárias, em épocas chuvosas, viagens para Cachoeiro e Rio de Janeiro, devido aos trechos rasgados em perigosas e íngremes serras, que se enchiam de lama e valados.

Em compensação, foi exatamente a partir desse ano — 1967 — que o Alegre começou a despertar, inconformado com o abandono imerecido. E passou a reivindicar, em altos brados, seu lugar no caminho do progresso, embora a má-vontade dos políticos então dominantes.

Os estudantes alegrenses já se movimentavam, com exigências de renovação política e ampliação do espaço cultural — reclamavam a criação de uma Universidade Rural. Estavam descrentes dos políticos, que nada prometiam.

No dia 30 de setembro de 1967 circulou o primeiro número do jornal Mensagem, que se tornou, logo, tribuna e trincheira dos novos ideais, abrindo espaço para as reivindicações em prol do desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Município; criticando, às vezes ásperamente, a inércia dos políticos eleitos, vez que O Alegrense, por ser o jornal oficial, tinha de manter-se dentro de normas pré-estabelecidas pelo escrupuloso

prefeito Antonio Lemos Junior.

Contando com a participação ativa, positiva e corajosa do jornalista Almyr Peçanha de Carvalho (redator do mesmo *Alegrense* e ex-repórter do Rio de Janeiro), pudemos chamar a atenção das autoridades para os nossos problemas e levar os reclamos do povo aos altos escalões e o nome de Alegre a todos os cantos da Pátria.

Fomos acusados de subversivos. Fomos caluniados. Fomos ameaçados de processos. Fomos denunciados ao então terrível DOPS, à Polícia Federal, ao 3º BC de Vila Velha. Fomos assediados, por obra e graça de alguns políticos locais, e sofremos até ameaças de espancamento, ao ponto de nos aconselharem a não esquecer uma arma.

Mas as denúncias foram feitas. O problema da energia elétrica foi resolvido. A Escola de Agronomia foi confirmada, contra a vontade de alguns técnicos e políticos. Em poucos anos mudava-se o panorama da cidade, que já, em novembro de 1967 promovia o seu primeiro concurso literário de âmbito nacional — I Jogos Florais, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal, promoção do jornal *Mensagem*, corporificando a idéia do poeta Michel Antonio.

As realizações políticas do Governador Christiano Dias Lopes e do Prefeito Lemos Junior deram as bases para o Alegre de agora. Iniciava-se a redenção do Município, voltando a florescer a cultura, vício atávico deste povo.

Em 1969 iniciamos a publicação da *Revista da Cidade*, registrando e divulgando as coisas da terra; em 1970 foi finalmente criada a Escola Superior de Agronomia, não a Universidade Rural pretendida pelos estudantes mas o fruto de sua semente e que não se concretizou antes, aproveitando a área da Escola Agrotécnica, já consolidada em Rive, por interesses políticos de minorias. De qualquer maneira, era uma grande conquista que foi festejada com carnaval nas ruas de Alegre — hoje é o Centro Agropecuário, integrado à Universidade Federal do Espírito Santo. Logo em seguida, 1971, foi revivida a idéia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, instalada e mantida pela Prefeitura.

Em 1973 o jornal *Mensagem* adquiriu oficinas próprias — estava sendo impresso em Cachoeiro e Jerônimo Monteiro, pois não havia gráficas em Alegre.

A essa altura o Governador Dias Lopes já havia, sensibilizado pelas críticas e reclamos, — mais uma passeata de estudantes que nos levou à DOPS, — solucionado o problema primordial da energia elétrica. Também em 1973 instalou-se o 3º Batalhão de Polícia Militar, apesar da resistência e incompreensão de uns "líderes".

Agora, o mais importante, vez que o motivo deste ensaio é a CULTURA!

A criação da FAFIA foi um estopim — como o jornal o fora em 1967 —, que a partir de 1978, já em clima de progresso alagrense, passou a

programar a sua Semana da Cultura e a Semana Pedagógica, com o incentivo da professora Zahir Aride Rodrigues da Silva e várias alunas, entre as quais Marlene Lopes Furtado. Esse trabalho teve o apoio da comunidade, trazendo ao povo a cultura que se resumia, até então, às salas de aula. Foram organizados recitais, exposições, alegorias folclóricas, apresentações teatrais, envolvendo todos os talentos artísticos da comunidade.

E nós participamos desses programas, atendendo ao convite da Fafia para um trabalho em prol da cultura alegreense, depoucos conhecida. E sentimos, aí, a necessidade de uma organização independente, desvinculada de obrigações pedagógicas e regimentais mas capaz de preservar a cultura que se queria reviver, com autonomia administrativa e interessada, por idealismo, sem remuneração ou política, em evitar que se perdessem as raízes culturais da região e que tais iniciativas se restringissem a finalidades meramente didáticas e ocasionais.

Enfim, uma sociedade formada por pessoas preocupadas unicamente com a preservação da cultura, com as manifestações artísticas, que vivesse em função disso, unicamente.

Assim, em outubro de 1979 tínhamos prontos os rascunhos da Entidade — Casa da Cultura de Alegre.

Estatuto simples, objetivo, claro, restrito. Convidamos todos os elementos ligados às artes, em todos os ramos. E, como sempre ocorre, quando não há vantagens pessoais, só a minoria acorreu, atendendo ao nosso apelo. Em 20 de outubro de 1979 era oficialmente fundada a Casa da Cultura de Alegre, que foi instalada publicamente no dia 23.05.1980.

O resultado foi a reorganização do Grupo de Teatro "Pedro Bloch", reunindo os remanescentes do primeiro núcleo e os jovens interessados em teatro, que já apresentaram dezenas de trabalhos em várias cidades; foi a organização do Museu Histórico, num trabalho bonito que contou com o apoio entusiástico de toda a comunidade; foi o reavivamento do interesse pelo nosso folclore; foi o incentivo às letras, realizando a publicação de cerca de vinte volumes de poesia e prosa, de jovens e veteranos alegreenses; foi a realização dos II, III, IV e V Jogos Florais, a partir de 1981; foram as três Semanas de Arte — as duas primeiras sob a tutela da UFES; foram os I, II, III e IV Encontro de Escritores, com recitais, autógrafos e boa divulgação da cultura alegreense.

Agora, capitulando ao nosso diuturno assédio, o professor Manoel Pedro Ferraz concluiu a História do Alegre, que está sendo editada sob o patrocínio do jornal Mensagem, com financiamento do próprio autor, pois, como sempre, os poderes públicos ainda não se conscientizaram da importância da Cultura, no processo de desenvolvimento dos povos.

Mas Alegre pontifica, transformando-se, por esforço de alguns de seus filhos, de "Cidade Jardim" em "Cidade Cultura" do Estado do Espírito Santo.

LIVRO DE SORTES

Levy Rocha

Ciscando um montão de livros velhos nun antiquário de Porto Alegre com o faro de faiscador encontrei uma raridade de fazer inveja aos folcloristas: um livro de 216 páginas mandado imprimir em Paris pelo Editor Garnier no ano de 1868 — **“Dados da Fortuna**, moderníssimo Livro de Sortes para recreio da Sociedade Brasileiras nas noites de Santo Antônio, São João, São Pedro e Santa Ana, contendo 48 perguntas e mil e cincoenta e seis respostas em quadras rimadas, edição apropriada tanto à Côte como às Províncias do Brasil.”

Na maneira de prefácio o autor anônimo residente carioca da Ponta da Gávea, apresenta umas “explicações” e começa lamentando a falta de entretenimento da sociedade brasileira e argumenta: “Tirem-lhe os fogos de artifícios, os leilões à porta das igrejas, as novenas e festas dos santos padroeiros de nossas cidades e vilas, e digão-me cá o que há por aí para recreio do povo?” Reclama que desapareceram as noites de Reis, que as festas e barracas do Espírito Santo retiraram-se para os sertões, o próprio entrudo com os limões de cheio, as seringas, as cabeleiras empoadas, foram substituídos pelo carnaval europeu, costumes influenciados pelo espírito francês e “uma nem sei que máscara italiana”. Restavam as fogueiras dos santos juninos a conservar tradições dos tempos patriarcais senão quando os legisladores dos municípios levantaram restrições e desestímulo criando multas e posturas. Lamentou que o dia de Santa Antônio, dia de **desocupado** na expressão dos leiloeiros, tenha passado no calendário a ser um dia por obra de dois papas através duma bula que nos custou “para mais de trinta contos de réis”, sem trazer maiores rendimentos para as alfândegas do Império, pesando, no entanto, sobre a mísera escravidão africana e os pobres empregados dos serviços públicos. Seu grito de rebeldia, despropositado nos tempos atuais, tinha sentido nacionalista: “façam-se fogueiras; queime-se pólvora a valer desinfecionando-se os ares; assem-se canas, carás, aipins, batatas, milho e reine a alegria ruidosa e folgazona no lar e na sociedade brasileira, tanto na roça como nas cidades opulentas”.

O livro tem principal objetivo de recreio procurando preservar o costume de consultar a sorte nas festas acima referidas. Seu autor anônimo transcreve nas primeiras páginas, produções de três poetas alusivas aos folguedos juninos, começando com Thomaz Gonzaga, o inspirado versejador de **Marília de Dirceu** às voltas com uma brincadeira de Cupido que lhe pregara uma falseta. Segue-se o grande lusitano Almeida Garret com algumas quadras populares abrindo com a lembrança duma quinhentista:

“Té os mouros na Mourama
Festejão a São João:

São João, São João, São João,
Dai-me peras de vosso balcão."

Isso nos faz lembrar um tempo que vai bem longe, passado já um meio centenário, quando nas fogueiras que subsistiam ainda nós cantávamos:

"São João, São João, São João,
acende a fogueira do meu coração".

Como originalidade, o livro é acompanhado de **dois dados e um copo** "fabricados expressamente para extração da sorte".

No índice das matérias são questionados em 48 perguntas para **homens e senhoras** os assuntos das sortes distribuídos em páginas próprias. Exemplifica o autor: cada pessoa lança por meio de um copo, dois dados e ao contar os pontos procura o número da página correspondente à pergunta escolhida. Uma preferida, por exemplo: "Será verdade ou mentira?" A lançadora dos dados (senhora), alcança oito pontos e vai encontrar a interpretação da sorte na página relativa:

"É mentira o que tu pensas,
E o que te dizem é verdade;
E teu marido, senhora,
É o rei da falsidade!"

Na página que se destina aos **homens** o consulente com o mesmo número de pontos (oito) vai ler:

"É engano, é ilusão,
Verdade não pode ser;
Não acredites em nada;
Há muito ainda que ver."

Por curiosidade, vejamos algumas sortes ao acaso começando com a pergunta que foi questionada para os **homens**: "Qual o dote que terá?" Uma das respostas:

"Qual o dote? O que tu precisas,
Pois comes e não trabalhas,
É sobre o duro espinhaço
Um rico par de cangalhas."

Outra pergunta, às **senhoras**: "Deverá viver na roça ou na cidade? Uma das respostas:

"Na roça. A tua modéstia
Na violeta se resume;
És humilde como ela,
A virtude é o teu perfume".

E, essoutra resposta para os **homens**:

"Na roça ouvindo o grasnar
Das nadadoras marrecas,
O ciciar das cigarras,
A bulha das pererecas."

Mais uma pergunta aos marmanjões: "Se deve ir ao Rio de Janeiro?
(Para as Províncias)". Respostas:

"Embarca-te para a côrte.
Que no Rio de Janeiro
Serás ainda mui grande,
E entre os grandes o primeiro."

Outra:

"Deves ir; toma passagem
Em o primeiro vapor;
Ficarás de boca aberta
Vendo a rua do Ouvidor."

Mais uma pergunta: "Se deve ir para as Províncias? (Para a Côrte). Resposta aos **homens**:

"Diz Gil-Brás que quem na côrte
Cousa alguma pode ser,
Menos inda nas províncias
Poderá fácil viver."

Resposta que agradaria mais a um capixaba:

"Como és religioso,
Cousa que já causa espanto
Deves viver na Vitória,
Capital do Espírito Santo."

A julgar pelos anúncios de uma página interna e da capa do livro a Editora Garnier teria alcançado apreciável êxito nos lançamentos dos livros de sortes e quejandos, novidades que se juntaram impressas em Paris, tais como: "**O Advinhador** — Livro Feiticeiro das Senhoras, ou Novíssimo Oráculo de donas e donzelas, contendo 70 perguntas e mil e cento e vinte res-

postas de fazer pasmar pelo acerto." Outro lançamento: **A Esfinge** — palestra enigmática, ou livro de adivinhações próprias para aguçar o espírito e entreter a imaginação nas reuniões brasileiras e para o desenfado, recreio e passatempo sempre agradável nas noites de fogueiras. . . publicado para felicidade de quem o possuir comprando-o."

Havia, ainda: **O Mata-horas Aborrecidas**; **A Roda do Destino**; **O Oráculo das Famílias** que era acompanhado do **Baralho do Feiticeiro** ou a verdadeira e antiga cartomancia, e mais; **A Cornucópia dos Salões** que era um tesouro de divertimentos de Sociedade onde se inseriam jogos de baralho tais como: solo, voltarete, marimbo, besi, empréstimo, diabrete, quatro reis, tontinha, renda, etc.

Para completar o recreio da sociedade dos nossos bisavós havia um **Manual de Danças** em grande volume encadernado em percalina que custava três mil réis.

Todas essas publicações dificilmente seriam na atualidade encontradas para consultas frustrando, assim, a curiosidade dos bibliófilos.

VINTE E TRÊS DE MAIO

Adelpho Poli Monjardim

O dia 23 de Maio de 1535, domingo de Petencostes, despontara, esplêndido, sobre a lendária Xapinang nativa. Tranqüilas, as águas reverberavam, flamantes, aos raios de um sol tropical. As verdejantes ilhas, precioso rosário de esmeraldas, engastadas no salso abismo oceânico, silentes e entorpecidas, quedavam, na suave modorra da natureza virgem.

Jamais um barco estranho sulcara aquelas águas, agitadas apenas pelas frágeis e ligeiras pirogas do gentio. Jamais olhos profanos devassaram aquele santuário virgem da natureza; jamais olhos profanos devassaram a exuberância maravilhosa da sua clorofila acobertando montes, avassalando vales, recobrando ilhas; contrastando, aqui e acolá, com a sépia das culminâncias graníticas, emergentes daquele oceano verde.

Todavia, confiantes, os índolas dormiam; dormiam sobre as armas, à sombra protetora das verdes frondes, no recato silencioso da jungle milenar, embalados por tupã. Entretanto, espantosa e inusitada surpresa lhes estava reservada. A tuba guerreira ressoou, alborotando a taba. Algo estranho, algo extraordinário se passava ao largo do estuário. Em tropel, acorreram todos às praias de nitentes areias. Que seria o fantástico ser, a estranha visão que os olhos viam, singrando as águas da imaculada Xapinang? Que desconhecido monstro ousaria a tanto?

Três vezes retumbou nas praias o grito guerreiro, conclamando à luta. De quebrada em quebrada, o eco levou a toda a nação índia a aflita mensagem. Prestos, arcos empnhados, flechas ajustadas nas cordas retesas, posicionaram-se prontos para o revide.

Majestosa e soberba, qual cisne branco, ostentando nas brancas velas pandas a rubra Cruz de Malta, a Caravela "Gloria" sulcava aquele mar até então desconhecido. No convés, reunido aos seus, Vasco Fernandes Coutinho, contemplava, emudecido, a selvagem beleza do novo Éden, que se abria aos seus olhos. Jamais fantasiara tão luxuriantes matas, que mal deixavam perceber, sob a espessa ramaria, debruçada sobre o mar, a estreita fímbria de límpidas areias. As sombras tismavam as águas com o azul-ferrete das grandes profundidades.

Diante de soberbo monte, em cujo vértice baboiçavam, à branda aragem, duas gentis palmeiras, a Caravela "Glória" ficou paralisada, como se tocada por misteriosa mão. De imediato se fez ouvir o ruído das âncoras, para firmar-se na areia do fundo. Não fora a ancoragem obra do acaso. Estava escrito. Como garras, elas se aferraram à terra para sempre, para que ali, após a Conquista, imperasse uma raça viril, capaz e progressista.

Profundamente religioso, Vasco Fernandes Coutinho ajoelhou-se e agradeceu ao Senhor, a dádiva concedida. Naquele sublime instante, único da História, tomava posse da Capitania, que lhe outorgara a Coroa. Batizou-a

sob a invocação do Espírito Santo, a terceira pessoa da Santíssima Trindade.

A Caravela "Glória" não trazia apenas, em seu bojo, os colonizadores. Trazia algo mais importante — a História, a Fé e a Civilização, sem as quais não passaríamos de mero aglomerado humano à margem da vida.

Durante largo tempo, Coutinho e os lusos, quedaram-se estáticos, quase incrédulos de tudo que os seus olhos viam; extasiados ante à feérica beleza da terra virgem. Jamais imaginaram céu tão límpido e sol tão rútilo. Ali tudo era verde, mais verde mesmo que a esperança. O estrídulo rechinar das cigarras e o mavioso gorgueio das aves enchiam a natureza, como que saudando os peregrinos ou entoando loas à divindade pelo grande dia.

Somente o estrondo das vagas, quebrando-se sobre os farelhões da costa, destoava. Babando a alva espuma, ao grimpar e ao descer pelas faces límpidas dos rochedos, lembrava a raivosa saliva de um tigre, impotente, ante a pétrea e fria resistência das rochas.

Quando os lusos se preparavam para descer à terra, de sob a densa mataria, feroz elevou-se o clamor dos índios, quando, um dilúvio de felchas, empanou, momentaneamente, a luz do sol. Cairam todas longe da caravela. Coutinho contemplou, supreso, a inócua agressão. Porém, ao vê-los ocupar as ligeiras pirogas, para uma possível abordagem, ordenou o disparo de um canhão de borbo.

Pela primeira vez, aquela natureza virgem ouviu o horrível troar da artilheria. O fogo e o fumo, lançados pela ígnea bocarra; o inusitado estrondo, que abalou céus e terras, levou o pânico às hordas selvagens, que, naquele sucesso, pressentiram a cólera de tupã.

Aos pés do monte, que as mãos piedosas de Pedro Palácios, tornariam sagrado, ao erguer, ali, a Ermida das Palmeiras, pródromos do Convento da Penha, o maior monumento católico da América, Vasco Fernandes Coutinho oficializou a posse da Capitania.

Tudo corria às maravilhas dado ao gênio conciliador e pacífico do velho Donatária. Este, porém, de quando em quando, necessitava ausentar-se, em busca de recursos para o desenvolvimento do seu Vilão Farto. Pacificados os índios, durante uma dessas viagens, entregou a Capitania aos cuidados de Dom Jorge de Menezes, fidalgo da Casa Real, que por suas tropelias, nas Molucas, fora degredado e degradado. Homem cruel e violento, entrou a perseguir os índios, tentando escravizá-los. Confederados, estes se rebelaram, levando a morte e a devastação à florescente Capitania. Dom Jorge de Menezes foi morto a flechadas, sucedendo o mesmo ao seu sucessor no mando, Dom Simão de Castelo Branco, fidalgo, igualmente degredado e degradado.

Ao regressar da mal sucedida e longa viagem, alquebrado e desgotoso, pela humilhação que sofrera, do impiedoso Bispo Sardinha, Vasco Fernandes Coutinho encontrou a Capitania praticamente arrasada. Que restava de sua Donatária? Nada. Não poderia mesmo sustentar-se ali e para fugir à sanha dos índios, ensobercebidos por suas vitórias, retirou-se para a ilha

que pertencerá a Duarte de Lemos, que oferecia maiores probabilidades de defesa. A ilha passou a denominar-se Vila Nova, quando, em contraposição, a Vila do Espírito Santo passou a chamar-se Vila Velha.

Mesmo ali foram buscá-los o gentio, pondo-os em estreito assédio. Teriam parecido se não tivessem sido socorridos, a tempo, pelos reforços enviados por Mem de Sá, capitaneados pelo seu próprio filho, Fernão de Sá. Mal informado, fora este acometer o poderoso reduto aimoré, do Merenrique, no Cricaré, onde pereceu.

Capitaneados por Diogo Morim, o Velho, a 8 de setembro de 1558, os remanescentes da malograda expedição chegaram a tempo de salvar os defensores da Vila Nova, estreitamente sitiados por goitácás, aimorés e tupiniquins. E ali, entre o rubro clarão dos incêndios e o tumultuar das armas, por detrás das comburidas caixas, em pugna feroz contra o gentio, sobre as cinzas do seu lares; sobre as lágrimas dos seus entes queridos; sobre a própria ruína, cimentarem o pedestal eterno e indestrutível desta Nossa Senhora da Vitória, a vitória do homem, consagrada à vitória do Criador.

Assim, àquele 23 de Maio seguiu-se longo e consagrador corolário de grandes e memoráveis feitos, todos conquistados com audácia e determinação de uma raça forte e predestinada, que sem esses atributos jamais teria superado os óbices que pontilharam os tortuosos sendeiros dos primeiros dias.

Orgulhamo-nos, sim, do áspero passado. Compreendemos, então, que a vida é luta renhida, que só aos fortes exalta. Sobre cinzas quentes construímos o futuro, embora entre-irmãos fortes e poderosos. Pudessem, lá da Eternidade, os nossos manes contemplar o Espírito Santo de hoje, com orgulho pulsariam os seus corações. Com que orgulho Vasco Fernandes Coutinho contemplaria o seu Vilão Farto. Confortado compreenderia que não sofrera em vão. Que o que fora negado pelos contemporâneos, pródiga concedera-lhe a Posteridade. O 23 de Maio continuará a ser, não apenas para nós espiritosantenses, mas para todo o Brasil, uma data festiva, de orgulho nacional. Embora pequeno, como expressão geográfica, o Espírito Santo é grande, é colossal, pelo progresso, pelo labor, pelo talento dos dos seus filhos.

ESCRAVATURA E ABOLIÇÃO

José Schiavo

Um dos aspectos que não têm tido a devida atenção dos estudiosos do problema da escravidão é o da condição do negro em seu **hábitat** de origem. Os escravos para aqui vindos já o eram em sua terra natal. Ali levavam vida selvagem sub-divididos em clãs e tribos que se guerreavam mutuamente. Não possuíam agricultura e comércio. O que impropriamente se chamaria de indústria era um atividade e produção assás rudimentar. Nem sequer conheciam o dinheiro. Viviam da caça, da pesca, de depredações e do furto. Como sucedia entre os antigos povos, os vencidos nas refregas, que eram frequentes, se tornavam escravos dos vencedores. Sob certos aspectos sua vinda para aqui era de alguma forma até vantajosa. No novo **hábitat** encontravam tranquilidade de espírito e onde morar, além de vestimenta e alimentação. Mas, à semelhança do índio, não fôra o negro habituado ao trabalho e os que os comprovam tinham em mente fazer deles instrumentos de produção. Do choque entre uns e outros resultavam as sabotagens, as fugas, os castigos, os maus tratos, os crimes. Nem todos, todavia, permaneciam no ócio ou enveredavam pela porta larga do desespero. Acomodavam-se à nova vida, tornavam-se dedicados aos seus senhores servindo-os com docilidade e proficiência. Desde que lhes era dado um ensejo, aperfeiçoavam os dotes naturais sobressaindo no meio em que viviam, ganhando conceito e admiração dos seus contemporâneos. Em sua maioria, entretanto, primavam pela ignorância e deixavam-se vencer pelo desânimo e pelo desleixo. Outro aspecto que deve ser encarado é o que o negro foi sempre mais racista que o branco. FREUD chamaria a isso complexo de inferioridade racial. O desprezo de que eram cercados devido à sua condição criava frustrações e incentivo para a revolta. É preciso convir que vinham de um meio efetivamente inferior; daí a discriminação. O dito — “negro não é gente” — significava a sua exclusão da família a que estava agregado. “Gens” — gente — era entre os romanos uma qualificação aplicada aos patrícios excluindo os plebeus. O preconceito racial foi tomando forma e consolidando-se. As ordens religiosas que pregam a fraternidade, a compreensão e a caridade entre os povos não as admitem em seu gremio. O racismo discriminatório existe, persiste e subsiste. O negro, entretanto, não é uma raça inferior, e sim inferiorizada devido ao ambiente em que vivia. Algumas qualidades parece mesmo que lhe são inatas, como a propensão para a música, para a dança e para os desportos.

O Império — justiça lhe seja feita — procurou dar ao problema solução adequada. A escravidão era um mal necessário de difícil erradicação. Providências foram adotadas para substituir gradativamente o elemento servil pela mão de obra assalariada. Incentivou-se a imigração. Acenou-se com

vantagens para os imigrantes. Desenvolveu-se a propaganda por diversos países europeus nos quais não havia “peças da Índia”, como eram os escravos cognominados pelos portugueses que os mercantilizavam. Foram muitos os núcleos de colonização européia disseminados pelo interior do país. Os emotivos que se batiam ardorosamente pela extinção do elemento servil o que intentavam, em sua maioria, era preparar através da abolição o caminho para a república.

O perigo que os escravocratas temiam era o desmoronamento da lavoura e da indústria, ambas dependentes do braço escravo.

O governo imperial começou proibindo o tráfico e combatendo o contrabando. Depois alforriou os sexagenários e declarou livres os filhos da mulher escrava. Por fim, a libertação pura e simples.

A Princesa Imperial Regente, na ausência do pai, condoída pela situação do escravo, decidiu exterminar o mal pela raiz. Chamou o presidente do Conselho dos Ministros Barão de Cotegipe e expôs-lhe a sua pretensão. O chefe conservador baiano manifestou as suas apreensões e temor pelas conseqüências que necessariamente haveriam de resultar de uma medida precipitada. Seria um desastre para a economia nacional. Além disso havia obtido dos senhores de escravos o compromisso de libertá-los dentro de cinco anos. Ante a irredutibilidade da Regente, Cotegipe se demitiu. Indagado por ela sobre quem sugeria para substituí-lo, apontou, com certa ironia, o seu companheiro de partido, senador por Pernambuco, Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, cujas opiniões a respeito eram conhecidas. Convidado a organizar o novo gabinete, apresentou-se à Câmara em 10 de março e expôs perante ela o seu programa de governo: “Amanhã será apresentada a proposta do Poder Executivo, para que se converta em lei a extinção imediata e incondicional da escravidão no Brasil”. Um deputado afoito apresentou uma emenda de imediato aprovada: “desde a data desta lei”. O projeto correu pela Câmara e pelo Senado a toque de caixa, sem observância dos interstícios, sem a impressão do avulso, sem a necessária publicação no “Diário Oficial”. Num mesmo dia, e em poucas horas, foi aprovado em ambas as casas legislativas, sabendo-se que o Regimento invalidava o decidido em sessão realizada fora dos dias úteis. O dia 13 de maio de 1888 foi um domingo. Nesse mesmo dia a Princesa assinava a “lei áurea”. Era de preceito legal que a vigência de um decreto começava contar decorridos três meses de sua publicação no “Diário Oficial”, dada a dificuldade de comunicação entre as províncias e localidades do interior. Os senhores de escravos, ao terem conhecimento dos termos da lei, despediram-nos dizendo-lhes: “Vocês estão livres! Podem ir para onde quiserem!” E foram. Foram sem ter para onde ir, onde morar e o que fazer. De nada disso se cogitou. Ainda hoje paga a sociedade altíssimo preço pela imprevidência e precipitação, cujo resultado catastrófico se faz sentir. A lei das sete palavras que solucionou o problema (?) dizia assim: “E declara extinta a escravidão no Brasil”. Os senhores de escravos, julgando-se es-

poliados, recorreram à justiça para se ressarcir dos prejuízos. Os processos avolumaram. No começo da República, o notável jurisconsulto Dr. Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do Governo Provisório, mandou reunir num único lugar os processos de indenização e em seguida ordenou que os incinerassem para não restar sequer a lembrança da escravidão que era uma mancha em nossa condição de povo livre. Foi a chave de ouro com a qual se deu por encerrado o episódio que, breve, será objeto de dissertações, de teses eruditas, congressos e seminários por volta das comemorações centenárias do memorável acontecimento.

PANCAS — ORIGEM DO NOME

Manoel Milagres Ferreira

Nas encostas orientais da cordilheira dos Aimorés, ali pelo noroeste do Espírito Santo, situam-se uma cidade e uma coletividade complementando, de muito boa vontade, a região que constitui um dos mais novos municípios capixabas: "PANCAS".

Não temos notícias de que algum órgão oficial ou escrevinhador de história se tenha manifestado sobre o significado e a origem do topônimo PANCA ou PANCAS, ora objeto de nossas cogitações. No entanto, ouvimos de madeireiros, carreteiros e serradores de madeiras, localizados em Minas e em nosso Estado, a confirmação do nome e uso de utilíssima peça de madeira, roliça e de boa qualidade, medindo o mínimo de 3,50 metros de comprimento por 40 centímetros de rodo, com que se removem os grossos toros, cortados nas florestas, para os depósitos, engenhos da serra ou para os vagões ferroviários.

A pesquisa histórica levou-nos aos dicionaristas, todos unânimes:

* PANCA (sing.) — alavanca de madeira, estaca, calçadeira, espeque etc.; e PANCAS (plural) — dificuldades, apertos etc. . ."

Os significados diferentes, pela simples transposição para o plural, revelam uma das particularidades do rico idioma luso brasileiro, do qual é lídimo representante o filólogo Cândido de Figueiredo. Este lexicólogo português não altera as definições de seus colegas de cá e ainda as aborda em dois verbetes distintos: — PANCA e PANCAS, sendo que nesta segunda acepção o dicionário exemplifica seu uso transcrevendo Camilo Castelo Branco, em "ENXERTADA" e Afrâncio Peixoto, em "BUGRINHA".

Em outro verbete — "PALANCA" — Cândido de Figueiredo é longo e explícito: versa todos os aspectos e seu uso nos territórios de influência portuguesa d'além mar. Adita PANCA como a contração de "PALANCA" (vol. II, 14a. ed., publ. em Lisboa e Rio, simultaneamente).

Em qualquer dos dois sentidos, o vocábulo é do idioma vindo com Cabral em 1.500 e se tornou conhecido na Colônia, desde quando os primeiros toros de "pau-brasil" foram encaminhados à Europa.

Diante desta evidência e de outros documentos, em seguida referidos, não haverá mais argumentos que dividem qualquer entrelaçamento do nome PANCAS, do município e do rio afluente do RIO DOCE, com o linguajar dos indígenas Botocudos — que viveram nas abas orientais da cordilheira limítrofe Minas/Espírito Santo e águas vertentes para o Rio Doce.

Este ponto quase toca o cerne da controvérsia e mostra o fio-da-meadada. Vem-nos à mente a história colonial, quando o Príncipe-Regente, D. João, indicou para dirigir os destinos de nossa abandonada terra.:

"... um homem de reconhecidas luzes e préstimos na pessoa do Capitão-de-Fragata Antonio Pires da Silva Pontes" (v. "História e Flagrantes de Baixo Guandu" — 2a. ed., pág. 220, do autor deste estudo).

O Capitão Silva Pontes era brasileiro nascido em Mariana (MG) mas educado em Portugal, onde galgara alto posto na Marinha de Guerra e, como tal, graduando-se em Engenharia, Geografia e Cartografia. Fora ainda lente da Academia da Marinha e sócio da Academia de Ciências de Lisboa. Voltara ao Brasil duas vezes a segunda ao Espírito Santo, com a finalidade de assumir o cargo de Governador para o qual fora escolhido em fins de 1797.

No entanto, depois de passar na Bahia, somente a 29 de março de 1800 veio para a Sede da Colônia.

Trouxe S. Sa. importante missão e muitas recomendações especiais, destacando-se a de:

"Abrir uma mais fácil comunicação com a Capitania de Minas Gerais do que hão de seguir-se vantagens incalculáveis" (obra cit., do autor — pág. 181).

O Governador Silva Pontes dedicou-se ao conhecimento do RIO DOCE, percorrendo-o da foz até onde foi possível locomover-se a remos. Desembarcou, a certa altura, e deu ao local e à grande massa granítica, vista do outro lado do rio, os nomes de "Porto do Souza" e "Pedra do Souza", respectivamente.

E, logo acima das barrancas instalou a fortificação de defesa denominada de "Quartel do Porto do Souza", tal qual o fizera em "Regência Augusta" e em "Coutins" (na barra do Rio Doce e na hoje Linhares).

Foi, a seguir, experimentada a possibilidade de navegação fluvial pleiteada pelos moradores do interior, carentes de comunicação direta com o mar e o mundo externo.

O Governador Silva Pontes e o representante do Governador Bernardo José de Lorena, de Minas Gerais, reunidos no antigo "Porto de Souza" (no atual município de Baixo Guandu, assinaram, no dia 8 de outubro de 1800, o primeiro "AUTO DE DEMARCAÇÃO DE LIMITES" entre as Colônias que dirigiam (v. original manuscrito, na ob. cit., do autor, pág. 186/8), passando, em seguida, a preocupar-se com o levantamento da Bacia Hidrográfica do Rio Doce — ocasião em que registrou com o nome de PANCAS o pequeno afluente da margem esquerda recém-cartografada. (*)

Neste ponto desta narração já se revela o fio-da-meada e sua extremidade para a biografia "O CONDE DE LINHARES" (Prof. José Schiavo — "A Gazeta" — Agosto/85), na qual o historiógrafo, sem se envolver na história espírito-santense, faz referências a PANCAS — uma propriedade portuguesa pertencente ao nobre D. Francisco de Noronha, genro de D. Rodrigo de Souza Coutinho (o Conde de Linhares), amigo e compadre do Governador Silva Pontes que, mais uma vez, demonstrava sua simpatia e gratidão, ligando o título nobiliárquico CONDE ao Rio Doce.

Esta revelação histórico-geográfica oferece-nos condição suficiente para contrariar a equivocada interpretação, que se ouve, de que o topônimo PANCAS tenha sua origem no linguajar dos Botocudos e significaria “terra onde a raiz não penetra”.

O órgão oficial IBGE, em monografia de 1985, não obstante repetir a expressão acima, não se envolve na etimologia e deixa explícito tratar-se de opinião dos primitivos agricultores, estabelecidos na região: — teriam estes encontrado solo raso, pouco profundo, pela presença de lajedos quase aflorando à superfície.

Contrariando os velhos enxadeiros de segunda década do atual século, que tiveram aquela impressão inicial, o vale do “Panquinha”, assim como os córregos adjacentes, serve plenamente às populações rurícola e urbana de um dos mais novos e prósperos municípios do noroeste capixaba — cujo nome é, finalmente, uma ponte histórica com a nação portuguesa.

- (*) Custa-nos acreditar que os canoeiros de Linhares e os braçais de serviço da expedição governamental, ignorassem a designação JACUGY (Jacuji) com que a arredia e reduzida falange botocuda designava o rio que chamamos PANCAS.

DISCURSO DE POSSE
NO IHGES
pronunciado a 12/06/84 pelo consócio
Carlos Bussola

Senhor Presidente,
Senhores Membros da Diretoria,
Senhores Sócios,

Estou profundamente sensibilizado pela oportunidade que hoje se me oferece de pertencer de um escol tão notável qual é o grupo de pessoas que compõem o IHGES.

Os senhores sabem que eu sou apenas naturalizado brasileiro. Nasci na Itália; formei-me em Roma e também fui estudar em Beirut, onde fiquei por 4 anos, ao findar dos quais fui para o Sudão, na África, onde permaneci quase 7 anos fazendo pesquisas de antropologia cultural — pesquisa que seriam mais tarde aproveitadas pelo Concílio Vaticano II quando da substituição do latim pelo vernáculo. Quando de volta da África recebi o passaporte para o Togo, com visto de permanência. E já dispunha-me a partir para aquele país quando fui solicitado a vir ao Brasil.

Confesso que não queria. Com contragosto embarquei no navio “Giulio Cesare” na esperança de que os 12 dias de viagem no mar sanassem minhas emoções. Assim aportei no Rio de Janeiro, com a tarefa de pesquisar o comportamento sócio-cultural dos descendentes dos europeus, dos africanos e dos índios, e, sobretudo, estudar a nova raça que aqui (e somente no Brasil) está se formando; o miscigenado. Por estranha coincidência, embora destinado a São Paulo, vim parar no Espírito Santo.

E o Brasil acabou seduzindo-me com seus valores humanos tão candentes; com suas belezas exóticas tão exuberantes; com sua exultação tão apaixonada; com sua turbulência tão agradável, que eu esqueci o país onde nasci e os demais países onde morei; e adotei esta terra como minha nova pátria.

Evidentemente não reneguei a Itália; afinal não havia sido eu quem pediu lá nascer. Mas eu achava que podia escolher onde viver na segunda parte da minha vida. Então naturalizei-me e aqui casei com uma filha da terra. Por tudo isso, eu digo que este país foi muito bom comigo.

E eis que hoje os senhores me escolhem para participar de seu grupo, um grupo capixaba cujo trabalho intelectual tanto beneficiará a minha vida.

Com efeito, se pertencer ao IHGES muito lisongeia as minhas emo-

ções, o trabalho intelectual que os senhores — historiadores — se propoem, muito favorecerá a minha tarefa de filósofo, porque antes de tudo eu me sinto filósofo e neste enfoque enxergo a minha vida.

Ora, para o filósofo a importância da história (e da geografia, que de certo modo representa o lugar e os confins dentro dos quais se realiza a história) é que ela permite estabelecer com extrema exatidão que a pessoa humana é um ser imprevisível. Então os fatos históricos devidamente estudados e coordenados permitem fazer aquilo que é mais interessante no estudo da história, isto é a filosofia da história ou seja o descobrimento de um jogo preciso e certo que dá uma finalidade global às ações humanas e assim permite entender que enquanto o ser humano combinar personalidade com circunstância locais e momento histórico, o homem permanece uma variável desconhecida.

Esta imprevisibilidade do ser humano e suas ações é a prova mais evidente que o homem é uma criatura dotada de liberdade: é a história que fornece as provas para as conclusões propostas pela antropologia filosófica e para os princípios fundamentais da metafísica.

No século passado, três homens não perceberam este típico aspecto da história: Marx, Freud e Spengler.

Karls Marx pretendeu descobrir e determinar uma nova lei da história; a saber: quanto maior fosse o progresso material de um país, baseado no capital, maior e mais profunda seria a pobreza que daí resultaria; Disse que isto era um postulado da história e profetizou que a Alemanha seria o 1º país onde eclodiria a revolução proletária, por ser o país mais industrializado capitalisticamente. Mas o que aconteceu foi justamente o contrário, numa clara demonstração de que as ações humanas não são pré-estabelecidas.

Então apareceu uma nova autoridade; Freud, com a teoria do inconsciente que domina o complexo jogo da vida dos homens, e a história por eles criada. Hoje, porém, os psicólogos sabem que se o sistema de Freud pode oferecer aos historiadores novos pontos de vista, contudo não pode oferecer nenhuma orientação do futuro, porque é claramente demonstrado que o homem é livre e pode agir mesmo contra o aliciamento ou pré-determinação do inconsciente.

Então veio um outro profeta: Spengler, pensador alemão, morto em 1936, com a teoria do declínio do ocidente, significando com isso, o declínio da Europa. Os comentaristas políticos da década de 30, na esteira de Spengler diziam que o futuro pertence à América do Norte, à Rússia e a China. Hoje, depois de 50 anos, o historiador sabe que a América do Norte, a Rússia e a China não somente não ofuscaram a Europa, mas tornaram-se um apêndice dela. Pode-se até admitir que os americanos sejam bons administradores de empresas, mas certamente ninguém, em sua consciência, admite que América, Rússia e China tenham a primazia da cultura e do progresso; quando muito eles têm a primazia da quantidade. A

vitalidade da cultura e da ciência, na Europa, está continuamente se renovando num processo surpreendente e inesgotável. Comprar cérebros ou obras de arte, não é certa cultura.

Vê-se, então, que a falha de Marx, de Freud e de Spengler é filosófica, mas não poderia ser detectada sem o auxílio da história. Com efeito, há um estreito laço entre História, de um lado, e Filosofia, de outro: a História beneficiando-se da Filosofia e a Filosofia beneficiando-se pelos dados reais que a História oferece. De fato, como há uma tendência a tornar a História uma vasta cronologia de acontecimentos, assim há uma tendência a tornar a Filosofia uma disciplina estritamente especulativa, desligada da realidade e relegada ao puro pensamento metafísico. Ambos estes extremos evidentemente contradizem o modo de ser da natureza humana, cuja vitalidade é um jogo de equilíbrio entre o espiritual e o material. A vida espiritual ou intelectual (como se queira chamá-la) é comprovada mediante a verificação de fatos históricos e geográficos e os fatos históricos e geográficos, ou seja a vida material é pressionada a evoluir a partir de auto-crítica e seu efeito, embora monetâneo, tem o cunho do pensamento e do espírito, enfim: da Filosofia.

Por isso História e Filosofia devem entrelaçar-se em simbiose vital para produzirem uma vida humana melhor, um habitat melhor, um homem melhor.

Dizendo que História e Filosofia se entrelaçam, significa que a História não é uma ciência fossilizada e muito menos uma ciência de fósseis. Com muita razão o filósofo alemão Heidegger (*Sein und Zeit*, § 73) escreve que não é teutologia dizer que a História é a interpretação do passado, pois quando se diz: "esta coisa pertence ao passado", entende-se, de fato, que esta coisa pertence a um passado que não tem eficácia sobre o presente; então realmente este passado é um fóssil. Mas quando se diz: "não podemos subtraí-los à História", entende-se ainda o passado, mas um passado que age inexoravelmente sobre o presente; então este passado é algo de vital. Por outro lado, dizer que "isto tem história" significa que aquilo tem um passado, no qual se sustenta, e que é fruto desse passado.

Compreende-se então com a História tenha algo de vital a sua vitalidade consiste naquilo que ela tem de supratemporal: não importa se algo aconteceu cem ou duzentos anos atrás; uma vez que ele está presente em nossos dias, com seus efeitos, eu posso analisá-lo e criticá-lo; posso usá-lo para uma filosofia da história, **pois posso interpretá-lo** como algo de cíclico: é o caso dos Estóicos para os quais as culturas não se repetem, mas sua forma repete-se identicamente: o seu nascer, crescer e morrer. Ou **posso interpretá-lo** como algo que expressa um processo histórico, como é o caso de G.B. Vico, que entendia a História como sendo "ideal e eterna" ou seja, como sucessão progressiva de 3 idades: dos deuses, dos heróis e dos homens, e a permanência indefinida na última, que é a conclusão da ciclo. Ou **posso interpretá-lo** como algo que aconteceu por acaso. Neste sentido

Schopenhauer em "Die Welt", I, § 35, escrevia: "a História do gênero humano, a multidão dos eventos, o mudar dos tempos, os múltiplos aspectos da vida humana em países e séculos diferentes, tudo isto não é senão a forma **casual** tomada pela manifestação da Idéia, mas não pertence a esta, mas pertence só ao fenômeno que cai no conhecimento do indivíduo; e é tão estranha, não essencial, e indiferente à Idéia, quanto são estranhas às nuvens as figuras que representam, ou, ao rio a forma de seus sorvedouros". **Ou posso interpretá-lo** como algo que aconteceu providencialmente. Foi Orígenes quem primeiro expressou a idéia da providencialidade da história. Ele considerou os mundos que se sucedem no tempo, como outras tantas escolas providenciais para a reeducação dos seres decaídos e viu no ciclo total da História o retorno do mundo a Deus: retorno que ele chamou de apocatástase (In Johann., XX, 7), ou seja a restituição de todos os seres à sua perfeição originária. Depois dele, Sto Agostinho, no seu clássico "De Civitate Dei" retomou a idéia e aplicou o conceito de providência ao povo de Deus. Sto Agostinho dividiu a história em 3 períodos. No 1º, os homens vivem **sem lei**. No 2º, os vivem **sob** as leis (de Moisés). O 3º período é o tempo da graça divina onde os homens que aceitam a mensagem de Cristo, são colocados **acima** da lei. Esta idéia da história interpretada como algo que aconteceu providencialmente, endossada pela Igreja, chega até Maritain, cujo livro "Filosofia da História" (editado em língua portuguesa pela Herder de SP, já alcançou a 5ª edição) é a proposta de uma visão cristã da História, depois de ter confutado a "ilusão hegeliana" — como ele mesmo escreve.

Finalizando, não posso deixar de referir-me ao grande Toynbee e seu último livro "A Humanidade e a Mãe-Terra". Nesse livro que representa o seu testamento no campo histórico, Toynbee mostra que Humanidade significa o conjunto das ações humanas que formam a História; e a Mãe-Terra é a geografia com todos seus aspectos vitalizantes.

Os senhores, que são historiadores de profissão, com certeza terão meditado bastante sobre o primeiro capítulo, sobretudo à página 19, onde sopesando os prós e os contras, o autor se pergunta se os fatos históricos que se referem ao homem "são fortúitos, propositais ou simples violações de um destino"; e mais adiante, à página 20, Toynbee se pergunta "qual a origem dos juizes éticos, que são aparentemente intrínsecos à natureza das espécies não humanas".

Este I capítulo caberia muito bem numa introdução a um qualquer livro de antropologia filosófica ou de filosofia da História.

Toynbee descarta as respostas científicas. Para ele, ciência e tecnologia não ultrapassam o nível do consciente humano que as estruturou. Portanto elas não são respostas.

A resposta está na razão intuitiva que, para Toynbee, historiador de formação e profissão e portanto sem formação filosófica, coincide com a

religião — religião, enquanto expressão de intuição que, para nós filósofos, não é outra coisa senão filosofia. Jordano Bruno morreu na fogueira, em 1600, por teimar perante os teólogos do Vaticano, que a religião é a filosofia simples (ele dizia: barata) do povo.

Então, senhores, que História e Filosofia continuem no seu caminho cumprindo a vocação a que cada uma em separada e as duas em conjunto, são chamadas a cumprir. Que historiador e o filósofo continuem a tarefa de desvendar, primeiramente, as ações humanas, inquirindo-lhe, num segundo momento, o sentido e a direção. Então a história, acolitada pela filosofia, tornar-se-á realmente "magistra vitae".

Muito obrigado

LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE

Discurso da posse do sócio efetivo
Manoel Pedro Ferraz, em sessão solene de 10/09/1986.

A História é feita pela projeção dos ideais humanos. Mas o ideal não é uma realidade tangível, porém, apenas o desejo que impulsiona o homem para a concretização dos seus sonhos. E, para cada sonho realizado, há outros acenando-lhe do horizonte.

Entre eles, avulta-se, pela sua importância, pela síntese perfeita que encerra, a trilogia imortal: LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE.

Como os fenômenos físicos se prendem a leis imutáveis criadas pela Suprema Perfeição, também o mundo moral tem os seus princípios eternos a que se ligam os sentimentos humanos.

Eis por que a convivência político-social da humanidade tem de ser instituída sob a inspiração desse lema de fascínio universal.

A sociedade só atingirá a perfeição que os homens buscam há milênios, quando todos se submeterem integralmente ao império dessas três palavras mágicas. Elas contêm todas as verdades sociológicas, exprimem todos os anseios humanos e constituem a pedra angular da sociedade perfeita.

Os homens devem ter trazido de eras longínquas a nostalgia desses sentimentos imortais, pálidos reflexos da Divindade de onde provieram.

Eles foram aflorando em seu consciente um a um, à medida que os séculos passavam, até explodirem, nos tempos modernos, com o brilho ofuscante e inconfundível das verdades eternas.

E para chegarem a esse ponto de evolução moral e mental, os nossos antepassados enfrentaram um combate tremendo e desigual.

Sacudindo de si o medo que o subjugara até então, o homem resolveu enfrentar a céu aberto a amplidão que o mantinha prisioneiro dos seus instintos; temeroso de transpor os limitados horizontes do seu berço.

Espinando o corpo, ereto como uma estátua por sublime escultor cinzelada, sacudiu de si a poeira do apróbio dos séculos sem história, olhou para o alto e para frente, sentindo-se, pela primeira vez, verdadeiramente o REI DA CRIAÇÃO. Tudo lhe pertencia e deveria obedecer a seu comando. . .

Sobranceiro, repara a paisagem circundante. A tarde cai suavemente.

"Lembra o céu uma concha, enorme, de granito, no cinza vespéral do crepúsculo hiante. O sol, como a cabeça ruiva de um gigante, tomba, cortado pela foice do infinito. . .

Vôa pela amplidão o leque farfalhante de uma nuvem azul, num desenho esquisito; o mar, como um colosso imensurável e invicto, oleografa o céu sobre o peito ofegante". (1)

E' nesse momento que recebe o supremo desafio. Aceita-o. E inicia a GRANDE MARCHA. . .

Nunca mais teria descanso.

Longe cintilam os clarões da Glória, iluminando de Esperança a estrada sem fim. . .

No fundo da sua alma refulge a fonte sublime do ideal. E vê, nos confins do horizonte, drapejando em esplendores irisados de luz, num perene desafio à sua vontade, três bandeiras, símbolos imortais de todos os seus anseios, supremo objetivo da sua vida: LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE.

Fascinado pela visão maravilhosa, põe-se a caminhar. E, à medida que deixava de ser dependente dos dons da natureza, conquistava, cada vez mais, as dádivas da Liberdade. E a custa de incriveis sofrimentos e penosos trabalhos, emergiu das trevas para a luz.

As grandes realizações humanas, tanto no campo moral como no material, só podem ser permanentes sob o signo da Liberdade. Somente ela pode dar asas ao espírito para os grandes vôos do progresso e da perfeição.

O próprio Deus, supremo criador do Universo, deixou-nos a lição mais perfeita. Permitindo ao homem usar o livre arbítrio, tornou claro que a liberdade é a condição principal do progresso e o fundamento de tudo que existe. É, pois, um bem espiritual e inalienável. Sem ela poderão ruir para sempre os mais belos sonhos de justiça, base fundamental da paz.

Parecendo compreender a grandeza da sua missão, mais uma vez espreita o horizonte:

"A natureza emerge em glória acesa;
E o espírito ansioso e sonhador,
De tudo arranca um rastro de beleza,
Para o epinício de um supremo amor!" (2)

Mas o homem, lutando pela liberdade, esqueceu as outras duas bandeiras. Erigiu-lhe uma estátua, transformando-a em deusa excelsa, a presidir o olimpo das divindades do paganismo moderno.

E a larga estrada de flores que deveria percorrer transmutou-se em veda estreita de espinheiros; a felicidade desejada mudou-se em atroz sofrimento. Em seu nome, muitos crimes foram cometidos. . .

Cansado de tantas lutas estéreis, invejou a tranquilidade da fonte a correr entre os seixos; admirou a beleza singela das flores silvestres perfumando o caminho; extasiou-se com a plumagem multicolorida dos passatos que cantavam nos bosques verdejantes; entusiasmou-se com os próprios animais a correrem, espavoridos, à sua aproximação. . .

No firmamento azulado,

"Esplende o sol merídio; a terra estua;
A soalheira ardente no ar flutua.

Numa orgia de luz o pó cintila
E o calor em gotículas destila
Do peito nú do homem sonhador". (2)

Estático, medita. Do fundo da Eternidade, trazido pela brisa do tempo, uma voz repercute suavemente no âmago da sua consciência endurecida. Surdo à voz da razão, não escuta o seu apelo. No entanto, havia dois mil anos que ela bradava sem cessar:

"Vós sois todos irmãos. . .
Amai-vos uns aos outros. . .
Bem-aventurados os pacíficos. . .
Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida. . ."

E um caudal de ensinamentos, torrentes impetuosas de verdades eternas, brotavam atrás de cada exclamação. E, surdo, ele não queria escutar. . .

O corolário subsequente da Liberdade é a IGUALDADE. É o segundo degrau a ser atingido pelo homem em sua escalada para o infinito.

Todavia, ele nem sempre soube usar bem o direito incomparável de ser livre. O orgulho que perdeu Lúcifer perturba-o também. A ambição desmedida o impele a usar a lei da força, que é uma afirmação material e nunca uma pressão moral. Escravizando ou explorando os seus semelhantes, afastou-se dos verdadeiros princípios da Liberdade que não podem prescindir da lei moral. A riqueza, a inteligência e o poder são bens que nos vêm do alto e devem ser empregados apenas em benefício da coletividade, nunca contra ela.

Da incompreensão dos corações humanos, da incapacidade para apreender o verdadeiro objetivo da vida, prosseguem as lutas para a conquista daquilo que poderia ser conseguido tranquilamente, como fator imprescindível da felicidade individual e bem estar coletivo.

A luta gera paixões e as paixões desencadeiam ódios. E a Igualdade tem de emergir também das chamas fumegantes das ruínas. . .

Mas os modernos corifeus da Igualdade seguiram por caminhos errados; desviaram-se da procura do aperfeiçoamento moral para permanecerem apegados apenas aos bens materiais. Transformaram-na numa dêiade sanguinária e erigiram como holocausto, em sua homenagem, a própria Liberdade.

Confuso, na ânsia de realizar o grande ideal de Justiça, que vem tentando desde o início remoto da Grande Marcha, o homem começa a compreender que todas as conquistas científicas, que lhe deram o poder de um semi-deus, não lhe bastaram para ser feliz. . . E vaga a esmo, procurando a solução por toda parte, ensaiando já os primeiros passos para voar aos planetas e conquistar o Universo. . .

Orgulhoso ainda, encara o futuro.

"E vai o Pensamento à vida. Espera!

Ausculta tudo: o que vibra e se agita,

E vai de som em som numa ânsia aflita

Na ambição eternal de uma conquista" — (2)

Mas debalde. A cada avanço no domínio físico dos elementos, mais se afasta da fonte geradora de tudo quanto existe, a única que lhe pode dar a Paz.

E quando acordar do seu louco devaneio e abrir os olhos para as verdades eternas, verá outra vez, surgindo da névoa do passado, o símbolo esquecido: FRATERNIDADE.

"O Pensamento pára; vibra agora a Emoção.

E o êxtase do olhar — vero deslumbramento,

Palpitante, a vibrar, premindo o coração,

Numa explosão de Fé e ameno encantamento". (2)

E os ouvidos se abrirão. A Verdade, tangida pelo Amor, penetrará em sua alma. E mais uma vez ouvirá aquela Voz que há dois mil anos ressoa pelo espaço:

"Eu sou a Luz do mundo. . .

Amai os vossos inimigos. . .

Vós sois deuses. . .

A verdade vos tornará livres. . ."

Só a Fraternidade cristã pode harmonizar a Liberdade com a Igualdade. Estas são dons exteriores e aquela, uma virtude interior. Vive no coração de cada um como essência da espiritualidade.

Sem o sentimento de Fraternidade, a Liberdade e a Igualdade nunca passarão de extravagantes miragens num deserto impregnado de mentiras e hipocrisias.

Tão simples, tão fácil, tão puro e verdadeiro! Mas a Vaidade e o Egoísmo não lhe deixaram ver e ouvir há mais tempo, quando cruzou o caminho do MESTRE. . .

Mas o homem avança; não pode parar. Pouco a pouco, à sua frente,

"A estrada flamejante ofusca e fulge

Na poeira dourada dos caminhos;

Enquanto o sol magnífico refulge,

Há um pipilar de pássaros nos ninhos
E na ambiência a paz das calmarias''. (2)

O momento é propício. A estrela da FRATERNIDADE começa a brilhar no horizonte do tempo.

É a mesma que um dia conduziu os Magos à presença do Salvador.

Embora seja "apertado o caminho que conduz à verdadeira vida", o homem acertará com ele.

E um NOVO MUNDO surgirá para a humanidade.

oOo

A História, como disse Van Loon, é a majestosa Torre da Experiência que o tempo erigiu no espaço infundo dos anos decorridos.

Desde o seu aparecimento até os nossos dias, o homem baseou-se na violência para alcançar o ideal que persegue: FELICIDADE.

Mas, para conseguí-la, precisa sintonizar-se com os planos de Deus e voltar-se para a EXPERIÊNCIA DO AMOR, a única que não permite sofismas.

O novo século que desponta não pode nascer encharcado no sangue e afogado no ódio, pois, somente o amor constrói para a eternidade.

VERSOS DE

(1) Newton Braga Mello

(2) Guilly Furtado Madeira

DISCURSO DE POSSE NO INSTITUTO

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Dizer do contentamento de estarmos aqui, neste momento, seria redundante. Mas, por um dever, devo vos dizer, de minha parte, que sinceramente a satisfação me invade por participar desta solenidade, onde vemos Professores, Doutores e Magistrados, a ouvir um jovem de mais de meio século, apenas um cidadão que após ter ensarilhado suas armas, ou seja, tesoura, agulha e dedal, venha roubar o vosso precioso tempo, para recebê-lo como membro desta casa. Simplesmente um artífice que não vos traz palavras encrustadas em pedras preciosas, e sim alinhavos com linha urdida por suas próprias mãos.

JOSE HYGINO DE OLIVEIRA, ou melhor dizendo TANECO o menino da Cidade de Palha, filho de Dona Estrela, mulher do Senhor Agnelo. . .

Meus Senhores, este que ora vos fala, jamais deixou de ter em sua tenda de trabalho, a presença dos grandes mestres do passado, Mestres estes que ali iam em busca do artista, de sua arte. . . O Alfaiate que não é bom, mas serve. . .

Pois os grandes homens do passado fizeram a História do Espírito Santo. Mas outras temos feito, não tão árduas como aquelas, mas que representam para nós o que aquelas representaram para eles. Hoje, juntando as do passado às do presente não deixa de ser História para o futuro. . .

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, vem, desde 12 de junho de 1916, registrando dados Estatísticos e Geográficos de nossa terra, para que no futuro possamos saber como foi, como viveu, as lutas e as vitórias do brioso povo capixaba. Hoje, presidido pelo eminente mestre Dr. Alberto Stange, tendo como companheiros outros mestres de tão grande valor moral, o Instituto é essencial para a vida do povo capixaba, pois, todo o povo deve ter em seus registros o seu passado, como fonte de sabedoria para definir o sucesso de seu futuro, através das experiências vividas.

Companheiros e amigos, quero que como Mestres que são, dêem-nos as mãos e ajudem-nos nessa jornada que ora se inicia para que possamos continuar a caminhada. Queremos buscar e aprimorar conhecimentos.

Permitam-me registrar este verso que fiz há algum tempo:

HOJE

Conseguisse voltar a mocidade
Todo novinho então como nasci
E reencontrasse nessa mesma estrada
O que hoje tenho, e mais o que perdi.
Como é impossível isto acontecer,
Porque os tempos nunca voltam atrás

O Pensamento, este retrocede,
Buscando cousas que não voltam mais. . .

Quero, antes de terminar meus modestos alinhavos, agradecer aos ilustres senhores que deram seu aval, para que eu e meus colegas pudéssemos tomar assento nesta Casa de Cultura, ao lado de valores inestimáveis das letras do nosso Estado. . .

Saibam os senhores que a vida nos ensina. E agente. . . Ah! a gente aprende. Aprende simplesmente a viver e a sonhar. Um dia, sonhamos cousas lindas, e estas nos fazem vibrar de emoção. Não sei se alguns dos Senhores sabem mas existe um céu. Sim, um céu. Onde as estrelas sorriem, e outras já preferem chorar. É a vida. São cousas da vida. E o sorriso é algo tão meigo e cativante que nos toca o coração. Às vezes, quando as lágrimas brotam parecem brincar com a gente. Parecem querer vir e voltar. Acharmos que estão a nos zombar. . . Então choramos extasiados de felicidades! Bate o coração — emoção: Senhores! É isto que me trouxe aqui! É a vida. São cousas da vida. . . .

José Hygino de Oliveira

“Palavras preferidas pelo Sr. José Hygino de Oliveira, representando os novos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo, empossados em 10 de setembro de 1986.”

DOMINGOS MARTINS E A REVOLUÇÃO DE 1817

Gabriel A.M. Bittencourt

(Discurso proferido junto ao monumento de Domingos José Martins, a 11 de junho de 1983, em Vitória).

Os textos em homenagem a Domingos José Martins, não raro privilegiavam em cores vibrantes os quadros biográficos e fatuais do herói capixaba desprezando, porém, os tons pastéis infra-estruturais que compõem a conjuntura de 1817.

A complexidade do processo histórico pertinente aos movimentos precursores da Independência, no entanto, só pode ser devidamente retratada no quadro em que todos estes tons se combinem. É este, portanto, o objetivo destas palavras: evidenciar também os tons intermediários que tornam vibrantes aquelas cores.

No espaço de tempo que compreendem as balizas entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX, a economia brasileira atravessava uma fase diferente, já que apresentava uma pauta de exportações diversificada. É que diversas regiões, produzindo cada uma um ou dois produtos de exportação, ganharam importância ao mesmo tempo. A análise das causas da prosperidade inicial e da recessão posterior mostra claramente o funcionamento dos mecanismos que mantêm sujeita uma economia colonial e as fraquezas básicas que sempre apresenta.

O Brasil, como colônia de Portugal, estava subordinado às condições impostas pela política econômica mercantilista, expressa pelo "pacto colonial". E é, no processo da luta para a ruptura do "pacto" que se insere o Movimento de 1817, e, com ele, o capixaba Domingos José Martins, cuja atividade à época, exercida em Pernambuco, inocular-se-á do ambiente efervescente local.

A "ventura flamenga", denominação que lhe deu Capistrano de Abreu ao se referir ao episódio dos holandeses, despertou na Capitania de Pernambuco, desde o século XVII, manifestações de sentimento nativista e autonomista que a elite atuante, "a nobreza rural" — soube expressar principalmente na Guerra dos Mascates de 1710. A guerra contra o invasor holandês, iniciada em 1624, e levada ao fim durante 30 anos, convergiu as forças divergentes e centrífugas no organismo social para um movimento centrípado, apesar das diferenças flagrantes e irredutíveis dos estamentos coloniais.

Esse potencial revolucionário, apesar do freio que sofreu, paradoxalmente, em uma época fértil em agitações, sobretudo para o centro-sul, aflora novamente nos fins do século XVIII, agora, alicerçados por um conteúdo ideológico que a Filosofia da Ilustração espraia e tivera sua crista-

lização na Revolução Francesa, com a primazia da Independência dos Estados Unidos. Esta é também uma fase de grandes modificações na superestrutura política do Brasil, que inicia o período como colônia e chega a seu fim como monarquia independente e constitucional.

É nesse contexto que passou a governar a Capitania de Pernambuco, desde 1804, Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Dele se dirá posteriormente: "Caetano no nome, Pinto na falta de coragem, Monte na altura e Negro nas ações."

A administração de Caetano Pinto se não primou pela eficiência e pelo zelo, não foi, entretanto, despótica e arbitrária, como passou à história. O fato, porém, é que ele representava o sistema colonial português — todo o mecanismo de um processo sistemático de sucção e exploração. Além do mais, a vinda da Família Real trouxe gravames de ordem econômica que se refletiam na vida pernambucana.

A base da economia pernambucana, o algodão e açúcar, sofreu abalos sensíveis com a transmigração. O primeiro, que chegou a sobrepujar o segundo, devido a guerra anglo-americana, nas proximidades da revolução baixou a índices críticos. Igual comportamento de decréscimo, ofereceram o açúcar e o álcool, sofrendo os efeitos da concorrência estrangeira.

Assim sendo, os direitos da alfândega pesavam fortemente sobre a saída dos produtos imediatos da agricultura, acentuando o abismo entre os interesses de Portugal e Brasil: um não poderia viver sem o monopólio; o progresso do outro exigia sua supressão.

Havia, portanto, campo favorável à atuação dos líderes, herdeiros dos movimentos intelectuais revolucionários locais, educados nos princípios liberais emanados da Revolução Francesa e condensados no espírito dos pensadores do século XVIII.

A rudeza e avidez do sistema colonial respaldavam, favoravelmente, a expansão das idéias revolucionárias que não se adstringia aos intelectuais, aos "clérigos", mas já repercutia, também, nos meios militares, impressionando oficiais como o capitão Domingos Teotônio Jorge.

É verdade que a massa não possuía educação política — se é que possuía outra modalidade de educação — em face do descaso português. Era, por consequência, o movimento revolucionário de 1817 um movimento de uma elite pensante.

Uma elite onde atuavam o pe. João Ribeiro, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, ouvidor-mor de Olinda; do erudito pe. Miguel Joaquim D'Almeida Castro e de Domingos José Martins, espírito-santense educado na Europa e ex-comerciante em Londres, onde conheceu Francisco Miranda, de cujo clube revolucionário sofreu influência doutrinária.

A chegada de Domingos José Martins a Pernambuco foi de grande significação para o movimento em articulação. Enérgico, homem de ação, estava mais capacitado para dirigir os acontecimentos do que os seus companheiros, homens de gabinete.

Quase às escâncaras propagavam-se as idéias libertárias, tanto que, em reuniões constantes em sua casa ou em atuações nas academias e sociedades secretas existentes, na realização de banquetes, as iguarias e bebidas do Reino eram proscritas, usando-se somente os produtos da terra sob os brindes patrióticos de "Morra Portugal".

Consumado o golpe, constituiu-se o Governo Provisório à maneira do Diretório da França, com Domingos José Martins representando o Comércio, e criou-se uma Lei Orgânica — estabelecida nos moldes da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, "a primeira Constituição feita no Brasil por brasileiros", no julgamento de José Honório Rodrigues.

Mas, ao otimismo inicial dos revolucionários sucedeu a realidade da repressão. A Corte no Rio, alarmada com a notícia do levante, levada em seus detalhes por Caetano Pinto, desencadeia a contra-revolução. Simultaneamente, a Bahia, onde governava o Conde dos Arcos.

Sobrevindo o inevitável desmantelamento do Movimento, Domingos José Martins foi julgado e condenado à morte tendo sido fuzilado em Salvador, Bahia, para onde foram também enviados o pe. Miguelino e José Luís de Mendonça, que tiveram igual fim, no Campo da Pólvora, hoje Campo dos Mártires.

Quis o destino, no entanto, que a mesma monarquia, que reprimiu a Revolta de 1817, assistisse ao intensificar do processo da Independência que culminou com a adesão decisiva de D. Pedro, para quem o Império do Brasil significaria uma perspectiva de solução monárquica.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, de quem é Patrono, fez publicar, em 1981, um pequeno texto e cunhou uma medalha em homenagem ao bicentenário deste precursor da Independência do Brasil, nascido aos 9 de maio de 1781 (data presumida), no sítio Caxangá, próximo à cidade de Itapemirim (ES) e falecido aos 12 de junho de 1817.

Além do trabalho de Norberto Bahiense (1974), podemos encontrar inúmeros subsídios sobre o herói capixaba na própria *Revista do IHGES* (37 edições), que vem sendo publicada, anualmente, desde 1917, por acórdão tácito, sob os auspícios do Governo do Estado.

* Professor do Departamento de História do CEG da UFES, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Cultura e 3º Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

DOMINGOS MARTINS

**Palavras proferidas pelo consócio José Garajau da Silva,
junto ao busto de Domingos José Martins,
dia 12 de junho de 1986**

O Instituto Histórico e Geográfico do E. Santo nos reúne aqui, nesta praça pública, para a homenagem de nossa devoção cívica a uma figura de cidadão, que, sem dúvida nenhuma, se destaca na constalação dos mais ilustres filhos desta terra.

A nossa presença aqui hoje se reveste de especial significado, porque este é um ano jubilar, em que o Instituto comemora os 70 anos de sua fundação.

A humanidade cultua os heróis e os santos; os santos e os heróis, conservada a diferença dos planos em que se colocam, se identificam — neles prevalece a tendência para o bem, sabido que a natureza humana traz em si duas potencialidades: a potencialidade para o bem e a potencialidade do mal. A potencialidade para o bem podemos definir como virtude, essência divina, que se desenvolve em uns para os valores espirituais propriamente ditos e em outros para os valores cívicos, os quais, em ambos os casos, elevam o homem e o distinguem dos demais.

Domingos José Martins teria passado pela vida sem certidão, como passam multidões de anônimos, se não houvesse brilhado em sua frente e auréola do autêntico herói e mártir e o Instituto não teria patrono tão eminente.

Ele não foi, portanto, um simples herói como, por vezes, acontece com os heróis de circunstância. O herói pode sobreviver aos acontecimentos, o mártir, entretanto, é aquele que leva à última consequência o seu ideal.

A palavra ideal não poderia aplicar-se melhor, porque ela nos dá exatamente a noção de algo que se põe acima das ambições pequenas, acima dos interesses imediatos. O ideal é algo sagrado, que brota no recôndito de nosso ser e se desenvolve na medida em que recebe o calor, a força do sentido de justiça, que o anima. E aqui me parece ter conseguido a moldura em que buscarei enquadrar o nosso homenageado — o ideal de justiça que o impelia, que alimentava os seus anseios e o inquietava.

Ele não foi um aventureiro; o aventureiro nada tem a perder. Ele, ao contrário, deixou tudo, as mais promissoras condições de uma prosperidade, que logo cedo o envolveu e se deixou levar e se empregou pelo ideal, que o abraçava.

Ponho-me diante de sua história e vejo não a comum figura humana; nele vejo o homem e vejo Deus, abrindo o caminho da história, pois esta só é mestra da vida, quando traz em seu curso as pegadas de Deus. E qual é a pegada de Deus neste lance em que é protagonista Domingos Martins?

A liberdade.

O homem nunca entendeu suficientemente bem a transcendentalidade do dom da liberdade; o homem não avalia a responsabilidade que tem, por ser livre — a liberdade de agir, de pensar, a liberdade de consciência, esse indevassável foro íntimo, onde Deus, somente Deus é testemunha. Eu digo testemunha e não digo juiz, porque entendo que cada um de nós será juiz de si mesmo, tal a majestade de Deus.

Hoje, no mundo, prevalece a mentalidade de uma liberdade, que já atinge os limites do inconveniente. Usa-se ela como quem joga papéis picados ao vento, sem alvo e sem direção, sem a mínima responsabilidade. A liberdade deve respeitar não só o direito, mas também a sensibilidade alheia.

Depois da vida, que é o dom por excelência como a maior manifestação do amor, a liberdade é o mais importante atributo da dignidade do homem e atente-se para o fato de que é a liberdade um bem inalienável e dom gratuito, todo feito de generosidade. Ora, um bem desta ordem, recebido gratuitamente, não pode ser usado para o mal — será a mais grave malversação.

E não será este o grande pecado de nossos dias?

Imagino que Deus, ao conceber o homem, ao infundir-lhe a vida, há de ter-lhe dito: Olhe. Vou dar-lhe uma faculdade decisiva com a qual você irá orientar a sua vida. Cuidado!

A liberdade é uma faculdade de tal modo pessoal que o próprio Deus a respeita e entre a liberdade de uma pessoa e a liberdade de um povo há um espaço imensurável. A vida de uma pessoa pode significar uma perda para a história, mas a falta de liberdade de um povo interrompe os desígnios de Deus, e nesta hora, prevalece uma força maior, que faz surgir, que suscita os heróis, como látegos da mão de Deus para ferir os que a usurpam.

Meus senhores e minhas senhoras, afinal aqui consegui avivar os traços do esboço inicial e revelar a imagem do nosso homenageado, modelo perfeito e acabado de mártir.

Domingos José Martins, para honra deste Estado, nasceu ali na localidade, conhecida como Caxangá, próxima à cidade de Itapemirim. Era filho de Joaquim José Martins e dona Joana Luiza de Santa Clara Martins.

Assim, no ano de 1781, em um berço do solo espírito-santense, choraminga e por certo ri uma criança, como todos os recém-nascidos choram e riem.

O choro é a defesa natural da luta pela vida, que se inicia e o riso é a paga com que compensam as mães do trabalho e das preocupações. Só que, no caso desta criança, o choro e o riso podem ter uma projeção, que não custa nada à nossa fantasia — ela chorava pela Pátria, que ainda não gozava de liberdade e ria com a esperança de um dia poder levantar a sua voz e lutar até o extremo de derramar por ela o seu sangue.

Domingos José Martins iniciou seus estudos em Vitória e os continuou em Portugal. Dali foi para Londres, onde se empregou na firma Dourado

Dias & Carvalho, de que logo se fez sócio. A sua passagem pela Europa (Londres e Paris) não poderia ter sido mais propícia para um jovem de sua tempera.

Retornando a Pernambuco, onde já havia deixado plantada a semente de suas idéias de revolucionário, arregimentou as forças de que dispunha e deu curso aos seus planos e se tornou incontestavelmente o chefe da revolução de 1817.

Os seus historiadores, em páginas esparsas, foram tecendo o documentário de sua vida, mas coube a Norbertino Bahiense reuní-las num livro em que se consubstancia criteriosamente a verdade sobre esse extraordinário vulto da história do E. Santo.

Eis com que palavras, o historiador capixaba, Norbertino Bahiense, narra o final trágico desta vida: "Vinde executar as ordens de vosso sultão. Eu morro pela liber. . . Um monge, ao seu lado, não o deixou terminar a rase, ao se abrirem os pesados gonzos da cadeia da Bahia e formar-se o tétrico cortejo até o campo da Pólvora.

Quem era esse destemido brasileiro, continua Norbertino Bahiense, que, descaço e algemado, caminhava impávido e sereno para ser arcabuzado pelos espingardeiros do déspota, que governava a terra de Nosso Senhor do Bonfim?

Todos o sabem. Era Domingos José Martins, o glorioso espírito-santense que, instantes depois, cairia varado pelos arcabuzes do sanguinário Conde dos Arcos, justamente com dois valentes companheiros, Miguel Joaquim de Almeida e Castro ou seja o Padre Miguelzinho e José Luís de Mendonça, a 12 de junho de 1817".

Meus senhores e minhas senhoras, agora concluo eu: assim como a Igreja cultua os seus santos, a Pátria cultua os seus heróis.

ORAÇÃO A DOMINGOS JOSÉ MARTINS

**Proferida pelo Consócio Hermógenes Lima Fonseca,
junto ao busto do herói espíritasantense,
dia 12 de junho de 1987.**

Domingos José Martins1

Aqui estão mais uma vez os guardiões de tua casa — o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo — para render homenagem à tua memória

Aqui estão, como todos os anos, a alimentar a lâmpada votiva dos teus ideais libertários e de teus companheiros na Revolução Pernambucana de 1817, no altar de nosso culto semanal.

Desde cedo partistes do seu Caxangá do Itapemirim para tuas andanças à busca de saber e, com dedicação ao trabalho, soubestes galgar proeminentes posições que te levaram ao turbilhão ideológico em que se encontrava a Europa nas guerras napoleônicas. E é ali, de Portugal à Inglaterra, que estabelecees contactos com as mais ilustres personalidades da época, cultores das idéias emancipacionistas, que te enches de sonhos para teu país sob o jugo colonialista, marcando as tuas atividades revolucionárias no movimento a eclodir em 6 de abril, com uma vitória alcançada de efêmera duração, de apenas 74 dias, pelas frustradas batalhas travadas, das quais onze foram os condenados.

Teus ideais republicanos inspirados nas lutas da Revolução Francesa, contra o absolutismo e as masmorras da Bastilha, derrubada pela marcha "au flambeau" dos marseheses ao canto de Roger des Lisle pelas ruas de Marselha: *Alons enfant de la patrie, le jour de gloire et arrive.*

Ideais também daqueles que nas montanhas das gerais, juntados na Arcádia Mineira, confabulavam e conspiravam contra a exploração insaciável da corte longinqua, a exigir mais riquezas e mais ouro bateiado nos garimpos, para o fausto em que vivia e a compra de indulgências papais. Desse conciliábulo mais poético do que revolucionário, emerge a figura do alferes José Joaquim da Silva Xavier, de atitude heróica que se pode sentir nos seus depoimentos registrados nos autos da devassa, ao se folhear os sete volumes nos quais as reuniram. Nos cárceres de sofrimentos, Claudio Manoel da Costa, como a pretender livrar a pele e a vida, escreve o Parnaso Obsequioso, que foi a nota deprimente, enquanto Gonzaga dedilhava sua lira em versos de amores à sua amorosa Marília; fenecidos e desfolhados no exílio inesquecível ou a figura sofrida e heróica de Bárbara Heliodora.

Ao perlustrarmos as páginas de lutas pela liberdade dessa terra e de defesa de nossas riquezas, diríamos como no poema de Gonçalves Dias, no canto do Timbiras que, por certo, tu, Domingos José Martins, sabias do guerreiro Tupi:

Do velho Tupi guerreiro
A surda voz na garganta
Faz ouvir uns sons confusos,
Como os rugidos de um tigre
Que pouco a pouco se assanha.

E invocamos a resposta da fala ouvida:

Nós outros, fortes Timbiras,
Só de heróis fazemos pasto. . .

Sim, Domingos José Martins, os teus ideais jamais se apagarão e podemos repetir ainda que "somos tantos que de heróis fazemos pasto", por muitos a sofrerem as torturas nos imundos cárceres ou no exílio saudoso da Pátria.

E as lutas continuam contra novos déspotas e os vendilhões da Pátria aí estão; mas, até quando tais espécies de rebotalhos humanos permanecerão impunes; até quando as suas turvas visões da ganância pisoteando os que produzem; até quando nos libertaremos da cobiça dos exploradores de nossas riquezas de que somos privilegiados; até quando nos submeteremos aos midas alienígenas carreando nossas riquezas a preço vil; até quando a incúria prevalecerá; até quando continuaremos submissos aos potentes dominadores; até quando, até quando, ó Catilina, como exclama Cícero?

Sim patrono nosso, cujos ideais libertários cultuamos.

Sim, Domingos José Martins, duas ondas de despotismos por décadas recentes nos oprimiram e as tivemos que suportar, quando nas enxovias e nas torturas muitos pareceram como anônimos heróis que a história nunca terá registrado os seus nomes.

Imaginamos os teus sofrimentos na espera das indagações inquisitoriais, na insistência dos inquisidores psicopatas e alienados por espúrios ideais de defesa dos poderosos e as ameaças, como nos tribunais do santo ofício, para seus corpos serem consumidos pelas labaredas das fogueiras recendendo a carne assada, sob os olhares idiotas dos carrascos insensíveis.

Dura é a espera do falso julgamento, quando no chão frio dos cubículos infectos o gélido vento das madrugadas penetra pelas frestas do presídio e vai aos poucos anestesiando, primeiro os pés e subindo a pouco e pouco o corpo desprotegido e ao atingir a cabeça, do cérebro emana uma chama de luz idealista que aquesce.

Na enxovia onde a luz do sol não penetra e a escuridão se confunde com as trevas das noites, apenas o silêncio é quebrado pelo tilintar das armas, o batido dos fuzis, a monotonia dos lentos passos da sentinela que vai que vem, que vai que vem, até que o toque de corneta lá fora anuncia o

dia e aumentam os rumores. Depois os exercícios de tiros, cujos projectis sente-se que perfuram primeiro as pernas e vão subindo pelo organismo dilacerando os tecidos, quebrando os ossos, até o cérebro, do qual se desprende uma luz diáfana dos ideais, que as balas não transpõem e não deixam marcas de perfurações, porque não os destroem as balas assassinas.

Até que o sol descamba para o oeste e uma réstea penetra pela pequena grade ao alto da parede do confinado cubículo, iluminando por instantes a sombra do cárcere e nessa aureola de luz é como a tua voz proferida diante dos carráscos no Campo da Polvora, que reboa pelos montes, desce aos vales e se espraia pelas campinas do território da Pátria bela, rica e saqueada.

É o teu grito libertário de brasilidade a ressoar continuamente aos nossos ouvidos:

"Vinde cumprir as ordens de vosso sultão, eu morro pela liber. . .

Vinde cumprir as ordens de vosso sultão, em morro pela liber. . ."

. . . dade, dade, dade.

Hermógenes Lima Fonseca

No dia 12 de Junho de 1916, nesta heróica Cidade de Vitória, nascia o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, esta Sociedade que hoje, para todos nós, é a **CASA DE DOMINGOS MARTINS** e que, neste ano em curso de 1986, está entrando nos seus setenta anos de idade, setenta anos bem vividos e de tão bons serviços prestados ao Estado do Espírito Santo, às suas História e Geografia.

A fundação desta **Casa de Domingos Martins**, este nosso querido Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo está registrada, com detalhes em o número **UM** da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Revista esta publicada, e distribuída aos sócios de então em o ano de 1917.

Deve-se a lavratura desta áta ao querido e saudoso consócio DR. Artur Lourenço de Araujo Primo que, em 1943, foi eleito para a Presidencia desta querida no biênio 12-6-1943/1945.

A Áta em questão tem a introdução que vai a seguir — “**Acta da fundação em 12 de Junho de 1916 do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**”.

Com referência ao 12 de junho de 1916, em 19 de junho de 1966, um domingo, publiquei no **Caderno Literário A GAZETA** um artigo que intitulei **A PRIMEIRA PÁGINA**, quando este Instituto completou o seu Cincoentenário de fundação e, desta Primeira Página, vai a seguir transcrita para conhecimento dos meus ilustres consócios e deste selêto auditório. Eis **A PRIMEIRA PÁGINA** ora referida — “Agora, cinquenta anos bem passados, mal não há que se recorde, ainda que de ligeiro, aqueles idealistas, aqueles pioneiros que, em outro **Doze de Junho**, foram se reunir “em uma das salas do Edifício do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, cedida para a fundação e a séde provisória de uma associação destinada ao estudo da história nacional e da geografia, especialmente no que se refere ao Estado do Espírito Santo. . .”.

E quem foram aqueles pioneiros, aqueles idealistas? E como se chamavam ou se chamam êles?

Bom é que, aqui, se alinhem os seus nomes. O jovens de nossos dias, terão interesse em sabê-los. E os velhos, moços de outros tempos, sentirão enternecimento em lembrá-los.

Eles foram **Antonio Francisco de Ataíde, Carlos Xavier Paes Barreto, Arquimimo de Matos, Marcondes Alves de Souza Junior, por si e como representante do Presidente do Estado Bernardino de Souza Monteiro, Desembargadores Manoel dos Santos Neves, Anesio Augusto de Carvalho Serrano, Francisco de Paula Mendes Wanderley e Afonso Claudio, Artur Lourenço de Araujo Primo, José Bernardino Alves Junior, J. Bernardes Sobri-**

inho, José Espindula Batalha Ribeiro, Henrique O'Reilly de Souza, Padre Elias Tommasi Podestá, Padre Camilo Loureiro Bento, José Sette, Aristides Braziliano de Barcelos Freire, Adolfo Fernandes de Oliveira, Marcondes Alves de Souza, Francisco da Fraga Loureiro, Alonso Fernandes de Oliveira, Antonio Martins de Azevedo Pimentel. Eduardo de Andrade Silva, Arnulfo Mattos, Amâncio Pinto Pereira, João Lordello dos Santos Souza, Antonio Aunon Sierra, Luiz Jouffrovim, Antonio Gomes Aguirre, Targino Neves, Adolfo Mario de Oliveira, Henrique de Novaes, Deocleciano de Oliveira, Carlos Sá, Francisco da Silva Rufino, João Manoel de Carvalho, João Bernardino Alves, Manoel Xavier Paes Barreto, Luiz Fraga, João Calmon Adnet e Artur Antunes Barbosa.

E esta primeira reunião, que marcou a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, foi presidida por Antonio Francisco de Ataíde e secretariada por Artur Lourenço de Araujo Primo, teve ela os objetivos de "promover a fundação de um grêmio que se destinasse ao estudo da geografia e da história do Brasil e especialmente do Espírito Santo e o de tratar da comemoração da gloriosa data republicana cujo centenário passará decorrido apenas mais um ano. . .

Nesta primeira sessão foram considerados, como estatutos do Instituto, provisoriamente, os estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pois só em 29 de abril de 1917 foram aprovados os primeiros estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, os quais foram alterados em 8 de outubro de 1921.

Pela lei federal 4.205, de 9 de dezembro de 1920, como também pela lei estadual 1.145, de 13 de dezembro de 1917, foi a veneranda instituição considerada de utilidade pública.

Neste ano de 1966, quando o Instituto completa o seu cinquentenário de fundação, interessante é que esses fatos sejam rememorados, maxime quando se vê o que tem sido a sua vida cheia de obstáculos, plena de sacrifícios e dificuldades, embora de glória e de trabalho profícuo.

Dos que fundaram o Instituto Histórico poucos ainda permanecem entre nós. Muitos outros, depois de vidas laboriosas e de bons serviços prestados ao Estado e á instituição, já descansam no SENHOR.

De muitos deles tive, como Orador Oficial do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a honra de lhes fazer os elogios realçando-lhes, ainda que palidamente, os méritos.

Aqui não é demais que se lamente que a propecta instituição capichaba, possivelmente, devido os novos tempos, nem sempre tem merecido dos Poderes Públicos as atenções devidas.

Por mim compreendo que assimseja. Não estamos vivendo há cinquenta anos passados. E, instituições de caráter científico e cultural não se adaptou o Instituto aos novos tempos, com a sua demagogia, com os seus rôlos compressores.

Mas vai ela vivendo, vai tocando a sua vida, vai registrando a História

do Espírito Santo e estudando a sua Geografia, perpetuando os acontecimentos para a posteridade, enquanto assim for da vontade de Deus e, é possível que muitos considerem, a nós outros, os do Instituto, nada mais e nada menos, que simples mumias.

Ainda Bem".

oOo

Aí, para este seléto Auditório, como o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo escreveu a sua primeira página.

E natural é que, com o correr dos tempos, fosse o número de consócios, todos membros ilustres da inteletualidade e cultura histórica e geográfica do Espírito, crescendo de ano para ano.

Agora, quando vinte anos são passados desde a publicação da minha informação intitulada "A Primeira Página", publicação esta que abriu, em 19 de junho de 1966, o **Caderno Literário** de "A Gazeta, aqui estou eu, neste 12 de junho de 1986 para dizer, ainda que palidamente, às Famílias dos Sócios queridos que partiram para o sono de que se não acorda algo de suas vidas, ressaltando-as, repito, ainda que modestamente e com simplicidade.

oOo

Assim é que no dia 10 de setembro de 1899 Cícero Moraes, filho do Casal Benjamin Moraes/Adelia Fonseca Moraes abriu os olhos para a vida na cidade de São José do Calçado, neste Estado, e que em 30 de outubro de 1973, quando o saudei, ao ensêjo de sua posse na Cadeira 15 da Academia Espírito Santense de Letras como sucessor do Acadêmico Ceciliano Abel de Almeida, um dia também Presidente desta Casa de Domingos Martins, houvesse eu dito ao nosso Acadêmico que "São José do Calçado bem poderia ser São José das Sandalias ou São José das Botas", eis que a referida cidade "nasceu graças ao pioneirismo de dois sertanejos — Marciano Lucio e Valério — os quais contribuíram para que se formasse, na divisa do Espírito Santo com o Estado do Rio de Janeiro a povoação que, em um dia distante, iria vos servir de berço quando já batizada São José do Calçado".

Naquela salientei que São José do Calçado ficou devendo seu nome "graças a alguns Josés, dentre os quais não podem ser esquecidos José Dutra Nicacio, José Ricardo Chaves, José Lima da Silveira, José Lima Furta-do, os quais além de outros, muito cooperaram para a construção da primeira Capela local".

Alí mesmo, em São José do Calçado completou o seu Curso Primário; já os Cursos Secundário e de Engenharia os fizestes em Belo Horizonte, para onde fostes conduzido pelo destino".

E, aquele tempo recorro, sem cursos de "comodos mestrados e doutorados" como nos dias atuais e já diplomado em Engenharia Civil caminhas para o Ceará, o Ceará onde fostes exercer o cargo de Engenheiro da Inspetoria Federal das Obras conta as Secas, isto no dia 4 de abril do maestro ano de 1920", eis que a 3 de janeiro do mesmo ano de 1920 foi ele diplomado como Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia de Belo Horizonte.

Por lá permaneceu Cicero Moraes, por algum tempo, quando exerceu a sua Engenharia construindo as estradas de rodagem de Sobral a Ibiapina e de Maranguape a Guarapiranga e também na Estrada de Ferro Ceará-Paraíba, além de estudos que fez para a construção de uma estrada ligando Santa Luzia a Patos, tudo isto no longínquo Ceará.

Natural era que o nosso preclaro consócio desejasse retornar ao seu querido Espírito Santo; a sua aspiração foi satisfeita e, em aqui chegando, caminhou para o norte do Estado e chegou á cidade de São Mateus onde exerceu a sua profissão na Estrada de Ferro São Mateus que deveria ligar esta mesma cidade a Nova Venécia é ás regiões desconhecidas da Serra dos Aimorés.

Neste seu novo trabalho demorou-se Cicero Moraes três anos, dirigindo a "estrada da qual, hoje nem a memória existe como sempre sôe acontecer por aqui".

Á Vitória retornou; aqui fostes Diretor de Viação, Obras Públicas, Indústria e Comércio.

Dignificou Cicero Moraes o Magistério Capichaba tendo sido Professor Catedrático de Matemática da Escola Normal Pedro II, Professor de Geografia do Colégio Estadual do Espírito Santo e do Colégio Americano de Vitória. Criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo foi ele, no Magistério Superior Professor Titular de Geografia Física da mesma Faculdade, cargo que exerceu até chegar ao "Otium cum Dignitate", como diziam os romanos.

Deu á publicidade os trabalhos, a seguir enumerados, relacionados com a Questão de Limites Espírito Santo-Minas Gerais: — "A Serra dos Aimorés; "Serra dos Aimorés ou Morro dos Aimorés?" "Limites do Espírito do Santo"; "A Serra dos Aimorés, uma Barreira" (2 vols.), este em colaboração com os advogados Targino Ribeiro, Rubens Ferraz, Raul Ribeiro; ainda deixou publicados trabalhos que se relacionam com a Geografia do Espírito Santo, Ei-los: — "O Paralelo 20 Passa no Espírito Santo"; "Vitória, Capital do Espírito Santo Por Determinação Geográfica"; "Como Nascem Cidades No Espírito Santo"; "Diretrizes do Plano Rodoviário"; "Mapa do Estado do Espírito Santo"; "Carta de Vitória e Arredores"; e ainda "Teoria dos Logarítmos" (Teşe de Concurso); "Benjamim" — biografia romanceada; "As Questões de Limites que o Espírito Sustentou", trabalho este iniciado em 1939, quando da publicação da "Serra dos Aimorés", de argumentação perfeita, aliada a muita ironía ao invocar o

Evangelho de São Mateus escrevendo: — “Diz o Evangelho de São Mateus que, tendo fé, podemos dizer a um monte: — “Atira-te ao mar a êle assim o faria. Parece que o Serviço Geográfico de Minas Gerais pretende dizer — “Serra dos Aimorés, atira-te ao mar”. E, assim, ficará satisfeito o desejo de conquistar um porto. Mas São Mateus aqui é apenas um rio. . .”.

Em 1930, Cicero Moraes, Diretor de Obras do Estado, foi considerado um “decaído” e um “carcomido, aqui em seu Estado.

Em 1931 transferiu-se para o Estado do Rio de Janeiro e ali exerceu as funções em uma Comissão de Sindicâncias e, afinal, de 1932 a 1935, o “decaído” e “o carcomido” capichaba foi Prefeito de São Fidelis ali deixando as marcas de sua passagem; foi também Chefe de Secção da Construção da Estrada de Rodagem Norte-Fluminense e Inspetor de Domínio do Estado do Rio de Janeiro.

Aqui disse eu, ao início destas modestas palavras que, nos idos de 1925, ao iniciar Cicero Moraes a sua vida pública e de Engenheiro, isso ocorre no norte do Estado, na cidade São Mateus, aquela cidade que é banhada por um rio e por onde Ancheita andou, rio este que para os antigos era o rio São Mateus e para os modernos é o rio Cricaré, rio este que, conforme a maré em Conceição da Barra, ora corre pra baixo, ora corre pra cima, cidade de São Mateus esta que tem uma curiosidade criada pelos antigos, eis que nela a rua de baixo ficava na Cidade Alta e a rua de cima na Cidade Baixa.

Cicero Moraes, como já referi, chegou em São Mateus como jovem engenheiro e solteiro.

A cidade de São Mateus, na parte alta, tem um Corrego, pelo povo denominado “Côrrego da Bica”; os antigos costumavam dizer, e o dito ficou; os antigos diziam — “Quem chega em São Mateus e bebe água do Côrrego da Bica, aqui fica”.

O ditado não falhou e dele Cicero Moraes não escapou, visto o seu coração ficou aprisionado ao de uma jovem mateense — Isaura —, que um dia, naquela mesma Cidade de São Mateus, ao ser batizada teve como padrinho Ceciliano Abel de Almeida, aquele a quem Cicero Moraes sucedeu na Cadeira 15 (quinze), na Academia Espírito Santense de Letras.

Do seu feliz casamento com a Sra. Izaura Cunha Moraes nasceram — Neida Lucia Moraes, viuva do sempre lembrado Professor Fernando Moraes; Lucia Moraes Ruschi, viuva de um meu aluno mui querido e que foi o Engenheiro Fabio Ruschi; hoje é ela casada com o Dr. Léo Carvalho e Letícia casada com Antonio Manoel Coelho Borges, os quais deram a Cicero e á Izaura onze netos.

Cicero Moraes continúa, assim pelo Chefe de Família, pelo Pai e pelo Avo exemplar que sempre foi, a ser recordado, com carinho e saudade, por todos os seus familiares e por todos nós, desde o dia em que nos deixou naquele 1º de agosto do ano p. passado de 1985.

A vida de uma instituição de Cultura como é a "Casa de Domingos Martins", ou seja o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo é, de quando em quando, abalada pelo desaparecimento de alguns de seus membros.

No ano de 1985, além de Cícero Moraes, deixaram o nosso convívio ilustres membros seus que muito o enaltecera.

São eles Heribaldo Lopes Balestrero e Theophilo Lopes da Costa.

Heribaldo Lopes Balestrero, homem de muita simplicidade e de uma modestia extraordinária, veio ao mundo em 28 de abril de 1899 e era filho de um casal de vida simples — Sebastião Alberto Balestrero/Ana Lopes Balestrero.

O seu Curso Primário, como ao tempo se dizia, foi levado a efeito na modesta Viana, donde nasceu como já me referi.

O Curso de Humanidades, como se costumava dizer, que depois passou a ser o Curso Ginásial ou Curso Secundário, nos dias atuais Curso de Segundo Grau, o Curso de Humanidades, repete-se, iniciou-se no antigo Ginásio Espírito Santense, equiparado ao Colégio Pedro II da Capital da República.

Mais tarde o Ginásio Espírito Santense passou a se denominar Ginásio do Espírito Santo. E hoje? Hoje é a Escola de 2º Grau do Espírito Santo.

Em 1922, transferindo-se para Belém do Pará, ali complementou no Ginásio Paes de Carvalho o seu Curso Ginásial.

Fundada a Faculdade de Direito do Espírito Santo, graças aos espíritos de Carlos Xavier Paes Barreto, Heraclito Amancio Pereira e outros, foi Heribaldo Lopes Balestrero aluno da referida Faculdade sem ter obtido o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Durante trinta e cinco anos, de 1925 a 1960, exerceu o cargo de Coletor Federal em Viana.

Naturalmente que, um dia, Heribaldo Lopes Balestrero seria atraído pela Política e, em 1935 foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Viana, tendo sido reeleito em 1947, ocupando nessas duas legislaturas a Presidência da Câmara Municipal.

Ainda, de 1963 a 1967 foi conduzido à Prefeitura do Município de Viana, empreendendo todos os seus esforços pelo progresso do seu Município.

No exercício do cargo de Prefeito Municipal contribuiu para o desenvolvimento do mesmo município, especialmente nas áreas da Educação e da Cultura.

Cumpra aqui se salientar, neste ensaio, que na Administração do Prefeito Heribaldo Balestrero foram criados o **Ginásio Vianense**, a **Banda de Música "Lira Euterpe Vianense"**, bem como foi feita a expansão da Rêde Escolar na Zona Rural e, também a divulgação das tradições populares

vianenses, para o que foram incentivados e promovidos o Folclore local, servindo-se, em especial das festas religiosas. O Patrimônio Histórico-Cultural do Município foi preservado, eis que Heribaldo Balestrero restaurou o velho Coreto existente na Praça Jerônimo Monteiro de Viana, bem como foi restaurada a Igreja de Belém e reformada a Igreja de Araçatiba, além de ter sido levada a efeito a construção, na sede do Município de um Monumento em homenagem aos açorianos que foram os colonizadores da terra vianense.

Heribaldo Balestrero cuidou ainda do plano de Urbanização da sua cidade, bem como do serviço de instalação e tratamento de água.

Foi jornalista e historiador cuidando, especialmente, da História de Viana.

De 1949 a 1979, durante trinta anos, colaborou em jornais diversos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, sempre cuidando de temas relacionados com a História do nosso Estado.

Deixou publicadas as seguintes obras: — "Subsídios para o Estudo da Geografia e História do Espírito Santo" (1951); "O Povoamento do Espírito Santo — A Marcha de Penetração do Território" (1961); "A Obra dos Jesuítas do Espírito Santo" (1974); "As Festividades da Penha" Na Antologia do Convento da Penha" (1974), obra em que participaram autores vários do Espírito Santo, cuja publicação foi promoção do Conselho Estadual de Cultura.

Deixou inédito "A Evolução Política do Espírito Santo".

Pertencia à Academia Espírito Santense de Letras, sucedendo a Heráclito Amancio Pereira na Cadeira que tem por Patrono Amancio Pereira e que é a Cadeira de Nº 5 (CINCO); integrava este Instituto, a Academia de Letras "Humberto de Campos" (Vila Velha) e a Associação Espírito Santense de Imprensa.

Era Católico Praticante, tendo integrado a Comissão da Fábrica da Igreja Matriz de Viana e foi Presidente da Conferência de S. Vicente de Paulo (Viana) a partir de 1929; isto é ele Vicentino.

Era casado com a Senhora Venina Neves Balestrero e, seu consórcio foi enriquecido com o seus filhos Romulo (Monsenhor Romulo), José, Maria Celeste, Terezinha e Zélia, dos quais alguns foram meus alunos.

Heribaldo Lopes Balestrero chegou ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo no dia 21 de abril de 1958, há portanto vinte e oito anos passados lhe foi proporcionada a sua posse em sessão solene presidida pela então Presidente do Instituto Ceciliano Abel de Almeida.

Naquele dia eu o saudei por vir ele a ser um dos nossos integrantes nesta Casa de Domingos Martins.

Consta da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em seu nº 19 — Ano 1958, de páginas 77 às páginas 90 tudo o que se refere à aludida posse quando, como já referi eu o saudei.

Naquela oportunidade, em minha saudação, disse eu ao novo sócio "E

porque, Sr. Heribaldo Balestrero, tendes na vossa comuna, na vossa Viana, muito feito e muito trabalhado pela História e pela Geografia da terra que vos serviu de berço não era possível a vossa permanência fóra do quadro social deste Sodalício Augusto, eis que á sua sombra gasalhosa e amiga devem se abrigar todos os que comungam os mesmos ideais, todos os que extremecem e amam a História e a Geografia do Espírito Santo. •

O discurso do nosso sempre lembrado e querido consócio vai de páginas 81 ás páginas 90 da mesma Revista.

É um trabalho substancioso no qual estuda êle Viana, sua terra natal, como "Pioneira da Colonização Estrangeira do País — Resumo Histórico".

No curso deste estudo acentúa, Heribaldo Lopes Balestrero, os que foram os pioneiros da grandeza do Espírito Santo, desde o seu início fazendo referências a Vasco Fernandes Coutinho, Francisco Alberto Rubim, Paulo Fernandes Viana.

É um estudo detalhado que merece ser reeditado na nossa Revista pela riqueza de detalhes históricos nele contidos.

Estuda a vida de sua terra Viana, de colônia a Município; mostra que, com o crescer da Colônia, nela foram introduzidos, pioneiramente, as culturas de Trigo e Linho; mostra a divisão das terras da Capitania em sesmarias e lotes, que seriam doados aos que se interessassem pelos mesmos.

Refere ainda os resultados obtidos por tais providências, as quais contribuíram para "A Marcha da Penetração do Interior Capixaba".

Faz alusão á Estrada de São Pedro de Alcantara que, naturalmente, facilitaria o intercâmbio comercial "de Minas Gerais com o Espírito Santo através do Rio Doce. . .".

E conclui mostrando "Injustiças da História" quando ao se comemorar "o sesquicentenário da chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, nem de leve se falou no Intendente Paulo Fernandes Viana, que foi inegavelmente um dos seus mais operosos auxiliares".

E concluiu esse seu estudo afirmando — "O Espírito Santo, como Estado pequeno em extensão territorial, foi no entanto um batalhador incansável em prol do engrandecimento da Pátria, quer no Brasil Colônia, quer no Império, quer na República".

Aí, meus ilustres consócios e seléto auditório, como um modesto intellectual, historiador e geografo que se chamava Heribaldo Lopes Balestrero, cuja figura ora recordamos e homenageamos, foi um membro deste Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo que não chegou aqui apenas á cata de um título para, simplesmente, incluí-lo em seu "Curriculum Vitae", como é comum se fazer nos dias atuais.

o0o

Devo, agora, Ilustre Auditório, lembrar um nosso consócio nascido em Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, no dia 23 de dezembro de 1897,

filho do Casal Francisco Lopes da Costa/Aurea Amélia Ayres da Gama Costa.

Este nosso consócio, ao qual vou me referir foi um Médico de um grande coração e de uma vida muito simples e prestativa. Foi ele Theophilo Lopes da Costa, mas conhecido como Theophilo Costa.

Os seus Cursos Primário e Secundário ele os fez no Ginásio Salesiano São Joaquim de Lorena, no Estado de São Paulo; já o seu Curso de Medicina êle o fez na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, tendo colado gráu em 1923, aos vinte e seis anos de idade.

Ainda Acadêmico de Medicina Theophilo Costa, como era comum naqueles tempôs idos, durante a Gripe Espanhola, ou a Espanhola que assolou o mundo por volta de 1918 exerceu a função de Acadêmico Vacinador, como interno do Hospital São João Batista, atualmente Antonio Pedro, Hospital este sediado em Niteroi, no Estado do Rio de Janeiro.

Concluido o seu Curso de Medicina, em 1924, veio Theophilo Costa convidado pelo Sr. Antonio Ayres da Gama Bastos para esta cidade e esta sua vinda determinou o namoro com a sua prima Maria da Penha Ayres da Costa, namôro este que, no dia 15 de maio de 1926, tornou concreto o casamento dos primos Maria da Penha e Theophilo.

No exercício da Medicina foi Theophilo Costa ocupante de mais de uma dezena de funções, a seguir enumeradas: — Médico da Compagnia de Construcion du Port da Bahia, durante a construção da Ponte Florentino Avidos; Médico dos Serviços Públicos de Vitória, depois Serviços Reunidos e, afinal Companhia Brasileira de Força Elétrica; Médico da Santa Casa de Misericórdia de Vitória; Médico do Serviço de Medicina Legal do Espirito Santo; Membro do Conselho Penitenciário do Estado; Professor de Biologia, Curso Pre-Juridico do Ginásio do Espirito Santo; Médico da Companhia Espirito Santo de Minas Gerais, atualmente C.A.G.E.S.; Fundador e Idealizador do Ciclo Médico do Espirito Santo, do qual foi presidente; Médico da Companhia União Manufatora de Tecidos do Espirito Santo; Fundador da Associação Espirito Santense de Medicina e Cirurgia; Fundador e Membro da Primeira Diretoria da Associação Médica do Espirito Santo; Vereador eleito á Câmara Municipal de Vitória; Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espirito Santo; Membro do Rotary Clube de Vitória; Homenageado pela Escola Técnica Federal de Vitória, que deu seu nome ao Centro Médico e Odontológico daquele Estabelecimento Federal de Ensino; Homenageado pelo Ministério de Educação e Cultura que lhe outorgou a Medalha "Nilo Peçanha" pelos seus valiosos serviços prestados ao referido Ministério; Homenageado pela Companhia União Manufatora de Tecidos, a qual deu o seu nome ao Ambulatório Médico daquela Unidade Fabril; Declarado Cidadão Vitoriense em decorrência do titulo que lhe foi outorgado pela Câmara Municipal de Vitória.

Cumpre acentuar que, ser declarado "Cidadão Vitoriense" foi motivo de intensa satisfação para o querido Consócio Theophilo Costa eis que,

para ele, Vitória era a sua CIDADE DO CORAÇÃO.

Mas a vida sempre chega ao seu termo final e, verdade é que, como no caso de Theophilo Costa, pelos serviços prestados e pelas funções exercidas continua êle vivo nos corações da sua espôsa querida, dos seus filhos e netos e dos amigos que aqui deixou e que, naturalmente, não o esquecerão.

Do seu feliz consórcio com a sua prima, Sra. Maria da Penha Ayres da Costa, houve os seguintes filhos: Maria Helena e Fernando Ayres da Costa.

Maria Helena, sua filha, é casada com o Engenheiro Agrônomo Aldo Franklin dos Santos e Fernando, 'Químico Industrial, casado com Elba Tomasi Costa.

Destes casamentos que, aqui, ficaram realizados e gozam de constante felicidade houve Theophilo Costa os seguintes netos — Fernando Franklin da Costa Santos, hoje Promotor Público; Rodrigo Franklin da Costa Santos, Médico e que é casado com a Sra. Maria de Fátima Gouveia Santos, também Médica e ainda a Médica Beatriz Helena da Costa Santos.

Em Revistas Médicas e Científicas deixou Theophilo Costa trabalhos diversos de caráter Científico e Médico, os quais consubstanciam a sua cultura e o seu Valor Profissional.

E em 17 de novembro de 1985, com oitenta e oito anos bem vividos, o nosso querido consócio Theophilo Lopes da Costa deixa esta vida e, aqui ficaram, para lhe venerar a memória a sua querida Maria da Penha, espôsa abençoada de um casamento feliz e enriquecido pelos filhos e netos que, como todos os seus amigos, sempre hão de recordá-lo entre saudades.

oOo

ELOGIOS LIDOS NA SESSÃO SOLENE DE 12 DE JUNHO DE 1986

RELATÓRIO

Junho 86/Maio 87.

I – MOVIMENTO ADMINISTRATIVO

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo manteve suas atividades normais, no período de junho de 86 a maio de 87, com reuniões semanais da Diretoria, às quartas feiras.

A Secretaria que funciona pela manhã e à tarde expediu 193 ofícios e 7 circulares e recebeu 176 correspondências das mais diversas procedências.

A Biblioteca, que está instalada ao lado da Secretaria, foram encaminhadas inúmeras obras oferecidas por entidades ou pelos respectivos autores, cabendo destacar a valiosa doação de livros e documentos do arquivo do Dr. José Pedro Fernandes Aboudib, Procurador Geral do Estado. Esta oferta foi iniciativa de seu filho, o Dr. César Augusto Costa Aboudib, através do consócio Carlos Campos. O acervo da Biblioteca, hoje devidamente catalogado por um processo de automação por que passou, torna-se cada ano mais valioso.

A Revista anual do Instituto foi publicada sob nº 37 e distribuída entre os consócios e entidades congêneres, das quais se receberam referências animadoras pela sua confecção e conteúdo. A deste ano já se acha em fase de preparação.

II – DOAÇÕES

No correr deste ano, o Instituto recebeu as seguintes doações:

Deputado Stélio Dias Cz\$ 700,00
Deputado Theodorico Ferraço Cz\$ 350,00
Deputado Pedro Ceolin Cz\$ 350,00
Deputado Wilson Haese Cz\$ 500,00
Deputado José Carlos da Fonseca Cz\$ 700,00
Senador José Ignácio Ferreira Cz\$ 700,00
Deputado Alcino Santos Cz\$ 500,00
Vereador Maria Elizabeth Osório Cz\$ 500,00
Vereador Etta de Assis Cz\$ 300,00
Prefeito Hermes Laranja Cz\$ 2.000,00

Dentre as doações a mais significativa, sem dúvida, a que fez dona Maura de Senna Pereira, esposa do professor Almeida Cousin. Trata-se do apartamento 203, à rua Jerônimo Monteiro, 216, no Leblon, Rio de Janeiro, do qual já foi lavrada a escritura.

Essa doação obriga o Instituto a aceitar o usufruto "usque ad mortem" dela e do seu marido, bem como a publicar trabalhos inéditos do escritor Almeida Cousin e a instituir um prêmio anual, denominado "Profes-

RELATÓRIO

sor Almeida Cousin" para o melhor trabalho científico ou literário aparecido no Espírito Santo.

III – PRINCIPAIS EVENTOS

O dia 12 de junho de 1986 foi duplamente festivo – homenagem ao herói Domingos José Martins e comemoração do septuagésimo aniversário de fundação do Instituto. Na sessão solene, além de falar o consócio Nelson Abel de Almeida sobre a fundação do Instituto e fazer elogio dos consócios falecidos, ouviu-se a palestra do consócio Carlo Bussola sobre o tema "História e Historiografia". As comemorações do dia culminaram com a romaria ao busto de Domingos Martins, onde, em nome da casa, falou o consócio José Garajau da Silva.

Promovido pela Livraria Capixaba concurso sobre a "palavra", o Instituto participou, por solicitação da Livraria, formando uma comissão julgadora, cuja presidência coube ao consócio Carlos Campos.

A consócia Sônia Maria Demoner conseguiu o apoio do Instituto para lançamento de seu livro "Colonização do Norte do Rio Doce". Esse apoio consistiu em permitir que ela solicitasse às prefeituras, em nome desta entidade, a merecida colaboração para a sua obra.

Acolhendo sugestão do consócio Hermógenes Lima Fonseca, o Instituto difundiu entre os consócios e pessoas de representação intelectual a idéia do "Testemunho do nosso tempo" para o ano 2.000, recebendo com solenidade e devida garantia da sua inviolabilidade, em urna lacrada, os testemunhos que foram apresentados.

Com o propósito de levar cultura ao interior do Estado, Renato José Costa Pacheco e Nilo Martins da Cunha propuseram a realização de palestras, nas sedes dos municípios, sobre a História e a Geografia do Estado, para isso a casa prefeitura foi dirigido ofício elucidativo.

O Instituto, ainda no decorrer deste ano, patrocinou o lançamento do livro "Turco pobre, Sírio remediado" da consócia Mintaha Alcuri Campos, o que ocorreu no dia 8 de abril.

Encerrando o exercício Junho de 86 a Maio de 87, realizou-se no dia 23 de maio do corrente a Assembléia Geral Ordinária, cujo objetivo primordial foi a eleição da nova Diretoria para o exercício seguinte. Essa assembléia realizou-se sob a presidência do consócio Orlando Moraes, depois de se ter registrado a presença de 18 consócios. Cumpridas as formalidades necessárias, a nova diretoria ficou assim constituída:

Presidente: Alberto Stange Júnior

1º Vice-Presidente: Renato José Costa Pacheco

2º Vice-Presidente: Orlando de Moraes

3º Vice-Presidente: Gabriel Augusto de Mello Bittencourt

Secretário Geral: Elmo Elton Santos Zamprogno

Sub-secretário: José Garajau da Silva

Tesoureiro: Nilo Martins da Cunha
Sub-tesoureiro: Sebastião Augusto Valle Guimarães
Encarregado da Biblioteca: Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa
Ordador oficial: Nelson Abel de Almeida
Vice-orador: Sônia Maria Demoner
Diretor do MIS: Francisco Schwarz
Grandes Conselheiros: Manoel Xavier P. Barreto Filho e Adelpho Poli Monjardim
Comissões permanentes:
História — Mintaha Alcuri Campos
 Celso Perota e Fernando Moraes Achiamé
Geografia — Mário Moura, Willis de Faria e Ricardo Brunow Costa
Finanças — Hermógenes Lima Fonseca, José Higino de Oliveira e José Moysés
Revista e publicações — Elmo Elton Santos Zamprogno, Ormando de Moraes e Gabriel Augusto de Mello Bittencourt.

Nessa assembléia, o consócio Ormando Moraes levou ao conhecimento dos presentes o projeto de permuta dos dois apartamentos de propriedade do Instituto no Ed. Domingos Martins pelo prédio nº 40 na Praça João Climaco.

Depois de dizer das vantagens da transação e informar já ter sido o assunto submetido à consideração e apoio da Diretoria, solicitou e obteve a necessária autorização da assembléia para prosseguir os entendimentos.

Em seguida, foi posta em discussão matéria já passada na Diretoria, isto é, a proposta de alteração dos estatutos, apresentada pelo consócio Renato Pacheco, criando a categoria de "Sócio Grande Conselheiro", com direito à voz e voto, entre consócios efetivos com mais de 25 anos. A alteração foi aprovada com a redação pelo mesmo oferecida.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo obteve o CERTIFICADO DEFINITIVO de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural — C.P.C. do Ministério da Cultura, ficando capacitado a receber patrocínios e doações, conforme previsto na Lei nº 7.505, de 2/7/1986.

CONVÊNIO

Em 5 de março do corrente ano foi firmado o Convênio de Cooperação Financeira entre este Instituto e a Coordenação Estadual de Planejamento (COPLAN), para a viabilização de um projeto de estímulo e desenvolvimento cultural nas áreas de história e geografia do Espírito Santo.

Eis, senhoras e senhores, em linhas gerais as principais atividades deste

Instituto no exercício que se encerra, cabendo à Diretoria que passa agradecer penhorada a inestimável colaboração recebida, tanto da parte de seus membros, como dos funcionários.

Foram
Ordador oficial: Nelson Abel de Almeida
Vice-ordador: Sérgio Maria Damasceno
Diretor do IML: Francisco Schwarz
Grandes Conselheiros: Manoel Xavier B. Garoto Filho e
Aldemir Pires Montenegro
Conselheiros permanentes:
História – Milton de Almeida Campos
Ciências Físicas e Matemáticas – Fernando Moraes Achion
Geografia – Mário Moraes Wilk de Faria e Ricardo
Braz de Aguiar
Fisiologia – Hermenegildo Lima Fonseca, José Higino de Oliveira e José Moysés
Linguagem e Publicações – Elton Elias Santos Zampogno
Ordem do dia: Moraes e Garoto
Augusto de Mello Bittencourt

Nesta assembleia, o senhor Orlando Moraes leu ao conhecimento de todos presentes o projeto de permissão dos dois departamentos de propriedade do Instituto no Ed. Domingos Martins pelo prédio nº 40 na Praça João Cláudio.

Depois de ouvir das vantagens de transação e informar já ter sido o assunto submetido à consideração e apoio da Diretoria, solicita e obtém a necessária autorização da assembleia para prosseguir os entendimentos. Em seguida, foi feita em discussão pública a proposta de transação. Foi então feita a proposta de transação, apresentada pelo senhor Renato Pacheco, como a categoria de "Sócio Grande Conselheiro", com direito a voz e voto, sendo concedido o mesmo com mais de 25 votos. A transação foi aprovada com a maioria dos votos necessários.

O Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo e o IML, em conjunto, apresentam ao Conselho Nacional de Pesquisas e ao Conselho Nacional de Cultura, o projeto de transação, conforme previsto no art. 1º do Estatuto do IML.

CONVÊNIO

Em 2 de março do corrente ano foi firmado o Convênio de Cooperação entre este Instituto e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), para a realização de um projeto de estudos e pesquisas científicas e culturais nas áreas de história e geografia. Este convênio é celebrado, em linhas gerais, as principais condições dadas

RELATÓRIO

Junho 87 / Maio 88

I – MOVIMENTO ADMINISTRATIVO

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, com sede à Avenida da República, 374, nesta capital, manteve atividades normais, no período de junho de 1987 a maio de 1988, realizando, às quartas-feiras, reuniões semanais da sua Diretoria.

A secretaria, pela manhã e à tarde, apresentou movimento satisfatório, preparando a pauta de cada sessão e cuidando do expediente recebido e expedido.

Das mais diversas procedências foram recebidas cartas ou ofícios, em número de 180 foram expedidas, cartas ou ofícios em número de 188 e circulares 5.

A Biblioteca Augusto Estelita Lins vem-se enriquecendo a cada ano com ofertas de livros que chegam de todos os pontos, enviadas por entidades ou pelos autores e dela se têm servido alunos e pesquisadores em busca de subsídios para as suas atividades.

A revista, que anualmente se edita, este ano ainda não se conseguiu vê-la publicada. Houve dificuldades este ano.

II – DOAÇÕES

A receita do Instituto é constituída das anuidades a que se obrigam os seus sócios e reforçada por algumas doações espontâneas de que damos destaque abaixo:

1 – Deputado Alcino Santos	Cz\$ 500,00
2 – Deputado Américo Bernardes	Cz\$ 250,00
3 – Vereadora Etta de Assis	Cz\$ 700,00
4 – Vereadora Maria Elizabeth Osório Costa	Cz\$ 800,00
5 – Professor José Carlos Neto	Cz\$ 4.200,00

O Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo, atendendo ao apelo feito por este Instituto, na contingência em que se viu de manter a Casa Elmo Elton, recentemente criada, doou para a sua manutenção a importância de Cz\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzados). Com estes recursos, esperamos, nos próximos 2 anos poder fazer face às despesas exigíveis para este fim.

III – PRINCIPAIS EVENTOS

O dia 12 de junho, como ocorre todo ano, foi assinalado com Assembleia Geral, que culminou com uma romaria ao busto do patrono, o herói "Domingos José Martins", oportunidade em que falou, em nome do Instituto, o consócio Hermógenes Lima Fonseca.

Convocado que foi para participar do Projeto Espírito Santo Século XXI, esta casa se fez representar na pessoa do consócio Ormando de Moraes. Para o Projeto Espírito Santo na Constituinte foram espe-

cialmente designados os consócios Luís Guilherme Santos Neves, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa e Renato Pacheco.

A última reunião do ano foi realizada em 9 de dezembro, na cidade de Afonso Cláudio, onde em sessão muito participada pela população local, a consócia Sônia Maria Demoner lançou o seu livro "Carlos Xavier Paes Barreto", na vida administrativa e cultural do Espírito Santo. Esse evento teve o patrocínio da Fundação Jônice Tristão.

No dia 24 de janeiro, o Instituto se cobriu de luto com a morte do consócio Elmo Elton Santos Zamprogno, secretário geral em plena atividade do cargo. Outros óbitos se registram com o mesmo pesar como: Manoel Ferreira Milagres, Vicente da Silva Loureiro e Waldemar de Oliveira.

O Centenário da Abolição foi comemorado com algumas programações como: dia 11, na sede do Instituto, a consócia Sônia Maria Demoner proferiu palestra sobre: A influência do negro no Estado do Espírito Santo; dia 12, o consócio Gabriel de Mello Bittencourt a convite da Assembléia Legislativa, em sessão solene comemorativa da mesma efeméride, falou sobre a escravidão no Estado do Espírito Santo.

No dia 18 de maio, o Instituto, associado à Academia Espiritosantense de Letras, celebrou, em sessão solene, o centenário do nascimento de Carlos Gomes de Sá, membro de ambas as entidades. A sessão solene foi presidida por José Moisés, presidente da Academia e consócio deste Instituto.

Na ocasião, fez o panegírico do homenageado o consócio Christiano Dias Lopes Filho.

No dia 25 de maio de 1988, realizou-se Assembléia Geral Extraordinária para tratar da Casa Elmo Elton, criada por resolução submetida à Diretoria em reunião dia 24 de fevereiro.

A Casa Elmo Elton, cuja criação foi homologada nessa Assembléia, constitui hoje um órgão do Instituto e é formada de um valioso patrimônio — móveis antigos e raros, peças as mais diversas, documentos todos da maior importância e uma biblioteca de 1340 volumes.

Nessa Assembléia do dia 25, foi concedido o título de Sócio Benemérito ao Bandes (Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo). Foram admitidos como sócios efetivos os Srs. Crystallino de Abreu e Castro, Hélio Gualberto Vasconcellos, Idalgiso Simão, Arlete da Silva Cy-preste, Argentina Lopes Tristão, Margareth Vetis Zaganelli e Manoel Rodrigues Martins Filho.

Como Sócios Correspondentes Olavo de Medeiros Filho, José Otávio de Arruda Mello e Deusdedit Vasconcellos Leitão.

Com a morte do consócio Elmo Elton houve a vaga de Secretário Geral, tendo sido designado para a mesma o Sub-Secretário José Garajau da Silva e para a vaga de Sub-Secretário foi designado e aprovado na Assembléia o consócio Miguel Depes Tallon.

Ainda no dia 25, houve o lançamento do selo comemorativo do centenário da abolição, iniciativa da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos sob os auspícios desta Casa. Na cerimônia em nome do Instituto, falou o consócio José Garajau da Silva.

O Museu da Imagem e do Som, em fase de reaparelhamento, teve suas atividades muito reduzidas este ano.

Esperamos ter alcançado os principais eventos, nada mais havendo digno de registro, senão, para encerrar, agradecer em nome da Diretoria e valiosa colaboração de todos, especialmente dos funcionários administrativos.

Vitória, 10 de junho de 1988.

Apoio:



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE
CULTURA

